

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP  
“Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Araraquara-SP**

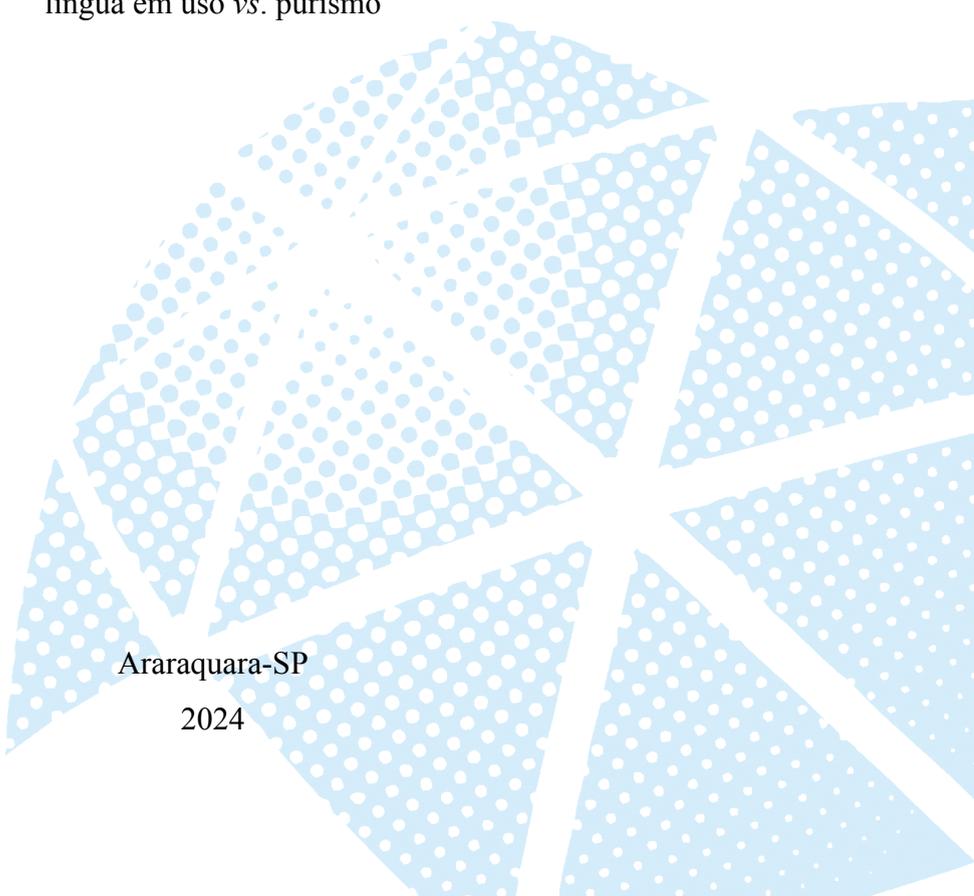
**LARISSA GALDIANO DA SILVA MARRA**

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE ALUNOS DE LETRAS SOBRE OS  
EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:**

*língua em uso vs. purismo*

Araraquara-SP

2024



**LARISSA GALDIANO DA SILVA MARRA**

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE ALUNOS DE LETRAS SOBRE OS  
EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:**

língua em uso vs. purismo

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
“Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara-SP, para  
obtenção do título de Mestra em Linguística e  
Língua Portuguesa.

Área de Concentração: Análise Fonológica,  
Morfofossintática, Semântica e Pragmática

Orientador(a): Prof. Dra. Juliana Bertucci  
Barbosa

Bolsa: CAPES

Araraquara-SP

2024

M358c

Marra, Larissa Galdiano da Silva

CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE ALUNOS DE LETRAS  
SOBRE OS EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS NO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO : língua em uso vs. purismo / Larissa Galdiano da Silva  
Marra. -- Araraquara, 2024

139 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Juliana Bertucci Barbosa

1. purismo linguístico. 2. crenças e atitudes linguísticas. 3. formação  
inicial de professores. 4. empréstimos estrangeiros. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade  
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo  
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

As pesquisas na área da variação linguística relacionadas a empréstimos estrangeiros têm um impacto significativo em nossa compreensão da evolução e dinâmica das línguas. A análise dos empréstimos estrangeiros ajuda a identificar tendências linguísticas, como preferências por certos idiomas de origem ou áreas específicas de influência. Além disso, a presença de empréstimos estrangeiros pode refletir mudanças sociais, econômicas e culturais. No mesmo sentido, a pesquisa sobre empréstimos estrangeiros também contribui para debates sobre normas linguísticas e auxilia na redução de desigualdades sociais, pois promove o respeito linguístico em relação à diversidade. Tal contribuição se aproxima do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável “10. Redução das Desigualdades” da Agenda da ONU 2030, pois ajuda a reduzir desigualdades, em particular por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas em relação às línguas presentes no Brasil e variantes do Português Brasileiro. Cabe ainda ressaltar que alguns empréstimos são rapidamente aceitos e incorporados, enquanto outros enfrentam resistência e debates sobre sua legitimidade. Por isso, esta pesquisa é fundamental para linguistas, educadores e todos os interessados na riqueza e diversidade das línguas.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

Research in the area of linguistic variation related to foreign borrowings has a significant impact on our understanding of the evolution and dynamics of languages. The analysis of foreign borrowings helps identify linguistic trends, such as preferences for certain source languages or specific areas of influence. Additionally, the presence of foreign borrowings can reflect social, economic, and cultural changes. Similarly, research on foreign borrowings also contributes to debates on linguistic norms and helps reduce social inequalities by promoting linguistic respect towards diversity. This contribution aligns with Sustainable Development Goal 10 "Reduced Inequalities" of the UN 2030 Agenda, as it helps reduce inequalities, particularly through the elimination of discriminatory laws, policies, and practices, and the promotion of appropriate legislation, policies, and actions regarding languages present in Brazil and variants of Brazilian Portuguese. It is also worth noting that some borrowings are quickly accepted and incorporated, while others face resistance and debates about their

legitimacy. Therefore, this research is essential for linguists, educators, and all those interested in the richness and diversity of languages.

**LARISSA GALDIANO DA SILVA MARRA**

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE ALUNOS DE LETRAS SOBRE OS  
EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:**

língua em uso vs. purismo

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara-SP, para obtenção do título de Mestra em Linguística e Língua Portuguesa.

Área de Concentração: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática

Orientador: Profa. Dra. Juliana Bertucci Barbosa

Data da defesa: 13/05/2024

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Juliana Bertucci Barbosa  
PPGLLP-Araraquara/UNESP

---

Profa. Dra. Maria Eunice Barbosa Vidal  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

---

Profa. Dra. Máira Sueco Maegava Córdula  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Profa. Dra. Marlúcia Maria Alves  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Profa. Dra. Priscila Marques Toneli  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, que com paciência, sabedoria e dedicação guiou meus passos, compartilhou conhecimento e inspirou meu crescimento acadêmico, meu sincero agradecimento. Suas orientações foram fundamentais para o sucesso deste trabalho;

À minha família, que esteve ao meu lado em todas as etapas, compreendendo o meu esforço nos estudos, celebrando as pequenas vitórias e oferecendo seu amor incondicional, não tenho palavras suficientes para expressar minha gratidão. Vocês foram meu alicerce e minha motivação;

A todos os amigos, colegas, professores e à minha terapeuta que também fizeram parte dessa jornada, meu muito obrigado. Cada conversa, cada troca de ideias e cada desafio superado contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Neste trabalho, investigamos as crenças e as atitudes linguísticas de discentes de Letras de uma universidade pública da cidade de Uberaba-MG acerca dos usos de empréstimos estrangeiros no português brasileiro. A motivação da pesquisa deu-se a partir da ascensão dos estudos da sociolinguística e das crenças, atitudes e percepções linguísticas no Brasil, bem como pelos debates criados a partir do projeto de Lei nº 1.676/1999 do deputado Aldo Rebelo que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa”, cujo objetivo é legislar sobre o uso de estrangeirismos no Brasil. O trabalho tem como objetivo geral, portanto, realizar um levantamento de crenças e atitudes linguísticas dos estudantes de Letras de uma universidade pública de Uberaba-MG sobre o uso de empréstimos estrangeiros no Português Brasileiro (PB). Ademais, os objetivos específicos são: a) Observar como os alunos julgam recursos linguísticos como empréstimos estrangeiros no PB; b) Desenvolver um teste de crença e atitude linguística que consiga diagnosticar não só o que os estudantes de Letras julgam sobre o uso de empréstimos estrangeiros no PB, mas também realizar a comparação dessas impressões dos alunos que recentemente ingressaram nos cursos com os que estão concluindo a graduação em Letras. Para isso, elaboramos e aplicamos um teste subdividido em três partes - perfil social, questões sobre crenças e questões avaliativas -, que foi aplicado via Google forms. Antes de aplicarmos a versão final do teste, realizamos uma versão piloto junto a dois graduandos e, após ajustes, reformulamos algumas partes do teste de crenças e atitudes linguísticas e o aplicamos a alunos dos anos iniciais e dos anos finais da graduação em Letras de uma universidade pública de Uberaba-MG. Por meio da análise das respostas obtidas via testes de crenças e atitudes, conseguimos observar que existe a consciência dos discentes sobre o que são empréstimos estrangeiros. No entanto, ainda é bastante atribuído por eles o uso dos termos estrangeiros relacionados a situações de mais descontração, menos formalidade e em contexto de menor monitoramento linguístico. Além disso, notamos que as crenças e as atitudes dos discentes, grosso modo, não necessariamente alteram-se no decorrer do curso, devido ao fato de não trazerem um preconceito propriamente dito, mas sim, atribuírem o uso de empréstimos estrangeiros a situações de menor monitoramento. Ademais, os discentes não são contrários aos usos dos estrangeirismos, apesar de atribuírem o uso a situações de maior autonomia linguística. Por essas razões, cremos que as reflexões analisadas possam contribuir nos estudos das crenças linguísticas e também no ensino de língua portuguesa nas vertentes variacionistas, visto que o público-alvo

trata-se de futuros professores, e que as propostas como a de Rebelo, que revelam crenças equivocadas sobre a língua, têm como objetivo repudiar esses dois processos linguísticos.

**Palavras-chave:** purismo linguístico; crenças e atitudes linguísticas; formação inicial de professores; empréstimos estrangeiros.

## ABSTRACT

In this study, we investigate the beliefs and linguistic attitudes of Language students at a public university in the city of Uberaba-MG regarding the use of foreign borrowings in Brazilian Portuguese. The research motivation stemmed from the rise of sociolinguistic studies and linguistic beliefs, attitudes, and perceptions in Brazil, as well as the debates sparked by Bill No. 1,676/1999 proposed by Deputy Aldo Rebelo, which "provides for the promotion, protection, defense, and use of the Portuguese Language," aiming to legislate on the use of foreign terms in Brazil. The main objective of this work is to conduct a survey of linguistic beliefs and attitudes among Language students at a public university in Uberaba-MG regarding the use of foreign borrowings in Brazilian Portuguese (BP). Furthermore, the specific objectives are: a) To observe how students judge linguistic resources such as foreign borrowings in BP; b) To develop a linguistic belief and attitude test that can diagnose not only what Language students think about the use of foreign borrowings in BP but also to compare these impressions between students who have recently started their courses with those who are about to graduate in Language studies. To achieve this, we designed and implemented a test divided into three parts - social profile, belief questions, and evaluative questions - which was administered via Google Forms. Before the final version of the test was administered, a pilot version was conducted with two undergraduates. After adjustments, some parts of the linguistic belief and attitude test were reformulated and then administered to students in the early and final years of Language studies at a public university in Uberaba-MG. Through the analysis of responses obtained from belief and attitude tests, we observed that the students are aware of what foreign borrowings are. However, they still mostly associate the use of foreign terms with more relaxed situations, less formality, and in contexts with less linguistic monitoring. Additionally, we noticed that students' beliefs and attitudes, in general, do not necessarily change throughout the course, as they do not exhibit a proper prejudice, but rather attribute the use of foreign borrowings to situations with less monitoring. Moreover, students are not opposed to the use of foreign terms, although they associate this use with situations of greater linguistic autonomy. For these reasons, we believe that the analyzed reflections can contribute to studies on linguistic beliefs and also in the teaching of the Portuguese language in variational aspects, given that the target audience consists of future teachers. Proposals such as Rebelo's, which reveal misconceptions about the language, aim to reject these two linguistic processes.

**Keywords:** linguistic purism; beliefs and linguistic attitudes, initial teacher education; foreign loanwords.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Classificação dos empréstimos computados no corpus pesquisado por Bastarrica	71
Figura 2 – Imagem com traduções de empréstimos estrangeiros	77
Figura 3 – Imagem com empréstimos estrangeiros traduzidos	78
Figura 4 – Imagem com enunciado “15 palavras aportuguesadas que raramente utilizamos”	79
Figura 5 – Distância entre o local de pesquisa e o Centro da cidade de Uberaba-MG	87
Figura 6 – Demonstração de fragmento do instrumento de pesquisa	96
Figura 7 - Demonstração de fragmento número dois do instrumento de pesquisa	97
Figura 8 - Demonstração de fragmento número três do instrumento de pesquisa	98

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Diferenciação entre norma nas vertentes “normal” e “normativa”	50
Quadro 2 – Quadro que apresenta um comparativo entre empréstimo e estrangeirismo	65
Quadro 3 – Estrangeirismos mais catalogados no <i>corpus</i> de Assis, 2007	69
Quadro 4 – Modelo do processo de mudança linguística em curso proposto por Valadares	73
Gráfico 1 – Gráfico expondo em qual situação os participantes usariam empréstimos estrangeiros	102

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abralin	Associação Brasileira de Linguística
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
LP	Língua Portuguesa
GN	Gramática Normativa
GT	Gramática Tradicional
PB	Português Brasileiro
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL	Projeto de Lei
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>20</b>
2.1 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS	20
2.1.1 Crenças linguísticas	20
2.1.2 Definição e estudos realizados sobre crenças linguísticas	28
2.1.2 Atitudes linguísticas	35
2.1.2 Definição e estudos realizados sobre atitudes linguísticas	35
2.2 QUESTÃO DE NORMAS E PURISMO LINGUÍSTICO	43
2.2.1 As normas e o purismo linguístico	44
2.3 AFINAL, O QUE SÃO EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS?	51
2.3.1 Neologismo	52
2.3.2 Empréstimos estrangeiros	55
2.3.3 Estudos realizados com foco no uso de empréstimos estrangeiros no Brasil	60
2.4 A POLÊMICA DOS EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS	67
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>79</b>
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA	79
3.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	80
3.3 O TESTE DE ATITUDES E CRENÇAS E A COLETA DE DADOS	80
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	81
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>83</b>
4.1 PERFIL SOCIAL	83
4.2 O TESTE DE CRENÇAS	84
4.3 O TESTE DE ATITUDES	88
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICE A - TERMOS</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO APÓS ESCLARECIMENTO</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE PESQUISA (QUESTIONÁRIO)</b>	<b>111</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO A - O PROJETO DE LEI DE ALDO REBELO</b>	<b>121</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, principalmente, houve uma significativa ascensão dos estudos das crenças, atitudes, identidades e percepções linguísticas no Brasil (Cyranka, 2007; 2011; 2014; Cyranka; Botassini, 2009; Cuba; Barbosa, 2013; Freitag, 2017; Cuba, 2019, entre outros). A língua, por estar em constante uso, sofre variações, mudanças e avaliações de acordo com o passar dos tempos e da maneira como é utilizada e representada nos diferentes grupos sociais.

Relacionado com as discussões sobre variação linguística, quando adentramos o campo educacional enfrentamos diversas questões, visto que ainda vivemos em uma sociedade que tem muitas crenças equivocadas sobre a própria língua, não reconhece a diversidade linguística de um país e nem a heterogeneidade linguística.

Fiorin (2019) nos lembra em seu artigo “A questão do erro linguístico” que, durante muito tempo, o que mais se encontrava nas escolas eram professores corrigindo os chamados erros de português. Nas palavras do autor, “Mais ainda, tudo o que não obedecia a esse padrão era considerado como não sendo português. Ouvia-se um professor dizer a um aluno, quando este produzia uma dada frase numa norma diferente da norma escolar: - Isso não é português” (Fiorin, 2019, p. 23). Esta necessidade de correção por parte dos professores é uma atitude que faz com que a crença de que é preciso corrigir todas as frases de acordo com a norma padrão estenda-se não só aos professores, mas também aos alunos, que levam isso para a vida, bem como à sociedade, que se mostra convicta de que o melhor caminho é a correção dos erros gramaticais de acordo com a norma considerada padrão.

Nesse mesmo sentido, muitos professores ainda carregam consigo a falsa crença de que a língua portuguesa é homogênea e de que existe uma única e exclusiva maneira de se expressar, seja por meio da fala ou da escrita. Apesar de Fiorin tratar da situação em tempo passado, sabemos que muitos professores não admitem outro falar que não seja o padrão e mais, julgam como errado e desapropriado, sem levar em consideração o contexto e a realidade em que o aluno está inserido. Assim, um dos trabalhos ainda bastante polêmicos é o relacionado à variação linguística dentro de sala de aula.

Como alternativa a essa veemência, Cyranka (2016, p. 169-170) expõe o que vem a ser o papel crucial da Sociolinguística no campo educacional

A Sociolinguística Educacional propõe que se leve para as salas de aula a discussão sobre variação linguística, orientando os alunos a reconhecerem as diferenças dialetais e, mais importante, a compreenderem que essas diferenças são normais, legítimas e que devem ser consideradas na seleção das estruturas a serem utilizadas, a depender das condições de produção, isto é, das necessidades do leitor/escritor,

falante/interlocutor, a partir do contexto em que se encontra. Desse modo, o conceito de “certo/errado” em linguagem é substituído pelo de “adequado/inadequado”, o que predispõe os alunos ao desejo de ampliar a competência comunicativa que já possuem, construindo crenças positivas sobre o conhecimento que têm de sua língua, no caso, a língua portuguesa. Crenças positivas levam a atitudes linguísticas positivas, o que garante boa autoestima e entusiasmo do aluno.

Em outras palavras, Cyranka nos faz refletir sobre a importância de trabalhar variação em sala de aula. Além disso, reforça que é fundamental alimentar as crenças positivas dos alunos acerca da língua, enquanto as atitudes de preconceito ou opressão em relação ao idioma devem ser trabalhadas, compreendidas e modificadas, a fim exatamente de ampliar as boas competências e valorizar tudo o que o aluno traz como bagagem. Assim, o resultado das aulas de português seria alunos preparados para discernir o que é adequado do que é inadequado, conseqüentemente, acarretando na melhora da performance linguística dos alunos.

De acordo com as ideias de Faraco (2007, 2011), o ideal é que os professores expliquem aos alunos que não há “erro” de português e mais, prezam que não consideremos errado as variedades linguísticas trazidas para a sala de aula. Além disso, cabe ao professor a tarefa de ensinar as variedades cultas aos alunos, para que eles possam melhorar, aprimorar e ampliar seu acervo linguístico.

Bortoni-Ricardo (2005) nos alerta que a variação é parte da natureza da linguagem, além de ser resultado da diversidade social. A autora ressalta que a heterogeneidade no Brasil é um fator inevitável e que é muitas vezes ignorado pela escola.

Dessa forma, inferimos que a escola ainda continua sendo um ambiente “padronizado”, grosso modo, onde ainda há pouco espaço para questões específicas de variedade linguística e de diversidade que, por sua vez, fogem da Gramática Tradicional (GT). Um exemplo disso são os livros didáticos que, apesar de mudarem cotidianamente e de terem o foco mais voltado à variação nos últimos anos, em sua maioria não tratam das variedades linguísticas de forma individualizada. Na maior parte das vezes apresentam uma tirinha do Chico Bento, clássico dos livros didáticos, o que acaba focando somente em uma única variedade (o “r” retroflexo).

Foi diante desse cenário explicitado acima que se originou esta pesquisa. Em 1999, o então deputado federal Aldo Rebelo buscou sancionar uma lei que, em teoria, visava proteger a língua portuguesa. No entanto, uma análise mais cuidadosa do Projeto de Lei (PL nº 1.676/1999) do político Rebelo nos permite perceber que a real intenção dele era legislar sobre o uso de quaisquer palavras estrangeiras inseridas no cotidiano do brasileiro.

Foi um PL que gerou polêmica, pois em sua descrição, Aldo Rebelo afirmava ser um projeto que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa” (Brasil, 1999), porém, o real e principal objetivo era o de combater o uso de empréstimos estrangeiros no Brasil. Ou seja, em outras palavras, aquele indivíduo que fizesse uso de termos referidos a línguas estrangeiras, como: “show”, “feedback”, “hot dog”, “mouse” “pink”, “display”, ou qualquer outra palavra de qualquer outro idioma estrangeiro, sofreria pena legal.

Tal Projeto de Lei gerou uma série de manifestações e reflexões de linguistas, como Bagno (2001), Faraco (2001, 2005 e 2008), que confrontam os posicionamentos apresentados neste PL que, por sua vez, não foi sancionado. O que nos preocupa, entretanto, é que o PL foi aprovado, apesar de arquivado. Ademais, frequentemente é um assunto abordado na sociedade.

A partir das reflexões e críticas geradas por tal Projeto de Lei, o trabalho tem como objetivo geral realizar um levantamento de crenças e atitudes linguísticas dos estudantes de Letras de uma universidade pública de Uberaba-MG sobre o uso de empréstimos estrangeiros no Português Brasileiro (PB). Outrossim, os objetivos específicos são:

a) Observar como os alunos julgam recursos linguísticos como empréstimos estrangeiros no PB;

b) Desenvolver um teste de crença e atitude linguística que consiga diagnosticar não só o que os estudantes de Letras julgam sobre o uso de empréstimos estrangeiros no PB, mas também realizar a comparação dessas impressões dos alunos que recentemente ingressaram nos cursos com os que estão concluindo a graduação em Letras.

Para tal, elaboramos e aplicamos um teste de crenças e atitudes linguísticas, dividido em três partes (perfil social, questões avaliativas e questões abertas). A nossa problemática girou em torno do seguinte questionamento:

1) Os alunos de Letras (ingressantes e quase egressos) possuem consciência da presença dos empréstimos estrangeiros no dia a dia da língua? Como julgam isso do ponto de vista linguístico?

Por conseguinte, investigamos com mais afinco tais indagações no decorrer do trabalho, com o auxílio de trabalhos e de aporte teórico que nos ajudou a embasar e a quantificar, além de qualificar e comparar os resultados encontrados no teste aplicado. Em um outro momento, esmiuçamos também pesquisas já realizadas no Brasil com foco no uso de empréstimos estrangeiros.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados, elaboramos e aplicamos um teste de crenças e de atitudes linguísticas baseado em Cyranka (2007) e em Cuba (2019). O teste de crenças e atitudes é, sem dúvida, fundamental para o desenvolvimento da análise e a sumarização dos resultados. Ademais, o instrumento - o teste - contribui para a organização de banco de dados, pois é capaz de evidenciar as impressões subjetivas do aluno para com o uso de empréstimos estrangeiros, contribuindo com engrandecimento das pesquisas relacionadas, além de ajudar na construção de um panorama da visão linguística de tais alunos perante o uso de tais processos linguísticos no dia a dia.

Nesse mesmo âmbito, o teste de crenças e atitudes nos possibilita fazer correlação com os questionamentos que foram pontos de partida para que este trabalho se concretizasse: o Projeto de Lei de autoria do deputado Aldo Rebelo (PL 1.676/1999) e o empoderamento linguístico variacionista no Brasil. Um ponto importante a ser trazido para a nossa discussão é a questão da sensibilidade em relação a esse grupo - empréstimos estrangeiros - por parte desses alunos participantes da pesquisa. Nossa intenção é analisar em qual(is) situações os discentes fariam uso - ou não - de recursos como esse e de qual forma julgam pertinente enquadrá-los em sua rotina linguística.

Acreditamos que as reflexões aqui expostas e analisadas, a partir de considerações sobre questões relacionadas à variação linguística, possam contribuir com o processo de avanço dos estudos das crenças, avaliações, atitudes e percepções da língua, bem como no ensino da língua portuguesa nas vertentes variacionistas, visto que o público-alvo do projeto trata-se de futuros professores.

Reiteramos que em momento nenhum julgamos plausível qualquer instrumento que vise legislar ou privar a sociedade de se expressar livremente, visto que a liberdade de expressão é direito de todo cidadão, e o Projeto de Lei do então deputado Aldo Rebelo nada mais buscou do que “calar” a diversidade linguística brasileira.

Para melhor organizarmos nosso trabalho, a dissertação foi dividida em cinco seções:

**1. Introdução**, na qual apresentamos um breve panorama da Sociolinguística, sobretudo no Brasil; também discutimos resumidamente a vertente variacionista, enfatizando

a necessidade de trabalhar variação linguística em sala de aula; e finalmente, apresentamos o ponto de partida para elaboração do presente trabalho.

**2. Referencial teórico**, no qual trazemos as definições de crenças e atitudes linguísticas, além da questão de normas e purismo linguístico, e das definições de estrangeirismo, empréstimo e empréstimos estrangeiros acompanhado de uma subseção sobre a polêmica dos estrangeirismos.

**3. Procedimentos metodológicos**, em que explicamos sobre os participantes da pesquisa e sobre a elaboração e aplicação do teste de crenças e atitudes linguísticas, bem como os procedimentos de análise.

**4. Análise dos dados**, em que analisamos e detalhamos os resultados encontrados em cada uma das três partes do teste.

**5. Considerações finais**, em que apresentamos as contribuições de nossa pesquisa para a área da Sociolinguística Variacionista, discutimos sobre as informações coletadas, além de tecer reflexões para futuros trabalhos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Esta subseção 2.1 tem como principal objetivo apresentar os conceitos e definições adotadas por diferentes linguistas acerca das crenças e atitudes linguísticas, sobretudo voltados ao viés sociolinguístico. Além disso, em cada subseção citaremos algumas pesquisas já realizadas no âmbito das crenças e atitudes, para que assim possamos reforçar a necessidade de mais trabalhos que engajem e trabalhem questões relacionadas ao mito do purismo linguístico.

#### 2.1.1 Crenças linguísticas

Abordando a diversidade linguística, se por um lado, sabemos da necessidade de trabalhar a variação linguística em sala de aula, por outro lado, além da concepção linguística que prevê o ensino baseado na crença de que a língua é homogênea e estática sabemos, ademais, que muitos professores ainda se recusam, seja por tradição ou qualquer outro motivo, a substituir aquele ensino exclusivamente da metalinguagem pelo ensino baseado em atividades epilinguísticas. As atividades epilinguísticas propiciam aos alunos refletirem de forma crítica. Ainda prevalece em sala de aula um ensino de língua portuguesa (LP) pouco voltado à variação linguística, às questões de diversidade e cultura, assuntos e tópicos que façam com que os alunos sejam capazes de se posicionar criticamente diante de situações que envolvam a natureza da linguagem.

A fim de ilustrar tais afirmações, Cyranka (2016) em um dos capítulos do livro “Ensino de Português e Sociolinguística” defende que, em relação aos professores, é necessário que estejam embargados por uma reflexão teórica. Em outras palavras, Cyranka (2016, p. 154) nos alerta que os professores

Devem ser sensíveis à questão do perigoso distanciamento entre o padrão escolar e a realidade sociocultural de seus alunos, estando aí incluídos seu dialeto e o de sua comunidade linguística. Em vez de investir na valorização pura da norma-padrão, reconhecer nela a ideologia pela qual, certamente, estarão também afetados. Devem ser capazes de responder à tradição e trilhar pelos caminhos novos que lhes são oferecidos pelas perspectivas abertas pela Sociolinguística Educacional. Precisam reconhecer que seus alunos são usuários competentes de um sistema complexo que

eles próprios adquiriram naturalmente e com o qual são capazes de atuar em seu meio social. À escola cabe levá-los a ampliar esses recursos.

Por isso, muitas vezes, ao falar que “o aluno escreve e/ou fala mal”, o próprio professor está favorecendo para que o aluno acredite que a sua cultura e a sua variedade estão erradas. Devemos lembrar de que a escola é um ambiente que deve estimular o pensamento crítico e diversificado do aluno, de modo a promover a consciência crítica e autônoma dele.

Em sua Dissertação de Mestrado, Cuba (2019) relembra como o trabalho voltado às variações linguísticas em sala de aula é “tímido” (Cuba, 2019, p. 09). Segundo a autora, a escola muitas vezes “deixa de proporcionar aos alunos reflexões sobre o funcionamento da(s) língua(s) e de como o aspecto social interfere sobre este funcionamento” (Cuba, 2019, p. 09). Essa afirmação se deve, entre outros fatores, pelo fato de que existe um trabalho minucioso na Linguística e que acontece há bastante tempo, e também diversos avanços vêm ocorrendo, concomitantemente, engajando a Sociolinguística e a ascensão dos estudos variacionistas.

Em consonância com o que acredita Preti (1997), o que falta ainda em sala de aula, desafortunadamente, são “[...] falantes cultos, isto é, aqueles que sabem escolher a variante adequada, de acordo com as situações de interação” (Preti, 1997, p. 18). Em outras palavras, falta ainda a sensibilidade letradora de levar os alunos a analisarem, e reconhecerem em sua escrita e fala, questões que englobam a noção de um contínuo linguístico atrelado a práticas sociais.

Outro ponto de destaque é que já sabemos que em geral, nas escolas, trabalha-se focado nas gramáticas descritivas e normativas. Nesse sentido, reforçamos que um ensino focado nas gramáticas descritivas e normativas não contempla a variação linguística. Assim sendo, o ensino pautado na diversidade acaba ficando sem espaço e sem referência dentro do desenvolvimento e dos processos de construção linguísticos dos alunos. Em outras palavras, a habilidade de observar e refletir sobre a língua portuguesa, a sua cultura e sua história acaba tendo pouco enfoque na prática. Um exemplo dado a partir da abordagem da variação linguística em livros didáticos será dado um pouco abaixo.

Belini e Sousa (2014), entre outros autores, realizaram a análise de livros didáticos do ponto de vista variacionista, a fim de investigar as propostas contidas e de que forma elas abordam ou não a variação linguística. Ao analisarem “Língua Portuguesa: linguagem e interação, Volume 1”, entre outros livros, Belini e Sousa (2014) afirmam ter notado maior destaque à variação no Capítulo 7, que está dedicado a abordar “O relato de viagem”, na *Seção Linguagem Oral*, página 210.

Nas palavras das autoras, o fato da diversidade linguística ser abordada no capítulo sete demonstra que o assunto não foi tratado como primordial no livro, ou seja, “há uma desconsideração em focar a variação no início do livro, o que seria essencial para entendimentos prévios sobre a diferença entre a variedade padrão explorada no livro e as diversidades linguísticas através das quais os alunos interagem e mantêm suas relações sociais” (Belini e Sousa, 2014, p. 220).

Ainda de acordo com as pesquisadoras, a preocupação da atividade não é demonstrar as diversidades linguísticas, mas sim caracterizar a exposição oral em público por meio de recursos de fala. Ademais, elas reforçam que não há, no livro analisado, um enfoque dado aos diferentes níveis de linguagem, ao contrário, são voltadas à oralidade. Apesar disso, frisam que, mesmo que incipiente, a pequena abordagem variacionista no livro já significa um avanço em relação ao tratamento da variação linguística, se levarmos em conta que, há dez anos, este era um tema quase inexistente em livros didáticos.

Assim, prevalece o nosso papel de, como professores-pesquisadores, esforçar-nos para desmistificar a ideia de que a língua padrão é a única forma correta de praticar o ensino e aprendizagem de nossa língua materna.

Relacionada à questão do ensino, esta pesquisa busca investigar se os alunos de Letras consideram, julgam e analisam positivamente ou negativamente questões relacionadas à diversidade linguística, aqui delimitadas aos empréstimos estrangeiros. Além disso, buscamos investigar se (e de que modo) tais alunos fariam uso dos empréstimos estrangeiros em seu próprio cotidiano. O ponto de partida para a nossa pesquisa foi um Projeto de Lei (PL) - a proposta foi apresentada em 1999 - de autoria do então deputado federal Aldo Rebelo.

Em resumo, neste PL, que será retomado no decorrer da pesquisa, o então deputado Rebelo buscou barrar o uso de empréstimos estrangeiros em território brasileiro, o que gerou bastante polêmica entre os gramaticistas e linguistas em geral como Faraco, (2001), Bagno (2001), Fiorin (2009), entre outros. Enquanto Rebelo afirmava ter como objetivo “promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais” (PL 1.676/1999), estudiosos em favor da diversidade linguística ressaltaram que “o idioma não precisa de políticas de defesa e de proteção, que os problemas linguísticos apontados como motivação para o projeto não existem e que suas motivações simbólicas constituem um equívoco político” (Fiorin, 2000, p. 221).

Apesar de não nos adentrarmos na questão da política linguística propriamente dita, sabemos que sempre há pessoas em busca de legislar sobre a língua. No mesmo sentido, as pessoas sempre tendem a opinar sobre o que é certo ou errado de falar, o que soa feio ou

bonito, qual o sotaque mais interessante, etc. Apresentaremos exemplos relacionados aos empréstimos estrangeiros em que a intenção é prescrever o que é certo e errado do ponto de vista normativo. Nesse sentido, o fato das pessoas serem capazes de julgar a língua é uma questão que nos desperta bastante interesse, por isso, o nosso objetivo é contribuir com discussões sobre o uso de empréstimos estrangeiros voltado mais às crenças e atitudes linguísticas do que às questões de política linguística.

Em resumo, no que tange à necessidade de um ensino mais sensível à variação linguística, podemos trazer dados do próprio governo do Brasil, cujos documentos dispõem de uma perspectiva de língua mais dinâmica, variável e heterogênea. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), exemplificando, que são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que norteiam a educação no Brasil, desde 1997 já possuem esse viés variacionista, e abordam a necessidade de que a variação linguística esteja presente nas escolas (Cuba, 2019, p. 09). Sem contar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), outro documento capaz de ser a “balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito” (BNCC, 2018).

Em sua tese de doutoramento, Cyranka (2007) retoma ideias de que, na década de 1980, os linguistas já alertavam para a questão do distanciamento entre os verdadeiros resultados de pesquisas da área da Linguística em contraposição com a real formação de professores de língua portuguesa. Em suas palavras, naquela época autores já reivindicavam um melhor desenvolvimento de habilidades letradoras.

Segundo a pesquisadora, “é preciso mais. Tudo indica que é necessário investir não apenas na preparação do professor, mas também na sua formação continuada, fazendo chegar até ele o produto das discussões da academia, sustentadas pelas pesquisas no campo da linguagem” (Cyranka, 2007, p. 15). Dessa forma, consideramos extremamente pertinente o estudo das variedades linguísticas, sobretudo atreladas ao estudo das atitudes e das crenças, visto ser nosso objetivo contribuir para com ferramentas que propiciem uma melhora na realidade das pesquisas e da formação dos profissionais de Letras.

Nesse sentido, devemos considerar a questão do prestígio linguístico, a qual discorreremos abaixo, que vem sendo objeto de estudo da Sociolinguística desde seus primórdios, com trabalhos realizados por linguistas como Weinreich; Labov; Herzog, 1968/2006. Os autores referem-se ao problema da avaliação quanto aos julgamentos subjetivos de determinado falante em relação à sua própria variedade linguística.

Na verdade, se investigarmos a fundo, a teoria sociolinguística apresenta seu início bem na década de 1960, exatamente com o linguista estadunidense William Labov. Tal autor

propôs a teoria da variação linguística e uma metodologia, de base empírica, para buscar compreender a língua considerando sua relação com o fator social – uma das principais propostas dessa teoria (Veloso, 2014, p. 03).

Sucintamente, sobre as fases dos estudos sociolinguísticos realizados no Brasil, verificamos que, em um primeiro momento, o foco da Sociolinguística foi a descrição linguística a partir de amostras (principalmente de fala). Recentemente, vem ocorrendo um processo de ampliação dessas pesquisas para além do descritivo e começamos a desenvolver investigações que buscam compreender questões estilísticas da língua bem como as crenças, as atitudes e as avaliações linguísticas dos falantes do português brasileiro (PB).

Essa ampliação dos estudos sociolinguísticos pode ser relacionada com a chamada terceira onda da Sociolinguística. Resumindo as duas primeiras ondas, para que se tenha uma noção do que seja essa progressão, podemos dizer que a primeira onda, segundo Veloso (2014, p. 03),

foi fundamental para os estudos variacionistas e está associada aos estudos labovianos. Os estudos dessa tendência forneceram um amplo retrato das variáveis linguísticas usadas pelas comunidades de fala definidas geograficamente ao redor do mundo e é, sem dúvida, a que obteve maior adesão da comunidade científica da Sociolinguística, principalmente no Brasil, chegando, por vezes, a ser tomada com a própria teoria sociolinguística. (grifo da autora)

Em sequência temos, ainda, por Veloso (2014, p. 04), uma definição para a segunda onda. Segundo o estudioso, a segunda onda “caracteriza-se pelas pesquisas de cunho etnográfico, que fornecem um retrato local das variáveis linguísticas, no sentido em que estas, situadas em comunidades menores, assumem valor social relativo à dinâmica local”. Essa síntese de tendências pode ser melhor compreendida pela indicação de Freitag et al. (2012, p. 922):

Os estudos de primeira e segunda onda têm como foco a descrição da estrutura – um retrato estático. Os estudos de terceira onda incorporam a dinamicidade da estrutura, ou seja, como a estrutura se molda no cotidiano, com os condicionamentos sociais impostos e as relações de poder estabelecidas atuando sobre ela.

A partir desse breve resumo sobre as ondas da Sociolinguística, conseguimos examinar que a terceira onda é um mecanismo para agregar aos estudos dessa área um novo parâmetro de observação e de pesquisa. A terceira onda trata, usualmente, da prática estilística e das avaliações e percepções do indivíduo, a partir de sua crença, desenvolvida e propagada em uma determinada comunidade de prática.

Nas palavras de Veloso (2014, p. 02), das quais fazemos também nossas palavras, ele comenta que

[...] as pesquisas sociolinguísticas da terceira onda vão buscar entender a variação considerando os papéis e as atividades que o indivíduo desempenha nas suas relações sociais, no âmbito das comunidades de práticas, procurando analisar o estilo como um fator que contribui efetivamente para a construção do significado social da variação.

Realizando uma reflexão sobre os objetivos do ensino de Língua Portuguesa, o linguista Possenti, em seu livro publicado em 1996, intitulado “Por que (não) ensinar gramática na escola”, aborda sobre como as pesquisas na área de linguagem contribuem para um grande avanço no conhecimento da língua como um todo. Ademais, o autor discorre sobre como as pesquisas linguísticas trazem estratégias para que sejam alcançadas melhorias nesse processo de ensino-aprendizagem linguístico.

No entanto, Possenti (1996) destaca que essas pesquisas ainda não foram capazes de solucionar tantos problemas e tantas polêmicas em relação ao ensino de línguas. Apesar de podermos afirmar que as pesquisas sociolinguísticas, principalmente no que tangem às crenças e atitudes, têm sido muito proveitosas para um melhor entendimento e compreensão de todos os processos, explícitos e implícitos, de variedade linguística. Além disso, a pesquisa sociolinguística tem sido de singular importância para refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dentro de sala de aula através de um viés focado na diversidade e na variação linguística (Cyranka, 2007; 2011; 2014; Cyranka; Botassini, 2009; Cuba; Barbosa, 2013; Freitag, 2017; Cuba, 2019, entre outros).

Concomitantemente, os trabalhos voltados às crenças e atitudes linguísticas podem, com certeza, ampliar o horizonte de discussões a respeito de fatores que englobam mudanças linguísticas, prestígio, desprestígio, preconceito e empoderamento linguístico, além da influência que outros idiomas podem ter no processo de aprendizado de língua materna.

Na sociedade como um todo, percebemos diferentes formas de “poder” existentes entre os grupos e as comunidades. Geralmente, ocorre que os padrões de uso de linguagem de um grupo dominante acabam servindo de modelo “necessário” à melhora social, tendo sido julgados como padrões de prestígio em sua maioria.

Por outro lado, os dialetos, sotaques de baixo prestígio, entre outros patamares, favorecem a redução de oportunidades de sucesso dentro da sociedade. É exatamente para com esse âmbito que a sociolinguística busca aprofundar as pesquisas e trabalhar com um

modelo mais voltado ao combate ao preconceito linguístico e ao empoderamento da diversidade linguística.

Faremos um apanhado da questão do prestígio linguístico, para que assim o leitor seja capaz de esmiuçar o conteúdo mais à frente e compreender que, por trás de toda a questão da norma e do purismo, existem conceitos que são oriundos de teorias clássicas, puristas e muito antigas, e que dificultam o avanço sociolinguístico. No decorrer do trabalho, traremos uma seção que discutirá exclusivamente a questão da diversidade e da língua em uso *versus* o purismo e autores da GT. No entanto, a fim de engajá-los em uma leitura mais fluida, é pertinente apresentar algumas diferenças importantes que fazem com que o falar formal seja mais prestigiado do que o falar rural ou dialetal.

Em seu artigo “Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia”, Marcos Bagno (2003) deixa claro que seria mais conveniente tratar as variedades formais no Brasil como três tópicos distintos. A saber: o primeiro seria a norma culta que, ainda de acordo com Bagno, estaria “ligada à tradição gramatical normativa, que tenta preservar um modelo de língua ideal, inspirado na grande literatura do passado” (Bagno, 2003, p. 78). A segunda seria aquela “norma culta dos pesquisadores, a língua realmente empregada no dia a dia pelos falantes que têm escolaridade superior completa” (Bagno, 2003, p. 78), e que teriam teoricamente vivenciado toda a trajetória em ambiente urbano. Além disso, finalmente teríamos a “norma popular” que, segundo Bagno, é a expressão empregada por ambos grupos citados anteriormente a fim de designar todas as variantes que não se enquadram nos falares ditos “cultos” (Bagno, 2003, p. 78).

No decorrer do capítulo, ele ressalta que a questão do prestígio social, portanto, não tem a ver com adjetivos qualificadores de beleza, estética ou algo assim, mas trata de uma construção ideológica inerente ao certame histórico e social, além de político e econômico, estendendo-se também a outras esferas. É daí proveniente o conceito de prestígio e desprestígio, ou seja, aquele falar que se enquadra em padrões formais seria denotado culto, e os outros dialetos seriam tratados com menos prestígio. Um exemplo a ser dado, a fim de ilustrar, é o dos falares rurais em contrapartida com falares urbanos. No mesmo sentido, tudo aquilo que não se encaixa no falar de mais prestígio e formal seria tratado como “inculto” (Bagno, 2003, p. 80).

Monteiro (2000), Silva e Botassini (2015) informam que a sociolinguística tem capacidade de evidenciar os valores e modos de pensar do indivíduo, concretizados através da produção de estruturas linguísticas diversas que são originadas pela comunidade daqueles falantes de uma língua X, de acordo com suas intenções discursivas (Silva & Botassini, 2015,

p. 63). Essa teoria realmente se confirmava já quando Monteiro (2000) frisava que a variação linguística nada mais é do que uma propriedade e também uma consequência da linguagem de nunca se efetivar idêntica, devido à sua oportunidade de ser múltipla no discurso (Monteiro, 2000, p. 63).

Em relação às crenças, sabemos que por muito tempo este foi um conceito muito mais complexo para se definir do que hoje. A maioria dos autores, entre eles os já citados em nossa pesquisa, entendem as crenças como uma maneira de pensar, relacionada à construção e percepção da realidade em sua volta, além das maneiras de observar e interpretar as coisas.

Para o professor de língua portuguesa, é necessário ter em mente os parâmetros de ensino através de uma concepção que preze não só pelo aprendizado do idioma e suas normatividades, mas também de sua cultura e história, levando em consideração o sujeito como indivíduo social inserido em um contexto. Assim, é preciso deixar de somente repassar regras gramaticais e nomenclaturas da Gramática Tradicional, para dar mais espaço na prática para atividades sociais mais letradas, sensíveis e cidadãs, assim como norteiam os documentos oficiais que regem o ensino brasileiro.

Em seu trabalho, Silva e Botassini (2015) destacam, em vista disso, como é importante que, durante sua formação, o professor consiga construir também uma base em relação à variação linguística e sua inserção em sala de aula, sobretudo, acreditando na efetividade de um trabalho com a língua portuguesa mais sensível à diversidade, e não somente prescritivista.

Em resumo, as crenças desempenham um papel fundamental na forma como interagimos com a língua que falamos. Elas moldam nossas percepções, escolhas e comportamentos linguísticos. Portanto, as crenças linguísticas são as convicções que temos sobre a língua. Como sociedade, devemos promover a aceitação e o respeito por todas as formas de linguagem, reconhecendo que cada variedade tem sua própria riqueza e história.

As crenças podem ser conscientes ou inconscientes e variam de pessoa para pessoa. Algumas crenças comuns incluem: Correção Linguística: Acreditamos que certas formas são “corretas” ou “erradas”. Por exemplo, a ideia de que “menas” não é uma forma aceitável de plural de “menos”. Prestígio Linguístico: Associamos maior prestígio a certas variedades linguísticas. Por exemplo, considerar o sotaque de uma região como mais elegante ou sofisticado. Normas Gramaticais: Acreditamos nas regras gramaticais que aprendemos na escola. Essas crenças influenciam nossas escolhas linguísticas, como o vocabulário que usamos, a pronúncia e até mesmo a escolha de línguas em situações específicas.

### 2.1.2 Definição e estudos realizados sobre crenças linguísticas

Levando em consideração essa linha de raciocínio discorrida acima, a mesma a qual adotamos, as crenças são, portanto, um produto social, mas também individual, perpassando por aspectos contextuais, diversos e dinâmicos, como também paradoxais. Alguns estudos têm tratado as crenças como área de cognição e, com isso, a crença envolve também questões multidimensionais, visto que está relacionada a diferentes aspectos de uma mesma situação.

Cabe mencionar, ainda, que as crenças linguísticas fazem parte de correntes ideológicas internas a cada pessoa, como uma convicção concreta, ou seja, uma opinião segura. Como afirma Santos (1996), por ser intrapessoal, a crença é um estado. Já para a pesquisadora Cyranka (2007, p. 20), o estudo das atitudes e crenças linguísticas está relacionado, em resumo,

ao da avaliação linguística, isto é, ao exame dos julgamentos dos falantes em relação à língua ou ao dialeto utilizado por seu interlocutor, estando subentendidas aí as mudanças implementadas, ou em implementação na língua, em relação à variedade considerada padrão. Os componentes dessas atitudes são o que pensam, sentem e como reagem os falantes expostos aos estímulos linguísticos que lhes são apresentados.

Podemos destacar que é justamente como concepção, como pensamento e forma de observar que se dá a crença, embora existam outras ideias e conceitos adotados em outras áreas do conhecimento, como História, Antropologia, Psicologia, além da própria esfera da Educação. Diversos estudiosos, entre eles Santos (1996), Barcelos e Vieira-Abrahão (2006), entre outros já citados, já haviam empreendido muitos avanços para o estudo das crenças.

Para a nossa pesquisa, ademais das definições mencionadas, podemos trazer como referência a definição de Barcelos e Vieira-Abrahão (2006, p. 18), que denotam crença como

[...] uma forma de pensamento, como construções de realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências e resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais.

De acordo com os autores, podemos observar que as crenças podem ser compreendidas como uma forma de enxergar o mundo e tudo que se relaciona e ele, ou seja, as crenças são oriundas das experiências e das interações que tal pessoa vive ao longo de sua vida, estendendo-se às esferas sociais, contextuais e específicas. Dessa forma, uma vez entendida como pensamentos e conceitos, as crenças nem sempre são as mesmas para todos,

ou seja, ela pode variar de acordo com cada comunidade, região ou contexto específico de cada situação.

Complementando e reproduzindo a definição de Labov (2008), o que reforça a nossa linha de raciocínio, crença é “um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são compartilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão” (Labov, 2008, p. 176).

Por conseguinte, para Sella (2012, p. 79), estudar as crenças linguísticas é afirmar a

concepção de língua como sistema socialmente determinado e heterogêneo, cuja variação estrutural está relacionada aos contextos cultural, social e histórico, rompe com a crença de sistema homogêneo e autônomo, colocando na dianteira das pesquisas linguísticas o olhar sobre a organização das sociedades e a língua como elemento que reflete e orienta essa organização. Configura-se, portanto, entre língua e sociedade uma relação dinâmica de determinação em que a fala é direcionada pelo jogo de relações de poder e prestígio entre os grupos.

Nesse sentido, as crenças são adotadas a partir de uma visão dinâmica, social e contextualizada. Barbosa e Cuba (2015) já tratavam sobre a questão das crenças serem passíveis de serem alteradas ao longo da vida, além de poderem ser ressignificadas através de diferentes experiências daquele indivíduo com outras situações. Em resumo, as crenças são responsáveis pela concretização das atitudes linguísticas.

Com isso, diferentes testes de crenças linguísticas já aplicados em outros países e em outras regiões do Brasil (como o de Cyranka) evidenciam que, para os alunos em geral, há uma clara distinção entre a variedade culta e outras variedades da língua. Existe, internalizada aos falantes, a forte noção de que a variedade culta está diretamente ligada ao poder e *status* social.

De acordo com Cyranka (2007), em sua Tese de Doutorado, por exemplo, uma vez baseada nas concepções que desenvolveu a partir dos testes aplicados, de acordo com ela isso "fica mais explícito em relação aos alunos da zona rural, que chegam a avaliá-la negativamente, como se viu. Isso tem consequências pedagógicas importantes e deve, por isso mesmo, ser alvo de reflexão dos agentes escolares" (Cyranka, 2007, p. 111).

Em vista disso, nota-se que os estudos sociolinguísticos têm mostrado que a língua é um conjunto de variantes. Tanto em pequenas comunidades como em grandes sociedades, a língua nunca é utilizada da mesma forma por todos os falantes. As diferenças ocorrem em diferentes níveis e, assim, é impossível estabelecer um padrão, visto que cada indivíduo possui suas características como falante de acordo com diversos aspectos sociais e históricos. Nesse sentido, "dizer que a Sociolinguística trata da relação entre a língua e sociedade é fazer

uma afirmação correta, mas, ao mesmo tempo, excessivamente simplificadora" (Camacho, 2001, p. 49).

A partir disso, é possível assegurar que a sociolinguística contribui de maneira vultosa para o aprendizado e é importante para delimitar os segmentos que constituem o entendimento dos elementos da língua. O reconhecimento das variedades da língua, portanto, não se dá por uma pedagogia concentrada no domínio de formas linguísticas, mas no entendimento das diferenças que englobam os aspectos que dão forma às variedades linguísticas.

Essa afirmação nos faz refletir os princípios da sociolinguística. Voltado às crenças, portanto, ponderamos que a língua ocorre na interação social, e que o papel das universidades enquanto formadoras é o de levar os alunos a compreenderem que não devem ser reprodutores das desigualdades da língua, mas sim associar cada diferença aos aspectos que a sociolinguística nos traz.

A escola, ou a academia, deve levar o discente a refletir acerca do fato de que algumas variantes linguísticas não são aceitas e podem ser julgadas erroneamente devido à falta de conhecimento dos aspectos linguísticos. Enquanto outras variedades, por ora, são levadas com mais estima e consideradas com maior "valor social". Dessa forma, os estudos da sociolinguística voltados às crenças e as atitudes não julgam a fala correta ou errada, mas sim defendem a importância de saber adequar o diálogo de acordo com cada situação.

Nesse mesmo âmbito, podemos utilizar das palavras de Britto (2004, p. 134), linguista que afirma que

quanto maior o letramento, maiores serão, entre outras coisas, a manipulação de textos escritos, a realização de leitura autônoma (sem intervenção ou apoio de outra pessoa), a interação com discursos menos contextualizados ou mais auto-referidos, a convivência com domínios de raciocínio abstrato, a produção de textos para registro, comunicação ou planejamento, enfim, maiores serão a capacidade e as oportunidades do sujeito de realizar tarefas que exijam monitoração, inferências diversas e ajustamento constante. Nesse sentido, o letramento, mais que alfabetização ou o domínio das regras de escrita, é um estado ou condição de quem se envolve em numerosas e variadas práticas sociais de leitura e da escrita.

Essa perspectiva nos leva a questionar os padrões que as escolas oferecem em relação ao estudo das variantes linguísticas. Adotando essa visão, há a possibilidade de uma educação transdisciplinar, como defende Britto (Britto, 2004a, p. 134 *apud* Faraco, 2011, p. 04).

A mudança no ponto de vista da variação linguística implica abrir mão de projetos padronizadores e direcionar os estudos para o que é realmente relevante neste caso. Nas ideias de Britto (Britto 2004a, p. 135 *apud* Faraco, 2011, p. 05), ainda possuímos, de um lado, os que pregam a descrição e a difusão das variedades tradicionais na fala e na escrita, enquanto,

por outro lado, linguistas lutam pelo combate sistemático aos preconceitos linguísticos.

Em adição, Faraco afirma que os puristas, “em nome de uma norma-padrão artificialmente fixada, ainda circulam entre nós, quer na desqualificação da língua portuguesa do Brasil, quer na desqualificação dos seus falantes” (Faraco, 2011, p. 06). Portanto, é fundamental o papel da escola, sobretudo em cursos de graduação voltados para a licenciatura em língua portuguesa, em mostrar as diferenças e a importância do reconhecimento das variedades para, assim, estudar a fundo quais os demais fragmentos indispensáveis no estudo da sociolinguística.

O que o estudo das crenças e atitudes procura, ao estudar e desenvolver pesquisas sobre tais questões, finalmente, é “correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares” (Camacho, 2001, p. 50).

Para Cyranka (2007, p. 20), que realizou um trabalho com alunos de Juiz de Fora-MG, o estudo das crenças linguísticas está relacionado à questão da avaliação do uso linguístico, ou seja, aos julgamentos e impressões dos falantes em relação à língua. Subentendido aí as mudanças, propriedades e relações que o falante estabelece em relação à variedade considerada padrão.

Estudos como o de Cyranka sobre as crenças linguísticas mostraram que os falantes, na maioria das vezes, não demonstram prestígio pela língua e julgam falar errado diante da perspectiva adotada por eles como falante bom ou ruim. A fim de ilustrar tal afirmação, segundo a autora, os alunos responderam que acreditam que “só há um modo de falar corretamente: aprender o que a escola ensina. - Afirmam a influência da escola na construção, nos alunos, de crenças negativas em relação a sua competência de uso da língua, mesmo na sua fala espontânea” (Cyranka, 2007, p. 118), o que evidencia o desprestígio linguístico por parte daquela comunidade.

Além disso, a autora constata que a escola ainda não conseguiu desfazer os mitos de muitas das crenças apresentadas pelos alunos. Como, por exemplo, a de que é preciso corrigir a fala dos alunos. Nesse contexto, a autora destaca que os professores se mostram “contrários e desfavoráveis às variedades linguísticas” (Cyranka, 2007, p. 123), o que acaba reforçando a tendência dos alunos desacreditarem em suas próprias capacidades de fala e comunicação, de acordo com os padrões escolares.

Para ela, uma das possíveis soluções é promover atividades de reflexão sobre a língua e a linguagem, para assim desconstruir as falsas crenças e o preconceito linguístico. Com isso, instigar o aluno a compreender o uso e a aplicação das competências que dizem respeito à

variedade culta da língua é fundamental.

O professor, sobretudo nesta missão, desempenha papel fundamental para levar o aluno a desconstruir as crenças e os mitos que carrega diante do uso da própria língua. Segundo a autora, os professores têm a capacidade de levar os alunos a “desenvolver uma boa autoestima, acreditando na possibilidade de se tornar um usuário competente de sua língua, capaz de transitar tanto pelas situações de maior formalidade quanto por aquelas de total descontração” (Cyranka, 2007, p. 124).

Na pesquisa feita por Cyranka (2007, p. 127), que avaliou as crenças linguísticas de alunos de escolas públicas da cidade de Juiz de Fora-MG, percebeu-se, por parte dos alunos,

um preconceito significativo contra a própria fala: 40,8% ainda julgam que não falam bem; uma desvalorização da fala da família e dos amigos (53,7%); a crença de que o bom professor de Português fala sempre corretamente (71,1%). Por parte dos formandos, apenas 3% compartilham desta última crença, muito embora 72,7% consideram que falam bem. Por parte dos professores, é categórica a crença de que falam bem; mas ainda 38,1% acham que devem corrigir a fala dos alunos, embora não julguem (90,9%) que só a escola ensine a falar corretamente.

Os resultados evidenciam o conflito que há entre o reconhecimento das variáveis linguísticas e o uso da língua. Não há, por parte dos alunos e dos professores, o estudo das variedades linguísticas como recursos e propriedades inerentes à língua portuguesa, e não como partes erradas da língua. Para Cyranka (2007, p. 06), os resultados “apontam para a existência de um sistema de crenças, muitas delas equivocadas, e de seus efeitos na aquisição da variedade culta da língua”. Além disso,

os resultados evidenciaram alunos em conflito entre a aprovação de sua variedade linguística (teste de atitudes) e a declaração de que não sabem escrever, nem falar bem (teste de crenças): os alunos da oitava série estão inibidos em relação ao uso de sua própria língua e condicionam o desenvolvimento dessas competências a crenças equivocadas, como aprender regras de gramática e de ortografia. Daí sua baixa autoestima e o preconceito linguístico às vezes até mesmo contra sua própria fala, que consideram menos correta do que a escrita. Isso pode constituir indício da insuficiência do trabalho com a oralidade na escola, instituição com a qual, no entanto, contam para lhes suprir o que consideram suas deficiências linguísticas.

No trabalho de Aguilera (2008), que aplicou um questionário de crenças para alunos entre 15 e 16 anos de vinte e cinco capitais brasileiras, os resultados mostram a falta de prestígio pela língua falada naquela comunidade. Os dados levantados pela autora marcam três pontos cruciais na conclusão da aplicação dos testes: primeiro o fato de que as crenças negativas tangem mais aos professores, e segundo que os alunos não têm a capacidade de reconhecer as aplicações da língua portuguesa em sua vida profissional.

Na pesquisa (Aguilera, 2008, p. 108), um informante de Cuiabá destacou e chamou a atenção para

os efeitos negativos do contato linguístico do cuiabano com outros dialetos, como o carioca. O cuiabano pseudointelectual correria o risco de se deixar contaminar ou adulterar pela fala do grande centro, modelo de prestígio linguístico para o viajante, mas um horror, um desencadeador da perda da identidade filológica ou linguística, para o historiador e jornalista cuiabano. O contato com outros falantes, segundo o informante, pode levar à insegurança linguística decorrente da alternância ou mudança de código, mas, pior ainda, à deslealdade linguística expressa na vergonha de falar como cuiabano.

O estudo de crenças realizado por Barbosa e Cuba (2015), com 31 alunos do Ensino Médio de em duas escolas públicas de Uberaba-MG, mostraram resultados semelhantes aos encontrados nos estudos de Cyranka (2008): os alunos não têm, em maioria, orgulho do seu jeito de falar. Embora considerem que outras formas de falar são bonitas. Além disso, acreditam que a língua escrita é mais correta do que a falada e que, assim, escrevem melhor do que falam.

No mesmo sentido, os alunos participantes da pesquisa de Barbosa e Cuba (2015) trazem consigo a seguinte concepção:

3. pensam que uma das funções da escola é corrigir a fala dos alunos e também que a escola onde estudam os ajuda a escrever e falar corretamente em diferentes situações; 4. pensam que os adultos falam melhor que os jovens; 5. consideram a linguagem dos livros mais bonita e melhor do que seu próprio jeito de falar; 6. acreditam que falar bem é tão importante quanto escrever bem; 7. demonstraram que um professor de Português competente deve falar de acordo com as regras da gramática; 8. acreditam que seu professor de Português fala corretamente e que ele mostra, nas aulas, as diferentes maneiras de falar; 9. mudam sua maneira de falar de acordo com a situação em que estão.

As crenças linguísticas, intrínsecas à nossa relação com a língua, desempenham um papel significativo na forma como percebemos e avaliamos diferentes variedades linguísticas. Essas crenças moldam nossas atitudes em relação a dialetos, sotaques e formas de falar, influenciando nossas interações sociais e até mesmo nossas escolhas linguísticas.

Um estudo interessante realizado no estado do Paraná, investigou as crenças e atitudes linguísticas de falantes naturais de duas cidades: Londrina-PR, localizada na região norte, e Pitanga-PR, situada no centro do estado. Essas duas localidades apresentam diferenças dialetais, notadamente relacionadas ao fenômeno fonético do alçamento da vogal média átona final /e/.

Em Londrina-PR, o fenômeno resulta em uma vogal alteada, enquanto em Pitanga-PR, a vogal média é mantida. A partir dessas diferenças, os pesquisadores analisaram o posicionamento de 24 informantes (doze de cada localidade) em relação ao seu próprio falar e ao falar do outro. Os resultados revelaram um preconceito linguístico direcionado ao subdialeto pitanguense e, em contrapartida, uma alta valorização do falar londrinense. Essa valorização foi essencialmente sustentada pelas coerções sociais que envolvem as duas cidades em questão.

Essa pesquisa destaca a importância de compreendermos nossas crenças linguísticas e como elas afetam nossas atitudes em relação à diversidade linguística. Ao reconhecermos esses padrões, podemos promover uma maior aceitação e valorização das diferentes formas de expressão, contribuindo para um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

Com tudo isso, frisamos que o ambiente escolar ou acadêmico, portanto, não deve simplesmente ignorar a bagagem cultural que é levada pelo aluno até a sala de aula. Pelo contrário, deve estimular o desenvolvimento das capacidades prévias que tais alunos apresentam, para assim acarretar o entendimento efetivo por parte do aluno em relação à variedade considerada padrão e as demais variedades culturais e históricas da língua.

Portanto, levando em consideração a relevância dos estudos das crenças linguísticas para o desenvolvimento e o empoderamento linguísticos, buscamos investigar as crenças dos alunos ingressantes e quase egressos dos cursos de Letras de uma universidade pública de Uberaba-MG, para entender de que forma eles julgam o uso de empréstimos estrangeiros na LP, e se vão ao encontro ou de encontro com as polêmicas geradas pelo PL do então deputado Aldo Rebelo.

Uma vez que buscamos analisar e compreender as atitudes linguísticas dos alunos de Letras diante o uso de empréstimos estrangeiros na língua portuguesa, primeiramente, precisamos conhecer suas crenças perante tal objeto. Em outras palavras, precisamos conhecer a concepção que eles trazem e o que pensam a respeito da presença de empréstimos estrangeiros no cotidiano, seja na fala ou na escrita. Em um primeiro momento, focamos em um *corpus* escrito, para que assim possamos justamente qualificar esta concepção linguística que esses alunos carregam em sua trajetória acadêmica.

Na próxima subseção, discorreremos sobre as teorias que envolvem as atitudes linguísticas, além de abordar sobre a definição e trabalhos realizados com o tema relacionado às atitudes. Detalharemos também sobre os objetivos das atitudes e de como elas são capazes de produzir reflexões sobre a língua (materna, neste caso) e suas subjetividades.

### 2.1.2 Atitudes linguísticas

Para que possamos obter uma discussão plausível sobre atitudes linguísticas, em um primeiro momento é necessário entender e buscar compreender as adjacências que envolvem os aspectos subjetivos de avaliação das mudanças em curso. Como apontado anteriormente em nossa pesquisa, o estudo das crenças e atitudes, aqui principalmente atitudes em relação à língua, está muito ligado à questão dos julgamentos dos falantes de uma comunidade X em relação à língua ou determinado aspecto dela.

Por exemplo, uma variante, um dialeto utilizado por seu interlocutor, ou até mesmo um contexto específico de uso da língua, estendendo-se também em relação à própria variedade considerada padrão, podem despertar determinadas impressões e/ou reações diferentes em cada indivíduo. A fim de ilustrar, esmiuçamos pesquisas de importantes teóricos da linguagem, para que assim pudéssemos adotar uma concepção de atitude que nos embasou no decorrer da pesquisa e auxiliou em nossa metodologia.

### 2.1.2 Definição e estudos realizados sobre atitudes linguísticas

Como mencionado, o estudo das atitudes linguísticas é muito correlacionado com o estudo das avaliações linguísticas. Em outras palavras, as atitudes linguísticas podem ser definidas como os exames ou julgamentos dos falantes em relação a determinado dialeto. Em suma, o resultado dessas atitudes é o que as pessoas sentem, expressam, pensam e reagem para com aqueles falantes inseridos no contexto analisado.

Um estudo que ficou bastante conhecido no âmbito da investigação das crenças e atitudes linguísticas foi um já citado nesta pesquisa, o de Cyranka (2007). Em sua tese, ela discorre sobre a árdua tarefa que os pesquisadores do século passado tiveram para conceituar atitudes.

Fazendo uso de uma citação de Williams, recorrendo às teorias de Labov, a autora traz uma citação onde é apresentada uma definição de atitude que já havia sido embargada por outros teóricos. Em busca de conceituar atitude linguística, o estudioso Williams (Williams, 1973a, p. 113 apud Cyranka, 2007, p. 20), argumentou que

já ficou constatado pelos pesquisadores (e.g. Labov, 1966, Shuy 1969, Williams 1970) que as atitudes linguísticas são o outro lado da moeda do dialeto social. Isso significa que, se temos traços linguísticos que estão correlacionados com a estratificação social dos falantes, então parece plausível – e as pesquisas têm

confirmado isso – que esses traços podem servir de pistas para a avaliação do ouvinte quanto ao status social dos falantes.

Podemos observar que o estudo das atitudes não é algo tão novo como parece no ambiente científico. Disciplinas como Psicologia e Sociologia já vinham se dedicando arduamente em relação à investigação do impacto das atitudes nas relações sociais cotidianas das pessoas. A Psicologia, mais especificamente a Psicologia Social, foi a fundadora da investigação das atitudes. Ademais, estudos de Lambert e Lambert que datam de 1966 já buscavam investigar e conceituar as atitudes. Alguns testes e pesquisas dos autores serão citados abaixo.

Outro estudioso, Liebkind (1999), que desenvolveu trabalhos na área de atitudes, define que os processos psicológicos, o que inclui a maneira de se portar e fazer atribuições, são concretizadas em forma de atitudes, e tornam-se primordiais para o entendimento das relações sociais. O autor discorre sobre o assunto e afirma que “a psicologia social da linguagem é focada em papéis motivacionais, de crenças e também na identificação de um comportamento individual da linguagem. Com isso, a psicologia social tenta ligar a linguagem e a etnia individual para que, trabalhando juntas, identifiquem como essas identidades são formadas, apresentadas e mantidas” (Liebkind, 1999, p. 143, tradução nossa).

Portanto, a área de estudo da sociolinguística engloba, entre suas tarefas, a de pesquisar a diferença entre: a) o modo como as pessoas usam o idioma; e b) como são suas crenças a respeito de sua personalidade linguística, bem como os falantes de outras e de sua própria comunidade. Uma vez claro o fato de que existe uma estreita relação entre crenças e atitudes, a relevância do estudo das atitudes se dá por conta de que, além de mostrarem diferentes aspectos da comunidade, elas também têm carga decisiva nos processos variacionistas e de mudanças em curso.

Isso porque as crenças e as atitudes estão ligadas à concretude das mudanças, visto a necessidade de que haja falantes e que de que a língua seja praticada, para que haja a eleição de um idioma em detrimento de outro, e conseqüentemente ocorra o processo de ensino e aprendizagem inseridos em tal comunidade. Tal fator já foi apontado nas décadas finais de 1990 e início dos anos 2000, com autores como Gómez Molina, Moreno Fernández, entre outros.

Em conformidade com os estudos de Lambert e Lambert, para Cyranka (2007), atitude linguística nada mais é do que o reflexo da avaliação linguística que interlocutores possuem frente a uma determinada variedade da língua. Dessa maneira, para ela (Cyranka, 2007, p. 20),

o estudo das atitudes linguísticas está relacionado ao da avaliação linguística, isto é, ao exame dos julgamentos dos falantes em relação à língua ou ao dialeto utilizado por seu interlocutor, estando subentendidas aí as mudanças implementadas, ou em implementação na língua, em relação à variedade considerada padrão. Os componentes dessas atitudes são o que pensam, sentem e como reagem os falantes expostos aos estímulos linguísticos que lhe são apresentados.

Como podemos ver, a autora determina que as atitudes são criadas a partir de crenças que, por sua vez, são socialmente construídas. Apoiando-se em Dittmar (1976), a pesquisadora informa que as atitudes estão ligadas à relação afetiva que determinado interlocutor apresenta em relação à língua ou alguma variedade linguística, em contrapartida, as crenças ficariam no nível da relação cognitiva com a mesma.

Nesse contexto, tomaríamos como cognição alguma coisa construída em esferas de interação social, ou seja, prescrita por processos culturais e/ou sociopolíticos. Em suma, crenças são de patamar mais coletivo, enquanto as atitudes são materializações individuais das crenças.

Em resumo, as atitudes linguísticas são como componentes, como produtos do pensamento do indivíduo em relação a determinada variedade linguística. Tais produtos serão, transpostos na escrita ou na fala, denotados como as atitudes linguísticas expressas pelo falante, ou seja, é como se tentássemos quantificar e qualificar a forma linguística daquela pessoa pensar e/ou se expressar.

A definição de crenças e atitudes adotada pelos autores supracitados, sobretudo Cyranka, aproxima-se muito do entendimento de atitudes e crenças que adotamos e pretendemos discutir na análise dos dados. Não obstante, atitudes não são meramente individuais, mais do que isso, são a manifestação individual de uma impressão construída socialmente.

Diversos pesquisadores vêm trabalhando para conceituar atitude linguística. Já sabemos que esta não é uma definição tão fácil de ser alcançada, por muitos fatores. Um dos fatores que acaba dificultando a definição de atitude linguística é justamente a complexidade de dimensionar e quantificar exatamente essas impressões dos falantes em relação à língua, aqui mais especificamente a língua portuguesa. Isso porque, como sabemos, a língua apesar de abstrata tem representatividade bastante concreta no dia a dia dos falantes, por exemplo, para viabilizar a comunicação de diversas maneiras.

O estudioso Williams (1973, p. 13) lembrou nomes de importantes linguistas que já buscaram retratar a atitude linguística como uma forma de avaliação dos ouvintes perante um

status social específico. No Brasil, a linguista Barcelos (2006, p. 15) faz uma retomada e observa que o estudo das crenças não deve ser descartado ao falar de atitudes linguísticas. Isso se deve ao fato de ambos os temas estarem estreitamente interligados e também servirem de pressupostos para pesquisas de outras áreas como Antropologia, Psicologia, Linguística Aplicada ao ensino de línguas, entre outras vertentes. Nesse sentido, repassaremos por um breve histórico dos estudos das atitudes linguísticas.

Datam da década de 1960 as primeiras teorias sobre as atitudes linguísticas. Lambert et al. (1960) indagaram sobre qual seria a avaliação de jovens falantes de inglês e francês, oriundos do Canadá, em relação à própria língua. Com isso, seu experimento passou a ser conhecido como “*matched guise*” e, mais tarde, foi traduzido por Bortoni-Ricardo (1977) como “comparação de modalidades”.

O experimento consistia em pedir aos falantes bilíngues que gravassem um texto igual, lido ora em um idioma, ora em outro. Jovens estudantes então foram convidados a participarem da pesquisa, e conseqüentemente a ouvirem as gravações dando julgamentos aos áudios em escalas de “muito pouco” em contraste com “muito”, sempre em relação a quesitos como confiabilidade, ambição, altura, beleza, inteligência, entre outros. No total, 14 itens foram analisados.

A pesquisa demonstrou que os jovens avaliadores deram melhores atribuições aos falantes da língua inglesa, ou seja, não perceberam que se tratava do mesmo leitor do texto. A pesquisa possibilitou concluir que as amostras de fala induzem nos ouvintes algumas atitudes que, possivelmente, eles associaram ao idioma do próprio leitor que ouviram e julgaram e, dessa forma, o inglês canadense predominou positivamente.

Como resultado, o estudo deixou uma relevante experiência da real existência de padrões de grupos que são mais prestigiados em relação aos grupos subestimados na sociedade, isso tudo interno à construção de sua própria auto-imagem. Em outras palavras, Williams et. al. (1976, p. 01) já elucidaram que a nossa fala oferece uma forma variável e rica de relações e interrelações sociais, éticas e culturais.

Assim, cada um dos aspectos possui um comportamento individual ao ser recebido pelo interlocutor. Ou seja, as atitudes linguísticas são as formas como percebemos nossas e outras características sociais, culturais e comunitárias, fazendo parte de um processo de conservação, ou então de mudança. Tal perspectiva teórica será adotada em nossa pesquisa, perpassando por outros estudos realizados em busca de investigar as atitudes linguísticas, desde as pioneiras até as mais atuais.

Sem dúvida, uma pesquisa que foi bastante marcante no âmbito das atitudes linguísticas foi a de Labov em 1976, em que o linguista pesquisou, na Ilha Martha's Vineyard, localizada na costa de Massachusetts, a diferença entre os falantes de inglês do tratamento fonético do ditongo [aw], encontrado em palavras como house. Nessa pesquisa, Labov observou como os falantes diferenciavam linguisticamente os falantes membros da comunidade que lutavam para se manterem lá, daqueles falantes que buscavam migração para outros locais.

Em seu trabalho, o autor inferiu que os primeiros - aqueles militantes pela permanência - adotavam um falar típico do lugar, ou seja, usavam mais a centralização do [a] do ditongo, enquanto os outros já faziam uso de uma pronúncia muito mais intercontinental. Isso mostrou o quanto a variante social tem reflexo diante dos comportamentos linguísticos individuais e também coletivos e, dessa forma, impactam nas crenças e atitudes em relação àquele dialeto.

Labov pesquisou de forma profunda a questão das atitudes em relação ao uso de variantes e seus impactos sociais. Uma outra pesquisa feita por ele, em 1966, frisou a questão do tratamento dado ao [r] em relação à posição pós-vocálica de vendedores de lojas de Nova York. Neste trabalho, a conclusão foi a de que quanto maior o grau socioeconômico dos clientes daquela loja, maior destaque dado em relação ao [r] na pronúncia dos empregados. Mais um trabalho com enfoque em mostrar como a sociedade, a cultura e a língua estão ligadas e como as crenças e as atitudes estão internas em cada pessoa e em cada comunidade linguística.

Sem dúvidas, a técnica desenvolvida por Lambert et. al. (1960) foi uma das propulsoras e tem sido muito utilizada. Dessa maneira, a técnica vem sofrendo alterações quanto à aplicação, tanto quanto ao tipo de produção, quanto à escala de avaliação. Isso é decorrente do viés dinâmico da técnica *matched guise*, que possibilita adequações de acordo com o contexto e a pretensão do *corpus* de análise.

Em relação à escala de avaliação, as modificações dizem respeito mais ao diferencial semântico, que resulta da construção de uma diversidade de escalas de pontos, com adjetivos de determinantes opostos que são colocados nas extremidades da escala. Assim, existe a possibilidade de que a pessoa ilustre o campo que pretende analisar como algo assim:

Menos inteligente \_\_ : \_\_ : \_\_ : \_\_ : \_\_ : \_\_ : \_\_ Inteligente

A partir dessa construção, há uma infinidade de possibilidades e pode-se obter uma classificação diversa de atitudes em relação a diferentes estímulos. Com as respostas marcadas, é possível alcançar um cálculo descritivo e também demonstrativo de reações dos interlocutores em detrimento das amostras de fala e/ou escrita. Consequentemente, almeja-se a avaliação de dialetos ou comunidades de fala.

Outro estudo importantíssimo foi o de Shuy e Williams (1973), o qual partiram da constatação de que, além de uma estratificação social, os julgamentos dos falantes denotavam uma grande variedade de associações conotativas. Os teóricos analisaram julgamentos de americanos de Detroit quanto ao dialeto britânico e outros usuários da variedade padrão do inglês que eles próprios faziam uso. O objetivo era identificar até que ponto a estratificação social existia, e se ela poderia ser observada nas atitudes implícitas das pessoas em relação aos que falavam aquele dialeto.

Para tanto, fizeram uso de um estudo anterior que havia registrado as atitudes e julgamentos de estudantes de nível fundamental e médio, além de adultos da cidade de Detroit. Em sua pesquisa, 620 pessoas das amostras selecionadas foram analisadas. Do ponto de vista quantitativo, o dialeto britânico padrão e o de Detroit foram os mais bem avaliados. Em contrapartida, o falar sulista foi o de pior avaliação. Da mesma forma, quanto à complexidade, o falar britânico foi o que teve avaliação de mais complexo, enquanto o dialeto padrão foi tido como muito mais complexo do que os outros três. Mais uma vez, o falar sulista saiu em último lugar nas avaliações.

Tal pesquisa mostrou que, na prática, quanto mais alto o *status* social da pessoa, mais bem avaliada julgaria o falar britânico. Ademais, foi revelado também que o dialeto padrão é mais bem visto pelos adultos do que pelos jovens. Em resumo, o estudo demonstrou que as pessoas constroem suas atitudes estereotipadas sobre os falares, confirmando a relação das atitudes com um componente psicológico.

Em 1973, Taylor realizou uma pesquisa nos Estados Unidos, mais precisamente na *Federal City College and Center for Applied Linguistics*, onde pesquisou as atitudes linguísticas na área da sociolinguística educacional. Ele propôs investigar se os problemas enfrentados pelos professores em sala de aula tinham relação com suas próprias atitudes em relação à língua e à cultura. O estudioso levantou a hipótese de que as relações em âmbito escolar seriam melhor compreendidas se as atitudes dos professores em relação à variedade não-padrão, especificamente o *Black English*, fossem comparadas e analisadas.

A pesquisa mostrou, surpreendentemente, que a porcentagem de professores que possuíam atitudes mais positivas em relação ao falar não-padrão eram aqueles que tinham

mais de três anos de docência. Ou seja, apenas professores com mais tempo de casa estavam abertos para conhecer novos métodos. Aqueles professores com menos tempo de docência afirmavam-se inseguros e impotentes quanto à prática de novas metodologias.

No Brasil, as pesquisas sociolinguísticas focadas no estudo das atitudes linguísticas têm se voltado mais para o setor educacional. Interessante mencionar que, com tais pesquisas, existe a possibilidade de catalogar os resultados e realizar um levantamento prático da importância do papel da escola na construção social dos indivíduos. Em concomitância com autores estrangeiros, linguistas brasileiros também estiveram focados em analisar falares de diferentes regiões do país, a fim de catalogar as comunidades de fala, dialetos, crenças e atitudes.

Entre diversos trabalhos realizados, podemos mencionar novamente um autor de bastante relevância, um precursor dos estudos no âmbito das crenças e atitudes no Brasil. Santos (1976) explica que neste estudo, pessoalmente, buscou analisar as teorias de Labov em que afirma que a percepção social de fatores linguísticos é oriunda de um terceiro estágio. Como afirmava Labov, a percepção está dentro de um complexo processo de aprendizado linguístico que acontece na adolescência. Santos, por sua vez, buscou empreender sua pesquisa voltada a estudantes de um bairro carioca localizado na Zona Norte.

O linguista categorizou 115 participantes, de ambos os sexos, alunos do Ensino Fundamental II entre 12 e 18 anos. Além disso, selecionou também pais de alunos, maiores de 18 anos, todos relacionados a uma escola pública da cidade do Rio de Janeiro-RJ. Para o teste de atitudes, ele escolheu seis variantes fonéticas, todas consideradas com algum problema e que foram inseridas em diferentes contextos, para que dessa forma fosse atingida uma análise de patamar estilístico e também de variedade social. Com isso, Santos investigou indiretamente a percepção e avaliação subjetiva de tais variantes.

A saber, as variantes escolhidas por Santos foram: a) se há a presença ou não de consoante final em vocábulos oxítonos, como ocorre em [fal'a]; b) a ocorrência de palatalização ou não da lateral antes de vogais anteriores, como acontece em palavras como [kui'é]; c) se existe nasalização ou não, em sílaba átona final, de vocábulos, como percebemos em [nuve]; d) como é o desenvolvimento de vogal anterior nos grupos consonantais em que o segundo elemento é oclusivo, como observamos na palavra [pineu]; e e) a presença ou ausência de elemento nasal em sílabas simples iniciais de vocábulos [ignorãti] (Cyranka, 2007, p. 36).

Em seu estudo, Santos chegou a conclusão de que aqueles alunos de classes mais pobres passam a ter grande estigma em relação à variação linguística dos seus pais, enquanto

os da classe alta com certeza se aproximam mais ainda da variedade dos pais. Na visão de Cyranka, na pesquisa de Santos a escola não foi capaz de cumprir com o seu papel de levar os alunos a terem consciência sobre o real significado social das variantes linguísticas.

Uma outra pesquisa muito pertinente para o estudo das atitudes linguísticas foi o de Bortoni-Ricardo, em 1981, que buscou investigar no âmbito das reações subjetivas e das atitudes qual seria o efeito da concordância verbal da variedade não-padrão em relação aos interlocutores de dois grupos sociais diferentes. Ela selecionou estudantes universitários da Universidade de Brasília (UnB) e alunos do curso supletivo, turno noturno, do Ensino Fundamental II que também residem em Brasília-DF.

Nesse caso, Bortoni-Ricardo escolheu fazer uso de amostras de fala feitas pelo mesmo falante, a fim de serem julgadas diretamente pelos participantes da pesquisa. Com isso, ela conseguiu testar o efeito que tais sentenças e frases, contendo regras diferentes de concordância verbal, seriam produzidas pelas pessoas participantes. A autora constatou que há uma falta de conscientização por parte dos falantes de baixa escolaridade em contraste com a concordância verbal não-culta.

Outro ponto destacado por Bortoni-Ricardo (2004) foi que aqueles estudantes de nível superior estigmatizam o uso não-padrão da concordância, enquanto os de baixa escolaridade não rechaçam tais formas. Portanto, ela acredita que, para esta faixa, ainda não existe a influência de conceitos de prestígio da norma padrão, consequentemente demonstrando uma fase avançada em relação ao desenvolvimento e avanço do processo de traços linguísticos. Tal postulado vem sendo confirmado em outros trabalhos e pesquisas também.

Mais uma pesquisa voltada a testes de atitudes específicas para a língua portuguesa foi realizada em 1993, com Roncarati. Os testes foram aplicados em informantes da fluminenses e foi possível concluir que tais pessoas reconhecem em suma a importância da língua como parte da identidade cultural, social e histórica dos indivíduos. Ademais, os informantes afirmam que a escola dificulta a aprendizagem ao afastar-se da linguagem popular e ao aumentar ainda mais a distância entre a realidade social e a prática escolar.

Mais adiante, em 1994, Roncarati esteve no IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), onde coordenou uma mesa redonda voltada aos testes de atitudes linguísticas que haviam sido aplicados em diversas partes do Brasil. Entre os nomes dos autores e as regiões estavam: Bortoni-Ricardo, Gomes e Malvar, que aplicaram testes em 1994 em Brasília-DF; Da Hora, que aplicou o teste em João Pessoa-PB no ano de 1995; Roncarati, que investigou as atitudes linguísticas no ano

de 1996 em Fortaleza-CE, entre outros. No encontro, foram esmiuçados os trabalhos realizados em tais regiões, e discutiremos um pouco acerca deles abaixo.

Em João Pessoa-PB, Da Hora (1995) investigou as atitudes de participantes residentes na localidade em relação a sua própria fala, bem como da fala de outros. Para Da Hora, a percepção fica mais fácil de ser percebida quando voltada ao plano segmental, por exemplo, quando o aspecto gramatical está mais significativo do que o campo do fonético-fonológico. Ele notou que, a nível supra-segmental, os falantes participantes da pesquisa têm mais consciência linguística.

Roncarati, em outra pesquisa empreendida, relatou resultados de uma análise realizada com alunos da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, e buscou delimitar qual a avaliação social do fenômeno do enfraquecimento das fricativas como em palavras “hente”, “há fui”, “gostaha”, ou seja, a chamada heização. Como resultado, os participantes julgaram esse uso displicente, e Roncarati afirmou que, ainda assim, esse quadro diagnóstico dos dialetos brasileiros nos permite ressignificar as políticas de intervenção educacional em diferentes faces.

Realizando esta pesquisa, portanto, acreditamos também que ela corrobora para com o avanço dos estudos sociolinguísticos, visto a possibilidade de analisar e discutir as crenças e atitudes linguísticas desses futuros docentes. Além disso, procuramos proporcionar uma análise voltada à pedagogia sensível da variação, engajando e abastecendo os princípios da Sociolinguística Variacionista, conseqüentemente incentivando tais participantes a refletirem e fazerem uma autoanálise de suas próprias concepções. Uma vez sendo futuros professores, faz-se extremamente necessário esse espaço de reflexão, sobretudo por ser papel fundamental de um professor estimular o pensamento crítico.

## 2.2 QUESTÃO DE NORMAS E PURISMO LINGUÍSTICO

Esta subseção tem como objetivo discutir a respeito de questões relacionadas a normas e purismo linguístico sob o ponto de vista da Teoria da Variação e da Mudança Linguística e Política Linguística, sempre buscando dar lugar à diversidade e propagar a necessidade de um ensino mais sensível à variação. Nossa intenção é refletir os conceitos de normas e purismo linguístico, demonstrando que por trás de todos esses preceitos estão inseridas, sob o ponto de vista variacionista, formas de preconceito linguístico que, por sua vez, excluem as demais variedades linguísticas utilizadas pelos falantes que não as normas cultas, nesse caso usuários do Português Brasileiro.

A partir disso, pretendemos fazer uma ligação entre os tópicos envolvidos pelas normas e o purismo linguístico, bem como o preconceito linguístico, com a polêmica existente em relação aos empréstimos estrangeiros, sobretudo na língua portuguesa, mais especificamente no Brasil. Em sequência, definiremos os conceitos de empréstimo e estrangeirismo com base em diferentes autores, além da definição que é destacada por Fiorin, denominando os dois processos de empréstimos estrangeiros. Posteriormente, realizaremos uma discussão sobre as pesquisas já realizadas e que envolvem a temática desse processo: empréstimos estrangeiros. Nossa intenção é, posteriormente, dar lugar à discussão das polêmicas geradas pelo Projeto de Lei do deputado Rebelo através de contrapontos da variação linguística.

### 2.2.1 As normas e o purismo linguístico

A norma linguística é um tema que vem sendo estudado há muitos anos pelos linguistas, sendo um dos principais objetos de interesse da sociologia da linguagem, e que é alvo de muitas polêmicas, principalmente dos puristas em contraposição aos que defendem uma visão variacionista da língua. Sobretudo se levarmos em consideração a dimensão continental do Brasil, fica ainda mais nítida a dificuldade em afirmar que a língua é homogênea e que existe somente um falar em todo o território. Porém, sabemos que muitos estudiosos gramaticistas defendem essa posição de homogeneidade da língua, e concomitantemente defendem as normas e o purismo linguístico.

Uma abordagem que vem sendo explorada há tempos por estudiosos como Coseriu (1980) é o conceito de norma. Para o autor, a norma da língua consiste em tudo o que, “no falar correspondente a uma língua funcional, é fato tradicional, comum e constante (...)” (Coseriu, 1980, p. 122). Por isso, podemos perceber que, de acordo com Coseriu, a norma é o que, no uso dos falantes, é convencional. Em adição, temos por conseguinte o que, como parte da norma, estão as chamadas “variantes normais”. O estudioso Lucchesi define as variantes normais como aquelas que não possuem valor funcional, ou seja, relacionam-se à constância e frequência dentro da comunidade de fala (Lucchesi, 2012, p. 64).

Os postulados de Coseriu acerca da norma fazem uma ponte com esse substantivo ao adjetivo “normal”, e esse é um ponto importante, visto que existe a possibilidade de associar a palavra ao preceito de “normal”, quanto ao que é “normativo”. Em outras palavras, “norma” é um conceito polissêmico, tópico que neste trabalho será discutido a partir da abordagem de Bagno, o qual será explorado a seguir nesta subseção.

Um primeiro ponto que nos chama a atenção, portanto, em relação às questões linguísticas da norma, é justamente a margem de discussão que o conceito de norma nos dá. Outro estudioso que reflete a esse respeito é Rey (2001), que define que o termo norma pode ser associado a dois conceitos distintos, sendo o primeiro um conceito mais objetivo e o outro mais subjetivo. Para tal diferenciação, como nos lembra Lucchesi (2012), Celso Cunha propõe uma distinção entre as normas subjetiva e objetiva, onde a norma subjetiva está ligada aos valores baseados para julgamentos do desempenho da língua dentro de uma comunidade, enquanto a norma objetiva diz respeito aos padrões de atividade linguística.

Conforme nos traz Bagno (2012) em seu artigo “Norma linguística, hibridismo & tradução”, em Houaiss da língua portuguesa, temos duas definições para a palavra “norma” quando relacionada à língua. A saber, as definições contidas para “norma” são (Bagno, 2012, p. 20):

**4 Rubrica: linguística, gramática**

conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais (prestígio, elegância, estética etc.)

**5 Rubrica: linguística**

tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais.

Um detalhe o qual Bagno nos alerta é o questionamento de como é possível utilizar um mesmo termo para o que seria um conceito bem estabelecido e para o que é de uso cotidiano. O autor relembra que muitos autores realmente afirmam que o mesmo substantivo “norma” dá origem a dois adjetivos (normal e normativo), com sentidos bastante diferentes. O primeiro seria para a definição 5 do dicionário, enquanto normativo seria relativo à referência 4 do dicionário.

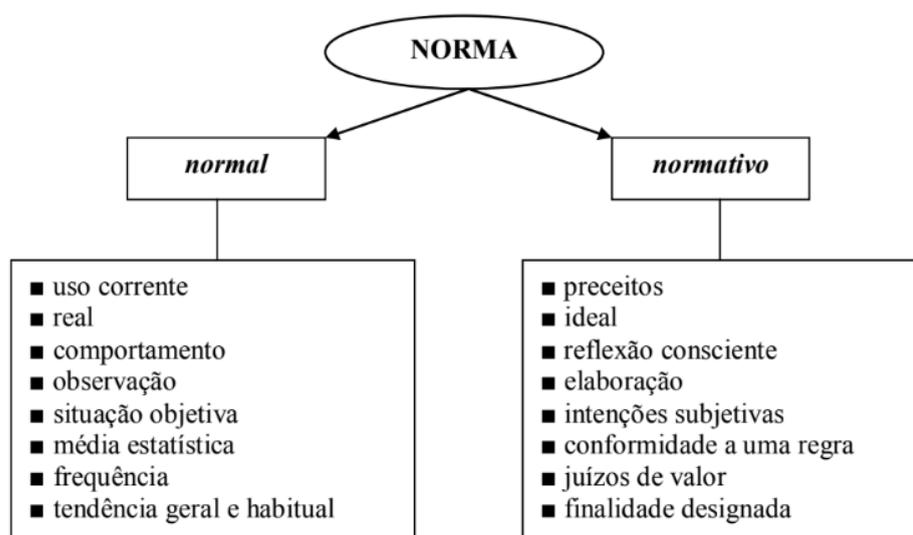
Em consonância com a distinção entre esses dois preceitos para norma, podemos trazer as reflexões do linguista francês A. Rey (2001, p. 116), que informa que

Antes de toda tentativa de definir a “norma”, a consideração lexicológica mínima descobre por trás do termo dois conceitos, um atinente à observação, o outro à elaboração de um sistema de valores; um correspondente a uma situação objetiva e estatística, o outro a um feixe de intenções subjetivas. A mesma palavra, utilizada sem precaução, corresponde ao mesmo tempo à ideia de média, de frequência, de

tendência geralmente e habitualmente realizada, e à de conformidade a uma regra, de juízo de valor, de finalidade designada.

A fim de ilustrar a diferença entre norma em relação ao que é normal e normativo, Bagno nos traz um quadro explicativo detalhado sobre as diferenças delimitadas entre essas duas questões. Vejamos abaixo.

**Quadro 1.** Diferenciação entre norma nas vertentes “normal” e “normativa”.



Fonte: Bagno, 2012, p. 21.

Além das diferenças apontadas no quadro desenvolvido por Bagno, o linguista traz à tona o fato de que a palavra “norma” quase nunca vem escrita e determinada de forma única. Geralmente, a palavra vem com algum adjetivo, sendo o mais comum “norma culta”. Para isso, faremos uma ponte com outro trabalho do autor, que por sua vez busca investigar os conceitos de norma e discutir a forma como eles refletem na sociedade.

Em relação à teoria sociolinguística, o conceito de norma nunca foi um dos mais claros. Dentre as maneiras de se qualificar a norma, temos como o mais comum a forma de adjetivo “culto”, sendo um termo facilmente encontrado em jornais, televisão, internet e também em meios impressos como livros didáticos e manuais de redação. Em seu artigo “Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia”, Marcos Bagno (2003) busca retratar e conceituar de duas formas diferentes e antagônicas a questão da norma linguística.

Em um primeiro momento, o autor discorre que por trás do conceito de norma existem dois conceitos diferentes e que são antagônicos. O primeiro conceito trazido pelo escritor é o

que podemos chamar de senso comum (Bagno, 2003, p. 72). Para ele, esse é um conceito que esconde muito mais questões de preconceito do que de um conceito propriamente dito.

Para falar do preconceito, Bagno recorda-se da necessidade que muitos autores trazem de que existe uma única maneira de falar que é “certa”, ou seja, aquele modelo trazido pelas gramáticas e regidos por regras específicas. No entanto, o pesquisador nos alerta que essas gramáticas são baseadas em um grupo seletivo de pessoas, aquelas ligadas à comunidade clássica linguística, e que prezam por preservar as regras gramaticais como se fosse um modelo padrão da língua e dada como um modo de falar “elegante e civilizado” (Bagno, 2003, p. 72). Seria, portanto, este o modelo tido para ele pelos gramaticistas como “norma culta”.

Por conseguinte, entre os autores que trazem consigo ideais e teorias baseadas em conceitos mais clássicos, Bagno cita Celso Cunha e o Lindley Cintra (1985, p. 14), brasileiro e português respectivamente, e que por sua vez afirmam que a norma culta é uma tentativa de descrição do português mais utilizada pelos escritores. Bagno retoma também a definição de norma culta de Rocha Lima (1989, p. 06), que postula que as regras da gramática normativa e a norma culta destinam-se a autoridades, escritores “corretos e esclarecidos” e gramáticos.

O que Bagno nos faz refletir nesse ponto é sobre quem definiria se esta ou aquela pessoa é ou não correta e esclarecida. O estudioso alerta que Rocha Lima não esclarece a questão e nos leva a pensar que traria para si mesmo a função de atribuir e estabelecer critérios de classificação cultural, desprezando as demais variedades.

Uma outra questão ressaltada por Bagno em seu artigo é que tais definições e atribuições trazidas por gramaticistas clássicos são associadas a um mote de mais de 2 mil anos passados, onde a norma culta estaria muito mais relacionada com a escrita literária. Este seria o primeiro conjunto de ideias pelo qual perpassa o rótulo de norma culta, ou seja, uma língua idealizada e que seria baseada em um modelo abstrato e que não está relacionado com o real uso feito pelos seus falantes.

Tal modelo, por sua vez, é responsável por propagar adjetivos antagônicos para julgar o uso da língua, entre eles bonito *vs.* feio, culto *vs.* ignorante, entre outros, como mesmo aponta o autor no texto (Bagno, 2003, p. 74). O outro conjunto de conceitos a respeito do termo norma culta está relacionado com a linguagem propriamente dita. Aquela linguagem utilizada pelos falantes que pertencem, nesse caso, aos setores mais favorecidos da sociedade.

Enfim, o que Bagno nos revela é que as pesquisas científicas feitas no Brasil já mostram que existe uma diferença muito grande entre o que as pessoas chamam de norma-culta e o que os pesquisadores efetivamente têm como norma culta. As pessoas

geralmente fazem uso do termo norma culta para designar um ideal de língua, com um padrão pré-estabelecido, como se todos tivessem a obrigação de conhecer e seguir.

Por outro lado, existem as pessoas que usam a expressão norma culta como um conceito ou termo técnico, e que agem completamente diferente daquelas que têm a norma culta como um guia regido por regras não maleáveis. São aquelas pessoas que investigam primeiramente qual a língua utilizada pelos usuários, e depois como são tais usos linguísticos.

À vista disso, por mais que os gramaticistas sintam-se incomodados com as questões de norma, é preciso reforçar que sabemos que a expressão norma culta nos traz em mente um processo de idealização muito distante da realidade, e que precisa ser discutido e repensado. Isso porque ao falar que uma pessoa precisa comunicar-se de acordo com determinadas regras, ela automaticamente está deletando as outras variedades daquela realidade.

Precisamos reforçar também que, do ponto de vista sociológico, não há nenhuma pessoa que não seja culta, ou seja, que não esteja imersa em uma cultura e que não faça parte de um grupo social. A questão é que por trás disso existem vários outros pontos sociais e econômicos que não devem deixar de ser analisados e repensados.

Outro estudioso que aborda de forma bastante inteligente a questão do conceito de norma é Faraco (2008) que, em seu livro “Norma culta brasileira: desatando alguns nós”, busca discutir e explorar os conceitos de norma encontrados no cotidiano da comunidade de fala. Como bem pontua o autor, é verdade que de uns anos para cá o termo “norma culta” está para além dos âmbitos acadêmicos, sendo muito encontrado nas falas da mídia e da escola regular.

Com isso, e em concomitância com as ideias de Faraco (2008, p. 29), pode ser que o uso excessivo da expressão “norma culta” tenha facilitado a vida de algumas pessoas, no entanto, dificilmente percebe-se que tenha ajudado no desenvolvimento da cultura linguística. Com a finalidade de explorar os conceitos, sabe-se que o conceito de norma em relação à linguística surgiu de uma necessidade de demonstrar a heterogeneidade do idioma.

Ao contrário do que os puristas acreditam, e de acordo com o que mostram os estudos da linguagem verbal, “nenhuma língua é uma realidade unitária e homogênea” (Faraco, 2008, p. 33). Em outras palavras, uma língua é constituída através de um conjunto de variedades, e é isso que confere as principais características de heterogeneidade do idioma.

Nesse sentido, seria mais verdade então afirmar que, em vez de uma língua homogênea, possuímos uma comunidade linguística regida não só por uma norma, mas sim por um conjunto de normas. De acordo com Faraco (2008, p. 40), “esta diversidade está

diretamente correlacionada com a própria heterogeneidade da rede de relações sociais que se estabelecem no interior de cada comunidade linguística”.

A fim de exemplificar o conceito de várias normas, o estudioso agrega ao seu estudo as palavras “tia, tinha, dia, direito”, e informa que em algumas comunidades linguísticas brasileiras, de acordo com o mais usual, a pronúncia seria africada, enquanto, em outras comunidades, a pronúncia é realizada não-africada (Faraco, 2008, p. 41). Ademais, temos outro exemplo dado pelo pesquisador, que afirma que em boa parte do estado do Rio Grande do Sul tem-se o uso do pronome “tu”, enquanto em outras partes do mesmo estado, bem como do Brasil, o “normal” é o uso do pronome “você”.

No decorrer do texto, um ponto que bastante nos chamou a atenção foi o momento em que Faraco ressalta que um mesmo falante pode dominar mais de uma norma e, portanto, tende a mudar a sua forma de falar, ou seja, sua norma, que varia de acordo com as atividades, situações e relacionamentos em que se encontra (Faraco, 2008, p. 43). Além disso, ele frisa que não existe uma norma “pura”, outrossim, normas “hibridizadas”, ou seja, as normas absorvem características de uma para a outra e vice-versa. “Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas - haverá sempre sobreposições, desdobramentos, entrecruzamentos” (Faraco, 2008, p. 44).

Nesse mesmo sentido, Faraco nos esclarece que a linguística histórica tem mostrado de forma efetiva que o contato e essa “hibridização” das normas são dois quesitos que em muito favorecem o desenvolvimento de mudanças linguísticas, ou seja, não há como afirmar a existência de uma norma considerada pura, bem como não há norma estática (Faraco, 2008, p. 44-45).

Portanto, levando em consideração esse panorama geral sobre as normas linguísticas, podemos dar sequência aos conceitos de purismo. Afinal, se tivermos a curiosidade de buscar nos dicionários as definições para o termo purismo, poderemos verificar que grande parte dos dicionários traz conceitos somente relativos à linguagem.

Um exemplo trazido para a nossa pesquisa é a definição dada pelo Dicionário Contemporâneo da língua portuguesa, de Aulete, do ano de 1958. Em seu verbete, temos como purismo: “s. m. escrupulo em observar rigorosamente a pureza da linguagem naquilo que se diz ou que se escreve”. Ademais, o dicionário completa a definição com: “Exagero dos escritores que se prendem demasiadamente com a pureza da língua, e que julgam ter chegado à perfeição do estilo, quando lhes não escapa a mínima incorreção”.

Tais concepções acerca dos conceitos de purismo já vinham sendo estudadas e pesquisadas por outros estudiosos como Câmara Jr. (1977), que frisa a complexidade que

envolve a definição do fenômeno linguístico “purismo”. Nas ideias dele, o purismo é uma atitude de superestimar as formas linguísticas tradicionais do idioma que, na maioria das vezes, são muito mais cabíveis das línguas literárias. Em resumo, o que Câmara Jr. vem nos alertar é que, até mesmo para a área da Linguística, o purismo é visto como um fenômeno que diz respeito exclusivamente à norma culta escrita.

Como podemos ver, o conceito de purismo está muito mais relacionado com um modelo ideal, excludente, ou seja, um cuidado excessivo com o idioma. Segundo as definições apresentadas na pesquisa de Câmara Jr., nota-se que a língua do ponto de vista purista é vista sob uma única perspectiva, ou seja, sob o ponto de vista normativo da gramática.

No que concerne à linguagem, pode-se afirmar que o purismo acaba tornando exacerbado processos de correção discursiva, que por sua vez acarretam situações de uma busca incessante pelo purismo do idioma, o que exclui as outras variedades e outros processos, já correlacionando com a intenção normativista de não utilizar termos estrangeiros à língua, nesse caso a língua portuguesa. Mais abaixo em nossa pesquisa traremos questões relacionadas às polêmicas de puristas que não aceitam o uso, por exemplo, de recursos como empréstimos estrangeiros, sob a perspectiva de que são recursos que tiram a originalidade do idioma e podem até, segundo gramaticistas, prejudicar o entendimento linguístico.

No que se relaciona ao conceito, ademais, podemos trazer para a pesquisa a definição dada por Leite (1999, p. 19), explicitado como

um fenômeno que surgiu a partir do estabelecimento, em uma dada língua, de um modo de falar ou de escrever “melhor” do que os demais. Isto é, decorre de haver em cada língua vários usos, tendo um deles sido escolhido como o que poderia servir de modelo a ser imitado por todos.

Em consonância com as ideias de Leite, temos a definição empregada por Elia (1962, s. v. *purismo*), que define o purismo como algo que

deriva de uma atitude intransigentemente estática diante dos fatos da linguagem e, geralmente, elege um período da língua como intocável (para a língua portuguesa é o período clássico), perante o qual se prostra em reverente submissão. O purismo se choca com a realidade da língua, fruto de múltiplos e atuantes fatores que a impedem de marmorizar-se em cânones infrangíveis. Todavia a língua possui uma disciplina, que a liberta de inovações parasitárias ou nocivas e a mantém dentro do espírito progressista da tradição do idioma.

Uma outra definição que nos despertou bastante a atenção pela forte relação existente entre a questão do purismo e do empréstimo, é a definição de purismo afirmada por Rodrigues

(2004): “atitude segundo a qual a utilização da língua deve se conformar a uma norma ideal que visa a privilegiar um uso dito ‘puro’, sem empréstimo de outras línguas” (Rodrigues, 2004, v. s. *purismo*). Para nós, esta é a definição que mais se aproxima e que vai ao encontro de nossa intenção em explorar a questão da língua em uso vs. o purismo nesta pesquisa.

Faraco (2001, p. 143) é outro linguista que de forma bastante inteligente também conceitua o purismo. Para ele, a raiz do purismo encontra-se

na cultura ocidental, (...) no ideal greco-latino de pessoa culta, ao qual se agregava o pressuposto de bem-falar e bem-escrever, isto é, de cultivar certos padrões de língua identificados com o uso dos autores consagrados. A chamada *puritas* (isto é, a “correção idiomática”, ou, como diríamos hoje, o uso da norma padrão) era, assim, uma das grandes qualidades do estilo do orador e do escritor.

À vista disso, na língua portuguesa, o conceito de purismo está muito relacionado ao conceito de empréstimo, principalmente nos séculos que antecedem o século XX (século XVIII-XX), devido à grande influência francesa no mundo, o que engloba o Brasil e Portugal. O galicismo, ou seja, o emprego de uma construção ou locução de língua francesa tomada por empréstimo por outra língua, fez com que surgissem diversas polêmicas, surgindo um “antigalicismo” em Portugal, estendendo-se ao Brasil, onde os mais letrados e gramáticos lutavam para que as palavras estrangeiras não “prejudicasse” a integridade de sua língua.

Para se ter uma noção, tempo depois, mais precisamente em 1889, o médico brasileiro chamado Antônio de Castro Lopes (1827-1901), ainda hoje muito lembrado por suas propostas inusitadas, publicava a obra “Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis”, obra cuja ideia principal sugeria a substituição dos estrangeirismos pela criação de palavras com bases latinas. É sabido que, de modo geral, sua intenção não foi contemplada. Em resumo, podemos notar que o purismo é muito mais do que uma atitude, o purismo é de certa forma uma ideologia.

Sabemos também da grande presença de palavras estrangeiras no cotidiano das pessoas em suas comunidades linguísticas, por isso, exploraremos os conceitos de empréstimo e estrangeirismo, e também de empréstimos estrangeiros, a fim de encaminhar a discussão para a metodologia e o desenvolvimento do teste de crenças e atitudes.

### 2.3 AFINAL, O QUE SÃO EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS?

Esta seção tem como objetivo discutir a respeito dos empréstimos estrangeiros na língua portuguesa (LP), além de perpassar pelo histórico de estudos dos empréstimos

estrangeiros no Brasil. Ademais, discorreremos sobre trabalhos e pesquisas realizadas com foco no uso de empréstimos estrangeiros na língua portuguesa.

Lembrando que existe uma linha bastante tênue entre os conceitos de empréstimo e estrangeirismo que, por sua vez, são tratados por Fiorin (2007) como empréstimos estrangeiros. Para nós, além dos conceitos, interessa aqueles lexemas oriundos de outro idioma, ou seja, palavras ou expressões estrangeiras incorporadas na língua portuguesa.

Nosso objetivo é conceituar o processo e a forma como eles são incorporados no idioma, para que assim possamos caminhar na perspectiva de contraposição com o Projeto de Lei de autoria do então deputado Aldo Rebelo, que visava legislar sobre o uso de recursos como esses em toda e qualquer parte do território nacional. Buscamos investigar se existe, de acordo com nossos participantes da pesquisa, uma forma de legislar sobre um recurso da língua como esse, e de que maneira eles interpretam situações em que há ocorrência de empréstimos estrangeiros.

Propusemos trazer o conceito de neologismo, a fim de facilitar o conceito de empréstimos estrangeiros, originados a partir de um primeiro processo denominado com este nome. Trouxemos diferentes definições para os termos estrangeirismo e empréstimo, abordando diferentes autores, no sentido de que ficasse claro para o leitor os conceitos para tais processos.

### 2.3.1 Neologismo

Antes de trazer para discussão os conceitos de empréstimos estrangeiros, é pertinente fazer uma breve discussão a respeito de neologismos, que é o processo pelo qual se originam os empréstimos estrangeiros.

O processo de enriquecimento de vocabulário, bem como da ampliação do léxico de um idioma, são originados por meio de diferentes formas. Tais formas seguem desde o aumento do vocabulário individual dos praticantes, até mesmo através do aumento do léxico pelo contato linguístico com outra comunidade. Por isso, podemos inferir que cada usuário linguístico possui a capacidade de produzir novas palavras em seu idioma, para assim nomear ou dar significado a novas ações e objetos, conforme sua necessidade de se expressar, e como já nos trazia as ideias de Alves (2007).

As palavras e as unidades lexicais estão em constante desenvolvimento e renovação. Um sucinto resumo para o conceito de geração de uma nova palavra é o que nos traz Alves (2007, p. 05), que afirma que neologismo é o nome que se dá ao “processo de criação lexical”.

Em outras palavras, ela afirma ser “o elemento resultante, a nova palavra, denominado neologismo”.

Neologismo é, portanto, um fenômeno linguístico que basicamente resulta na criação de uma nova palavra ou expressão, ou então ainda na atribuição de um novo sentido para uma situação, coisa ou palavra já existente. Aos processos de inovação lexical, portanto, dá-se o nome neologismo.

Para Alves (2007, p. 05), é normal acreditar que as palavras possuem uma dinâmica no léxico dos idiomas, ou seja, enquanto novas palavras são criadas, outras palavras deixam de ser utilizadas e acabam caindo em desuso. Isso se deve ao fato de que, assim como ocorre o avanço em sociedade, também ocorrem mudanças na língua. Por isso, é aceitável que a todo momento possamos nos deparar com novas palavras ou expressões na língua portuguesa.

São muitos os teóricos dedicados a estudar os neologismos, e uns dividem as categorias dos neologismos diferentes de outros. De modo geral, eles são categorizados a partir de seu processo de formação, e os empréstimos estrangeiros são uma das possibilidades de neologismos. A fim de fazer um breve apanhado sobre as convicções de neologismo, trouxemos alguns autores que abordam o assunto.

Em seus estudos, Boulanger (1979, p. 158) discorre sobre os três tipos de neologismos abordados por ele, a saber:

- Neologismo formal: Oriundo da derivação; composição; siglas; redução de palavras; ou ainda por palavras de um mesmo valor significativo;
- Neologismo semântico: Oriundo pela associação de um mesmo segmento fonológico a um significado diferente e novo;
- Neologismo por empréstimo: Oriundo da incorporação de um lexema estrangeiro na língua materna.

A visão adotada por Boulanger é muito semelhante à versão adotada pelos dicionaristas. A versão de 2004 em CD-ROM de Houaiss traz como neologismo o emprego de novas palavras que sejam derivadas ou formadas de outras palavras existentes, no entanto, tanto em outro idioma como na mesma língua. Ou seja, para Houaiss, basta um novo sentido para palavras já existentes para que seja originado um neologismo.

Levando em consideração que todo sistema linguístico precisa se modificar ao decorrer do tempo, tais processos de enriquecimento e desenvolvimento lexical são de suma importância, visto que eles são capazes de nomear as novas coisas do espaço, e ainda atribuir

uma carga de significado a elas. Segundo Borba (1986), para o processo de ampliação do léxico, dois fenômenos são possíveis, sendo eles o intrínseco e o extrínseco (Borba, 1986, p. 271).

Para que possamos compreender esse processo de ampliação do léxico, discutiremos sobre os dois fenômenos a seguir. O primeiro fenômeno, de ordem intrínseca, ou seja, que pertence ao próprio mecanismo do idioma, diz respeito à composição e à derivação. O segundo diz respeito aos empréstimos estrangeiros, ponto que nos interessa neste estudo.

Para Borba (1986, p. 276), é impossível que a língua não sofra influências exteriores, isso porque existem necessidades de intercâmbio que colocam os indivíduos a par de situações em que precisam fazer contato direto ou indireto com outras culturas ou línguas estrangeiras. Observa-se, em seus trabalhos, uma preocupação com as relações sociais nos estudos dos empréstimos estrangeiros, isso porque o autor acredita que tais recursos desempenham um papel linguístico importantíssimo.

Já para Carvalho (1989, p. 24), existem dois processos pelos quais um idioma é capaz de aumentar seu léxico. A autora também leva em consideração aqueles termos vindos de outras línguas. Em suas palavras, o processo seria subdividido em neologismo formal: quando há a inovação da forma; ou neologismo conceitual, o mesmo adotado por Boulanger como neologismo semântico. Ademais, a autora aborda neologismo por empréstimo, ou seja, quando há o uso de um lexema oriundo de um idioma estrangeiro.

Cagliari (2002, p. 10) salienta que a língua traz consigo uma necessidade de ampliação lexical, e que isso ocorre de forma natural com o desenvolvimento da sociedade linguística no geral. Para ele, em relação ao léxico, pode-se afirmar que

é uma das principais portas, pela qual entram muitos elementos que vão constituir fatores de variação e de mudanças de uma língua, reorganizando a ordem e a arquitetura do sistema. Em geral, tais elementos intrusos vão se infiltrando aos poucos e de muitas maneiras. As modificações não começam refazendo as regras, mas aceitando o novo ao lado do velho, no começo. Depois, o novo passa a ter o mesmo status do velho e as regras da língua precisam ser refeitas. As mudanças estão sempre dentro do possível, mas raramente dentro da lógica anterior do sistema. O sistema modifica-se para recuperar a situação de equilíbrio necessário, e oferecer às novas gerações de falantes nativos um modelo novo.

Em suma, o que Cagliari quer dizer é que com o desenrolar do cotidiano linguístico, situações fazem com que as antigas regras linguísticas deixem de ser completamente e unicamente seguidas para, assim, darem lugar a alterações do sistema lexical. Isso com certeza deve-se à constante mudança pelas quais passam todas as línguas ao redor do mundo,

e sem dúvidas o contato entre as diferentes comunidades, principalmente o rápido avanço da tecnologia, favorece tais mudanças.

Outro autor que pontua a dinâmica lexical e as mudanças nas línguas é Alves (2007). Segundo a pesquisadora, é natural que novas palavras sejam criadas, enquanto outras naturalmente caíam em desuso. Para ela, a comunidade linguística é responsável por determinar as palavras que tornam-se arcaicas e as palavras novas que incorporam o aporte linguístico daquela comunidade.

Pontuadas as formas de neologismo, gostaríamos de salientar que nos mais interessa as formas de neologismo tidas por empréstimo linguístico e, por isso, discutiremos a seguir tais conceitos e, dessa forma, poderemos obter uma melhor abordagem sobre a questão política, purista e de normas, tópicos que são envolvidos pela questão dos empréstimos estrangeiros, sobretudo no Brasil.

### 2.3.2 Empréstimos estrangeiros

Em conformidade com o que já apontava Alves (2002), podemos afirmar que todas as línguas utilizam neologismos. Isso porque a criação de novas palavras faz parte da história das línguas e ajuda a constituir a essência da comunidade linguística, característica vital para suprir necessidades dos falantes e favorecer a comunicação dentro de um idioma.

Se pensarmos especificamente no final do século XIX, início do século XX, podemos inferir que os processos envolvidos pela imigração, expansão da tecnologia e da indústria, além do crescimento nas áreas científicas, entre outros, foram peças indispensáveis para a disseminação de palavras e expressões estrangeiras. Atualmente, é ainda mais comum que os falantes de uma língua criem neologismos e busquem em outro idioma palavras emprestadas, ou seja, numa necessidade de contemplar sua necessidade comunicativa.

Dessa forma, o empréstimo estrangeiro ocorre uma vez que situações nomeadas em uma primeira língua, doravante L1, são transferidas para a cultura de uma segunda língua, doravante L2. Muitos autores concebem empréstimo e estrangeirismo de forma muito semelhante. No entanto, empréstimos linguísticos são, em resumo, influências que nós recebemos de outros idiomas no português brasileiro (PB).

Podemos dizer que, de modo geral, empréstimos linguísticos são o resultado do contato entre culturas e sociedades diferentes, onde esses falantes trazem seus reflexos que acabam sendo incorporados no falar dos brasileiros. O empréstimo estrangeiro é aplicado a

palavras, termos e expressões de uma língua em outra e pode ser usado para nomear situações, coisas, comportamentos, entre outros.

Neste trabalho, o nosso foco é fazer uma ponte entre o estudo dos empréstimos estrangeiros com o Projeto de Lei do então deputado Aldo Rebelo, sob um ponto de vista variacionista e que procure entender as atitudes e crenças dos futuros docentes participantes da pesquisa. Dessa forma, nos importa as palavras oriundas de outros idiomas que, para nós, são tomadas por empréstimos estrangeiros. Portanto, julgamos bastante notável perpassar pelas ideias científicas apresentadas por tais teorias, apesar de não nos aprofundarmos muito no assunto, porque o nosso interesse é voltado à questão do preconceito linguístico. Traçaremos um apanhado de informações para então podermos dar andamento aos procedimentos metodológicos da pesquisa.

Um dos pesquisadores conhecidos por conceituar empréstimo linguístico é Campos (1986, p. 34), que informa que ocorre o empréstimo linguístico quando determinada palavra ou expressão da L1 não tem nada que seja equivalente na L2, sendo necessária a transcrição do conceito com todas as letras. Em sua definição, ele traz o conceito de “aportuguesamento” das palavras, e diz ainda que o conceito de estrangeirismo seria nada mais do que um empréstimo que ainda não “pegou” no discurso dos usuários.

Para Dubois et. al. (1973, p. 209-211), o empréstimo linguístico está ligado à língua-meta. Em seu estudo, eles fazem uso da terminologia para definir tanto a ação de emprestar como a recepção da palavra. Em outras palavras, definem como empréstimo todo e qualquer lexema utilizado numa L2 e que tenha originalidade em uma L1, predominando sempre a tentativa de repetir a forma ou o traço igual ao estrangeiro.

Acerca dos empréstimos linguísticos, Fernão de Oliveira (1975) afirma que é uma necessidade da língua, e considera que o “costume novo traz à terra novos vocábulos”, ou seja, ele confirma que os empréstimos feitos são significativos para a nação portuguesa (Oliveira, 1995, Cap. XXXII).

Nas ideias de Alves (1990), a ampliação do léxico vai muito além do acervo já existente, ou seja, recorre a empréstimos de outras línguas. Em um primeiro momento, o termo estrangeiro é dado como externo ao vernáculo do idioma, até que então passa a ser internalizado através de adaptações. Conforme observa Alves (1990): “o estrangeirismo costuma ser empregado em contextos relativos a uma cultura alienígena, externa à da língua enfocada. Nesses casos, imprime a mensagem de ‘cor local’ do país ou da região estrangeira a que ele faz referência” (p. 73).

Nesse mesmo sentido, ela relembra que o estrangeirismo é muitas vezes encontrado em vocabulários mais técnicos, como os relacionados a economia, informática, entre outros. Além disso, Alves (1990) informa que muitas vezes, ao fazer uso do empréstimo estrangeiro, o emissor sabe que existe a possibilidade de seu leitor não saber interpretar o que está escrito, por isso, na maioria das vezes a palavra vem acompanhada de sua tradução.

Para Xatara (1992, p. 106), em seu artigo que trata dos empréstimos estrangeiros a partir de um recorte do léxico francês,

consideremos um termo *x* em uma língua A. Ele pode passar a uma língua B sem adaptação nenhuma (é um verdadeiro *estrangeirismo*) e continuar sendo *x*; ou com algum tipo de adaptação (é o *empréstimo parcial* - só adaptação fonológica - ou *total*) passando a ser *y*; ou ainda com motivação que possibilite formar um novo termo vernáculo para substituí-lo, a partir de sua tradução literal (é um *decalque*) e assim será *z* (*grifos do autor*).

Em uma visão mais conservadora, já voltada especificamente ao uso dos empréstimos e estrangeirismos, Xatara (1992, p. 108) continua:

Os estrangeirismos e empréstimos não devem, pois, serem utilizados sem medidas, mas não queremos dizer com isso que não se devam aceitar dentro do sistema de uma determinada língua, microssistemas de outras línguas, principalmente no tocante aos empréstimos terminológicos por ocasião da transferência de tecnologia, inegavelmente necessária em nossos dias.

De acordo com o estudioso, não há problema em que se use o termo estrangeiro, desde que não haja em língua portuguesa um lexema correspondente. Como conclusão, cita Mattoso Câmara, ao também fazer uso de uma citação do linguista holandês Pier Eringa, em que diz “Uma língua não pode tomar de empréstimo elementos de outra sem perder sua identidade, a menos que o faça reinterpretando-os, adaptando-os à sua própria estrutura” (Mattoso Câmara, 1976, p. 261 *apud* Xatara, 1992, p. 108).

Já Sandmann (1997) informa que existem três grupos de neologismos por empréstimos: os de nível lexical, semântico e estrutural. O empréstimo de nível lexical ocorre quando há o uso da palavra estrangeira em sua maneira original, seja em nível fonológico e ortográfico, somente ortográfico ou morfossintático, podendo sofrer adaptação plena para a língua portuguesa ou ainda estar perpassando por este processo. Para ele, o nível semântico corresponde à tradução ou substituição de partes da palavra, porém, mantendo as principais marcas do empréstimo. Já para o caso de nível estrutural, há então a importação de um modelo não vernáculo.

Faraco (2001, p. 13) define estrangeirismo como sendo o emprego em uma L1 de quaisquer elementos originados em outras línguas. Em caso do Português Brasileiro, portanto, seria o uso de lexemas e expressões estrangeiras que vêm de fora da língua portuguesa. Para o autor, esse conceito de estrangeirismo proporciona um contato linguístico e propicia o desenvolvimento linguístico entre as comunidades de fala. Ademais, nas afirmações de Bagno (2001, p. 81-83), o idioma que recebe um estrangeirismo é, principalmente, guiado pelo reconhecimento do termo X por aquela comunidade linguística. Por isso, é aquela comunidade linguística que tomará emprestado o termo estrangeiro e o incorpora em sua cultura.

Outro ponto destacado por Bagno (2001, p. 81-83), é o de que o aportuguesamento que pode ou não ocorrer em relação ao estrangeirismo não segue necessariamente nenhuma regra gramatical, mas sim, é realizado gradativamente de forma intuitiva. Nas palavras de Bagno (2001, p. 81-83), esse aportuguesamento “de uma palavra ou expressão não se faz por decreto. Ele acompanha o uso que os falantes nativos da língua fazem desses empréstimos lexicais”.

Em seus estudos, Biderman (2001) nos indica três diferentes tipos de estrangeirismos que ocorrem em língua portuguesa, a saber: a) Decalque: a versão literal da palavra-modelo, levando em consideração que essas palavras são representações literais da palavra estrangeira, a exemplo das palavras cartão de crédito e supermercado; b) Adaptação da forma estrangeira à ortografia e à fonética brasileira, quando, em sua maioria, o termo já está instaurado há tempos em nosso dia a dia, a exemplo das palavras clube (de *club*), e drinque (de *drink*); e, finalmente, c) Incorporação do vocábulo através de sua grafia original, como ocorre com as palavras *hardware*, *software*, *mouse*, entre outras.

Uma outra perspectiva interessante é a abordada por Câmara Jr. (2002, p. 111), que considera o estrangeirismo como um empréstimo de vocabulário da L1 para a L2. Para ele, o processo tende a conservar os fonemas, flexão, e ser de forma mais fiel possível à grafia da palavra, ou seja, o estrangeirismo não sofreria adaptação para a L2.

Já na perspectiva de Barbosa (2004, p. 71-72), em definição o estrangeirismo seria a transferência ou transcrição para a L2 de lexemas ou expressões da L1 que faz referência a um conceito ou objeto citado na L1 e que tenha correspondente desconhecido na L2. Um outro aspecto citado pela autora é que, na maioria das vezes, o estrangeirismo é acompanhado de uma forma de estranhamento ao ser escutado na língua-meta.

Embora nós citemos que para muitos teóricos os conceitos de empréstimo e estrangeirismo sejam tênues, outros autores encontraram diferenças essenciais para conceituar

os dois termos. Bastarrica (2009) é uma das autoras que conseguiu estabelecer diferenças teóricas que não se resumem às diferenças já supracitadas. Inclusive, a pesquisadora compôs uma tabela ilustrativa para mostrar e comparar as diferenças entre os termos. Vejamos a tabela a seguir.

**Quadro 2.** Quadro que apresenta um comparativo entre empréstimo e estrangeirismo.

	<b>Empréstimo Linguístico</b>	<b>Estrangeirismo</b>
<b>Quanto ao acervo lexical</b>	Unidade lexical já difundida e incorporada ao acervo lexical do idioma (ALVES, 1995, p. 319).	Não faz parte do acervo lexical do idioma (ALVES, 1994, p. 72).
<b>Quanto ao sistema linguístico</b>	Elemento da <i>langue</i> (uso socializado) (CARVALHO, 1999, p. 43).	Elemento da <i>parole</i> (uso individual) (CARVALHO, 1999, p. 43).
<b>Quanto à origem</b>	Tem sua origem no momento em que objetos, conceitos e situações nomeados em língua estrangeira transferem-se para outra cultura (CARVALHO, 1999, p. 42).	Desejo de impressionar.
<b>Quanto à forma</b>	Pode sofrer adaptação (ou não) à estrutura da língua importadora.  Apresenta-se, inicialmente, sob a forma de estrangeirismo, ou seja, é utilizado para imprimir um certo exotismo, um pouco de cor local ao discurso do falante (ALVES, 1995, p. 319).  Adoção de traços linguísticos que diferem daqueles que pertencem ao sistema tradicional (BLOOMFIELD, 1933, p. 444).	Não sofre adaptação à estrutura da língua importadora; mantém sua forma original.  Quando apresentar adaptações gráficas, morfossintáticas, semânticas ou alta frequência de uso, será considerado um empréstimo (LAMBERTI, 1999, p. 26).

**Fonte:** Bastarrica, Maristela Lutz, 2009.

Percebemos que a tabela de Bastarrica é bastante didática, o que nos facilita bastante o entendimento dos conceitos de empréstimo e estrangeirismo. Assim, fica mais fácil ter em mente a maneira como é retratada pelos autores, e assim compreender a importância dos dois termos para o decorrer da pesquisa. Uma vez compreendida a noção de estrangeirismo e empréstimo, passaremos para a discussão sobre os estudos realizados no Brasil com foco na pesquisa desses dois processos para, mais à frente, discutirmos sobre a polêmica dos empréstimos estrangeiros por parte dos normativistas, sobretudo no Brasil.

Ainda acerca dos estrangeirismos, Timbane (2012, p. 03) diz que

vem a ser o emprego de palavras que se originam de outra língua estrangeira e não possuem uma palavra correspondente a ela na nossa língua, apontadas em nossas normas gramaticais como um vício de linguagem, e que sua pronúncia e escrita não sofre qualquer alteração.

Por empréstimo, o autor toma aquelas palavras oriundas de outro idioma, mas que sofreram adaptações à realidade tida por ele como “convencional”, seja na escrita ou na fonética, reforçando os conceitos já trazidos por outros autores até aqui.

Em seu artigo “A fatia estrangeira da língua”, Fiorin (2007) refere-se aos processos de empréstimo e estrangeirismo como empréstimos estrangeiros. De modo geral, é uma solução encontrada por nós para contemplar palavras que se encaixam tanto no empréstimo quanto no estrangeirismo.

Em suma, a língua portuguesa é um exemplo da diversidade de termos estrangeiros em seu falar, visto ter sido uma língua originada a partir de comunidades latinas, indígenas, africanas, entre outros. Independente do que pregam os gramaticistas, é fato que o que recebe o estrangeirismo em uma língua é, portanto, essencialmente a forma como aquele termo é reconhecido pela comunidade linguística que o utiliza. Em outras palavras, a comunidade é que definirá e integrará o termo emprestado à sua cultura, fazendo adaptações se necessário e tornando-o cada vez mais natural dentro do idioma. Essa adaptação não é, com certeza, feita de um dia para o outro. Ela pode levar meses, anos e até décadas.

Dessa forma, neste tópico buscamos conceituar os empréstimos estrangeiros, deixando claro a forma como é definida de diferentes maneiras variando de acordo com os autores pesquisadores. Com todo o apanhado de definições para empréstimo e estrangeirismo de acordo com diferentes autores, e a partir das declarações e caracterizações dadas, passaremos aos estudos e pesquisas realizadas voltadas ao uso de empréstimos estrangeiros, para podermos dimensionar como é comum o uso de tal processo no cotidiano de fala do brasileiro. Lembrando que, para nós, interessa o conceito de empréstimo estrangeiro equivalente ao de Fiorin (2009).

### 2.3.3 Estudos realizados com foco no uso de empréstimos estrangeiros no Brasil

Nos últimos anos, houve um crescente número de pesquisas voltadas aos processos de estrangeirismo e empréstimo linguístico, sejam focadas nas atitudes e crenças linguísticas, sejam focadas nas ocorrências e variantes terminológicas das palavras estrangeiras. Antes de passar à discussão da polêmica que envolve o uso de estrangeirismos e empréstimos no Brasil, discorreremos sobre pesquisas já realizadas com foco na análise desses dois processos,

com o objetivo de ressaltar a relevância e a usabilidade dos termos estrangeiros no cotidiano do falar brasileiro.

A primeira pesquisa a ser discutida é um artigo produzido por Paiva; Pontes; Mercurio; Moraes; Trevisoli; Camargo, de 2002, que investigou o uso de empréstimos estrangeiros em nomes de estabelecimentos comerciais na cidade de Arapongas-PR. Foram mapeados 1.147 comércios locais, entre os quais 161 comércios que se caracterizavam por ter nomes com empréstimos estrangeiros. Desses 161 comércios, 85 apresentavam de forma explícita relação com a língua inglesa, os quais, por sua vez, foram selecionados para a pesquisa. Finalmente, 36 estabelecimentos aceitaram participar.

Entre os motivos que levaram os comerciantes a usarem termos em inglês nos nomes dos seus estabelecimentos, os pesquisadores observaram que a maioria escolhia pela “harmonia, beleza, simpatia e requinte”, além de escolhas devido especificamente pelo fato do nome ser estrangeiro. Isso demonstra a boa aceitação de termos estrangeiros por parte dos participantes, além de demonstrar que os participantes julgam de forma positiva o uso de empréstimos estrangeiros. Outro aspecto observado pelos pesquisadores foi que várias vezes afirmaram que uma possível tradução dos termos da língua inglesa não soaria bem em português. Essa afirmação mostra e denota até um certo favoritismo em prol do termo estrangeiro em relação à mesma palavra utilizada na forma traduzida.

A conclusão trazida pelos pesquisadores é positiva e, segundo eles, viabiliza maior destaque e compreensão em relação ao uso de termos estrangeiros a fim de caminhar para uma maior aceitação do uso de tais expressões no dia a dia das pessoas (Paiva; Pontes; Mercurio; Moraes; Trevisoli; Camargo, 2002, p. 235)

Assim, se, ao estudar os estrangeirismos, considerarmos as dimensões lexical e semântica, mas principalmente a dimensão sociocultural, poderemos ter uma compreensão mais ampla e profunda desse fenômeno. Pois é na investigação da relação falante, língua e sociedade que vamos depreender a complexidade de valores que assumem os termos estrangeiros na linguagem do dia a dia.

Mais uma pesquisa a ser trazida para discussão é a Dissertação de Mestrado de Ana Beatriz Gonçalves de Assis (2007), intitulada “Adaptações fonológicas na pronúncia de empréstimos estrangeiros do Inglês por falantes de Português Brasileiro”, que teve como finalidade verificar os anglicismos mais comuns no português, cujo *corpus* foi selecionado através de edições da revista Veja. A pesquisa teve um total de 26 exemplares analisados, e foi utilizada a versão impressa da revista.

Para a pesquisa, foram coletados os anglicismos que ainda não haviam sido adaptados morfológicamente ou graficamente para o português. Assis justifica a escolha devido ao fato do trabalho dela ser justamente voltado às adaptações feitas pelos falantes do Português Brasileiro. Segundo a estudiosa (Assis, 2007, p. 113), levando em consideração os 26 exemplares da revista,

As palavras estrangeiras aparecem em praticamente todas as seções da revista e geralmente correspondem a termos para os quais ainda não há tradução ou equivalentes em português, como *home theater* e *scanner*, termos que são usados como jargão técnico, como *commodities*, *freelancer* e *broker*, termos para os quais existe uma palavra portuguesa equivalente, como *fashion* (“moda”), ou ainda termos para os quais já há uma palavra adaptada graficamente ao padrão do português, mas que por questões estilísticas aparece na grafia estrangeira: *stress* (“estresse”) e *check-up* (“checape”).

Entre outras palavras encontradas e que são estrangeirismos originados de outras línguas além do inglês, idioma alvo da pesquisa de Assis, ela citou *chef*, *gourmet*, *tour*, vindas do francês, além de outros idiomas como alemão, italiano, até mesmo as palavras japonesas como *sushi* e *tsunami*.

Em relação à aplicação da pesquisa, após a seleção e coleta dos anglicismos, foram organizados alfabeticamente, e logo notou-se a grande frequência na ocorrência de palavras estrangeiras norte-americanas. Para Assis, “fica evidente pela frequência com que são usados que, apesar de ainda terem grafia estrangeira, os anglicismos não impedem a comunicação” (Assis, 2007, p. 116). Citando Garcez e Zilles, ela ainda reforça que enunciados como “Eu fiz o *download* de um *software* novo” não impedem a comunicação entre os brasileiros e que, caso haja problema de compreensão, é pela falta de conhecimento de mundo e não da língua inglesa.

Durante a fase de coleta de dados, o estudo realizado por Assis computou 1.326 ocorrências de anglicismos, ou seja, empréstimos estrangeiros. Todos sem adaptações gráficas, somando um total de 290 palavras distintas. Assis lembra que dos 290 termos encontrados, a maioria já possui forma dicionarizada com a grafia correspondente em língua portuguesa (Assis, 2007, p. 117).

Como resultado, foram encontrados diversas siglas em língua inglesa, que por sua vez são explicadas em notas. Ela relembra que existem siglas em inglês que são pronunciadas em letras separadas, como é o caso da palavra *CD*, no entanto, salienta que existem outras siglas cuja pronúncia é dada como uma só, a exemplo da palavra *Vip*. A fim de demonstrar os

anglicismos coletados por Assis em sua Dissertação de Mestrado, abaixo as 17 maiores ocorrências coletadas em seu *corpus* de pesquisa.

**Quadro 3.** Estrangeirismos mais catalogados no *corpus* de Assis, 2007.

	ANGLICISMOS	OCORRÊNCIAS	DICIONÁRIO	%
1	<i>AIDS</i> <sup>89</sup>	32	SIM	2,41
2	<i>airbag</i>	1	SIM	0,08
3	<i>apartheid</i>	1	SIM	0,08
4	<i>bagel</i>	1	SIM	0,08
5	<i>banner</i>	1	SIM	0,08
6	<i>barman</i>	1	SIM	0,08
7	<i>barmen</i> <sup>90</sup>	1	SIM	0,08
8	<i>bartender</i>	1	NÃO	0,08
9	<i>best-seller</i>	12	SIM	0,90
10	<i>bits</i>	1	SIM	0,08
11	<i>blends</i>	1	SIM	0,08
12	<i>blog</i> <sup>91</sup>	63	NÃO	4,74
13	<i>blogger</i>	2	NÃO	0,15
14	<i>bluetooth</i>	3	NÃO	0,23
15	<i>board</i>	1	SIM	0,08
16	<i>bonds</i>	1	NÃO	0,08
17	<i>boom</i>	2	SIM	0,15

**Fonte:** Assis, 2007, p. 120.

Um ponto interessante a se destacar na pesquisa de Assis é que ela delimitou em sua tabela seções diferentes para cada informação. De um lado, a ocorrência dos termos, a existência ou não do termo em dicionários da língua portuguesa e, por último, o percentual de ocorrência em relação ao total de 1.326 ocorrências. Com relação ao tema dos empréstimos estrangeiros especificamente, Assis nos faz refletir sobre como tais processos, em diversos idiomas, sempre tiveram grande influência na formação lexical da língua portuguesa.

Concomitantemente, é importante ressaltar que os termos estrangeiros ou empréstimos realizados em determinada língua está muito relacionado com situações culturais, políticas e socioeconômicas. Nas palavras dela (Assis, 2007, p. 199),

Isso faz com que termos estrangeiros sejam facilmente adotados por grupos específicos, que os sentem como um indicador de *status*, de moda ou de novidades tecnológicas, e que, ao mesmo tempo sejam odiados por aqueles que se sentem

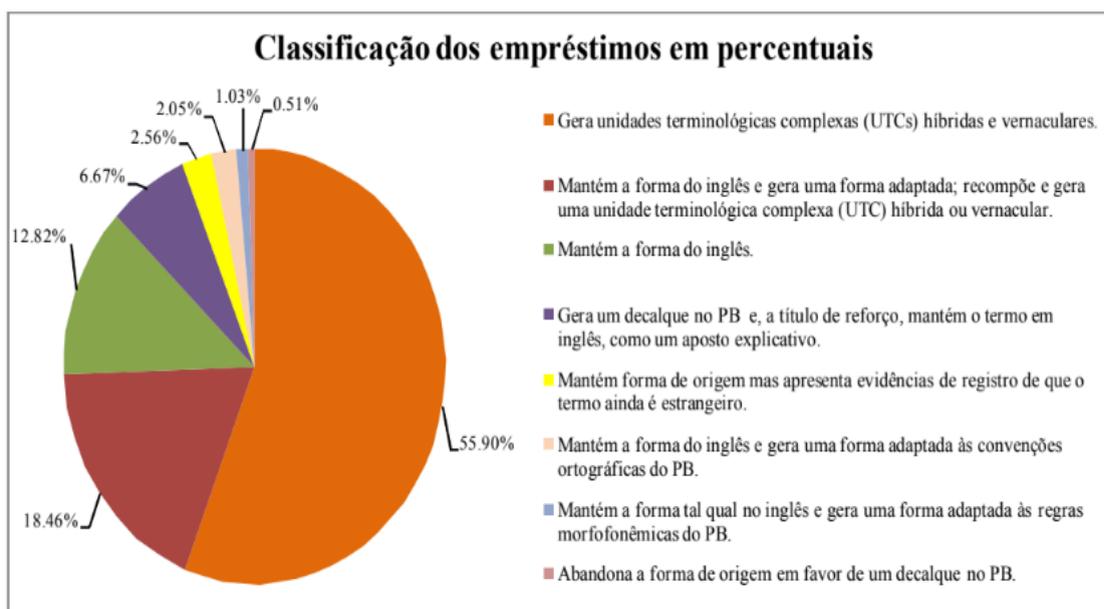
ameaçados pelo domínio e pela influência de outras nações - que se faz sentir também através da língua.

Além disso, a autora retoma que, conforme apresentado em seu trabalho e também neste trabalho, os empréstimos estrangeiros são um mecanismo de formação de novas palavras que já é reconhecido por muitos autores (Guilbert, 1975; Boulanger, 1979; Carvalho, 1989; Sandmann, 1997; Biderman, 2001; Alves, 2004). Como conclusão, Assis reforça a relevância para a formação do léxico da língua portuguesa, que “fica evidenciada pelo *corpus* coletado para esta pesquisa, composto de 290 termos, totalizando 1.326 ocorrências” (Assis, 2007, p. 199).

Outra pesquisa realizada com foco no estudo dos empréstimos linguísticos do inglês foi a pesquisa realizada por Bastarrica, brevemente citada anteriormente. Em sua Dissertação de Mestrado, em 2009, ela buscou investigar e realizar um estudo do léxico do comércio exterior fazendo uma correlação com a teoria da variação em Terminologia.

Para sua pesquisa, Bastarrica fez um levantamento de dados a fim de localizar glossários e dicionários de Comércio Exterior disponíveis on-line. Ela selecionou os três glossários com maior número de ocorrências de estrangeirismos em inglês. Em sua coleta dos termos, foram computadas 1.107 ocorrências de termos estrangeiros. O gráfico abaixo representa o comportamento dos empréstimos linguísticos do inglês encontrados no *corpus* de Bastarrica.

**Figura 1.** Classificação dos empréstimos computados no *corpus* pesquisado por Bastarrica.



Fonte: Bastarrica, 2009, p. 78.

Em seu estudo, Bastarrica nos mostrou como é comum também em situações terminológicas do Comércio Exterior cujas ocorrências de palavras estrangeiras ocorrem a todo momento. A sua pesquisa reforça o quão natural é o uso de termos estrangeiros, sobretudo em ambientes especializados, a fim de designar os mais diferentes tipos de objetos, situações e expressões no geral.

Mais uma pesquisa na área de empréstimos estrangeiros foi o estudo desenvolvido por Teixeira (2016), que investigou em seu curso de pós-graduação os empréstimos estrangeiros e formas vernaculares através das histórias em quadrinhos de Maurício de Sousa.

Para sua análise, ela selecionou 59 gibis da Turma da Mônica Clássica, cujas páginas foram esmiuçadas em busca de palavras ou expressões estrangeiras. No total, Teixeira computou 200 páginas das 3.620 analisadas que continham alguma forma de estrangeirismo ou empréstimo. Entre as 200 páginas, 322 termos estrangeiros foram encontrados, sendo 211 únicos e inéditos, descartando-se os termos repetidos.

A partir da observação dos termos analisados, um ponto que bastante chama a atenção é o fato de os gibis terem sido escritos num desenrolar de anos e, como bem aponta Teixeira, percebe-se uma crescente no uso de empréstimos e estrangeirismos nas histórias em quadrinhos de Maurício de Sousa, o que reforça a maneira como se faz comum e natural o uso desses termos na língua portuguesa. De acordo com Teixeira (2016, p. 54),

Podemos estabelecer uma relação entre o crescente uso de termos estrangeiros com a amplitude de acesso a informações que a sociedade alcançou com o passar dos anos. O aumento da quantidade de palavras estrangeiras encontradas também nos instiga a considerar que os meios de comunicação, os meios de transporte e os meios que facilitam o contato entre os povos, são hoje o principal instrumento na divulgação e condução de palavras e culturas entre os povos.

Nesse sentido, ressalta-se como tais dados são importantes para compreender a crescente influência da cultura estrangeira em nossos textos e, conforme informa Teixeira (2016, p. 63), em nada atrapalha o processo de comunicação. Ainda em conformidade com o que afirma, ela aponta que “não há o que se falar quanto à descaracterização da língua portuguesa por meio das entradas de itens lexicais estrangeiros” (Teixeira, 2016, p. 63).

Por fim, mais uma pesquisa voltada ao uso de empréstimos estrangeiros na língua portuguesa, mais precisamente no Português Brasileiro, foi a Tese de Doutorado de Flávio Biasutti Valadares, de 2013, cujo trabalho propôs fazer um estudo sobre usos de estrangeirismos no Português Brasileiro, a fim de contribuir com pesquisas da área e com a produção de análises voltadas ao modelo proposto em sua tese.

Inicialmente, Valadares fez um levantamento de ocorrências de uso de palavras estrangeiras em uma seleção de edições das revistas *Época*, *Isto É* e *Veja*. Foram utilizados um total de 12 volumes. Para o procedimento de levantamento das ocorrências, foram selecionadas todas as palavras com grafia estrangeira, independente da origem, ficando excluídas palavras que representassem reprodução de fala, além de palavras de anúncios publicitários.

Como resultado, o pesquisador contabilizou 1.157 ocorrências, sendo um número de 191 termos estrangeiros. A pesquisa desenvolvida por Valadares denota, em sua análise, que os termos estrangeiros, logo que são dicionarizados, assumem seu significado original na língua servida de empréstimo para, posteriormente, chegarem a uma possibilidade definitiva de ampliação semântica. O exemplo dado de variação e ampliação semântica dada por Valadares é a palavra *top* (Valadares, 2013, p. 87).

Além de também demonstrar como é comum a recorrência do uso de termos estrangeiros no Português Brasileiro, nos chamou a atenção um quadro com um esquema explicativo elaborado por Valadares sobre como foi constatado o processo da variação e da mudança linguística em curso para que o termo estrangeiro seja incorporado no idioma. Veja o quadro abaixo.

**Quadro 4.** Modelo do processo de mudança linguística em curso proposto por Valadares.



Fonte: Valadares, 2017, p. 102.

O autor relembra Alves (2002, p. 79), que informa que “o emprego frequente de um estrangeirismo constitui também um critério para que essa forma estrangeira seja considerada parte componente do acervo lexical português”. Em outras palavras, e conforme já afirmado nesta pesquisa, é a ocorrência e o uso que determinarão a entrada ou não do termo estrangeiro para o aporte lexical do falante. Em sua conclusão, o pesquisador afirma que “a incidência de empréstimos linguísticos no português brasileiro é considerável e que isso não afeta, como amplamente atesta a literatura sociolinguística, o sistema da língua portuguesa” (Valadares, 2017, p. 113).

O que bastante nos chama a atenção em todos os trabalhos ilustrados é o ponto de vista afirmado de que os empréstimos estrangeiros não são prejudiciais à língua portuguesa. Sem contar que eles não atingem a sintaxe, a morfologia e a fonética da língua. Nesse sentido, acreditamos que os empréstimos estrangeiros são de grande importância para a comunidade linguística, além de configurarem uma mudança em curso da linguística que, assim como o idioma, sempre estão em constante desenvolvimento.

Ademais, são recursos disponíveis para denotar diferentes situações da língua, o qual dão mais suporte ao uso linguístico, além de corroborar para o crescimento lexical e para com o desenrolar da produção da língua, sobretudo em tempos de avanços tecnológicos como o que vivenciamos.

## 2.4 A POLÊMICA DOS EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS

Esta subseção tem como objetivo fazer um apanhado sobre as principais polêmicas que envolvem os empréstimos estrangeiros, mais especificamente em território brasileiro. Discorreremos acerca das principais questões abordadas por Faraco em seu livro “Estrangeirismos: Guerras em torno da língua” (2001), onde inteligentemente o autor explora questões puristas da língua. Ademais, traremos visões de outros estudos já realizados e que têm foco em demonstrar exatamente essa polêmica em torno dos empréstimos estrangeiros.

A partir da discussão, acreditamos ser de extrema importância corroborar com aporte teórico mais sensível à variação, frisando que, uma vez sociolinguistas, devemos prezar pela liberdade linguística. No entanto, trouxemos diferentes pontos de vista acerca da língua portuguesa, a fim de fazer um contraponto com a teoria variacionista, e mostrar que, desde há bastante tempo, este vem sendo um assunto recorrente de discussões.

Há tempos os estrangeirismos e empréstimos<sup>1</sup>, palavras e expressões de línguas diferentes incorporadas ao português, vêm sendo combatidos. Puristas prezam pela tradição linguística o que, em outras palavras, resulta numa tentativa de controlar o idioma. Sabendo que quando o estrangeirismo não está totalmente incorporado ao idioma, manifesta-se principalmente na modalidade falada, a pergunta que nos vêm em mente é: É possível controlar a linguagem, sobretudo oral, de uma comunidade? E mais, com a proibição de empréstimos estrangeiros, o que se pretende é defender a língua portuguesa, ou seria reafirmar valores de dialetos-padrão pertencentes à classe dominante?

Em um primeiro momento, informamos o que Ilari (2002) traz acerca dos estrangeirismos e empréstimos. Ambos eram comumente vistos como um problema pelos gramáticos, escritores e políticos. Em sua discussão, o autor assegura que, de acordo com os gramaticistas, as palavras estrangeiras são capazes de “corromper” a língua portuguesa e, portanto, constituem em um vício de linguagem, normalmente chamado de barbarismo, e que deveria ser combatido de qualquer maneira (Ilari, 2002, p. 73).

Adiante, temos por Mendonça (2008, 2008, p. 182) uma definição de como é visto o uso de empréstimos estrangeiros por parte dos escritores tradicionalistas e gramáticos. É visto, ademais,

como vicioso quando há um correspondente em língua vernácula; há a necessidade de demarcação/separação do estrangeirismo com as aspas; há a necessidade de domesticação do estrangeirismo pela língua importadora, ou seja, a conformação daquele ao sistema linguístico desta; há uma reação ao estrangeirismo que representa perigo à unidade linguística nacional (na primeira metade do século XX, a língua estrangeira que representa esse perigo é o francês; na segunda metade, é o inglês).

O paradoxo identificado pelo autor diz respeito ao pensamento purista que era vigente principalmente na segunda metade do século XX, e ao mesmo tempo a uma discussão que há alguns anos vem sendo retomada pelos gramaticistas.

Refletindo sobre isso, podemos nos recordar de situações em que houve a tentativa explícita de algum movimento de encontro ao uso de empréstimos estrangeiros no Brasil. Em uma dada ocasião, no ano de 1998, o então senador Ronaldo Cunha Lima promoveu um pronunciamento em discurso o qual foi feito no Senado Federal em defesa da língua portuguesa. Na oportunidade, ele enfatizou à maioria dos povos que faz muita questão

---

<sup>1</sup> Relembramos que assumimos segundo Alves (2007) e Xatara (1992), que estrangeirismo é o termo que designa palavras provenientes de línguas estrangeiras que não estão integradas do léxico do português e que empréstimo é um termo que tanto pode referenciar palavras estrangeiras como o próprio processo ou fenômeno de passagem de uma língua para outra.

de preservar seu idioma. Ademais, segundo ele, a língua portuguesa “constitui patrimônio cultural brasileiro e, por isso, incumbe ao Poder Público e à comunidade o dever de promovê-la e protegê-la, em especial neste momento em que ela vem sofrendo constante e preocupante invasão de palavras e expressões estrangeiras”.

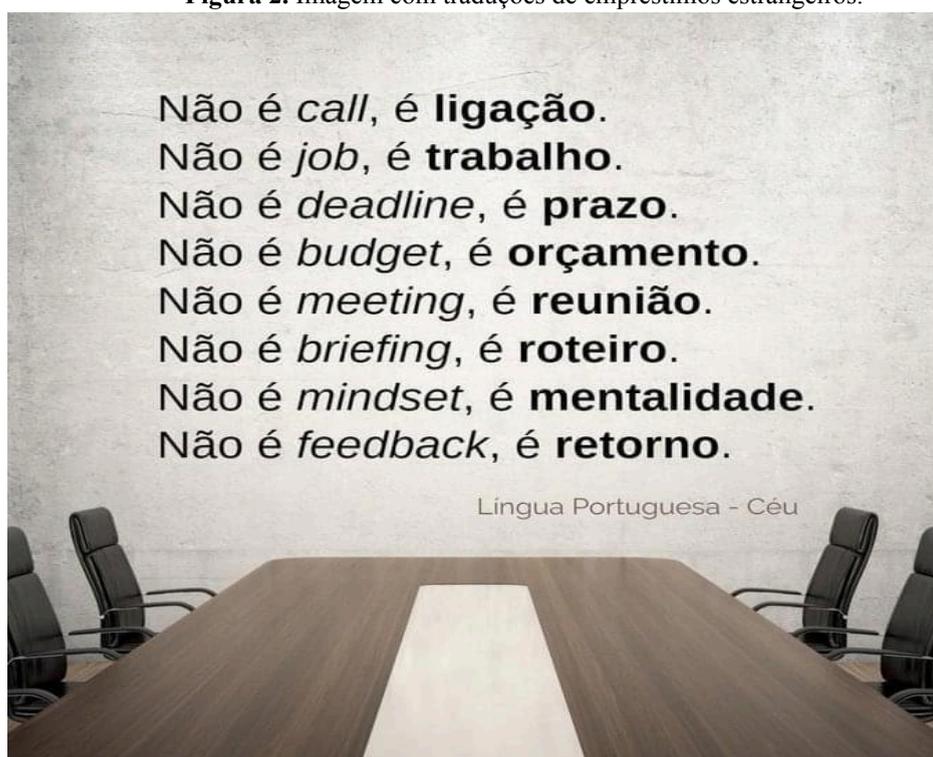
Algumas teses e dissertações também versam sobre o tema, ademais a de Assis e outras citadas acima, como o trabalho de Trigo (2007) que analisou os empréstimos estrangeiros nos suplementos Economia, do jornal *O Estado de S. Paulo*, e Dinheiro, do jornal *Folha de S. Paulo*, em um período de três meses - de maio a julho de 2006. Não diferentemente, a pesquisadora foi motivada também pelo projeto de Aldo Rebelo, objetivando mostrar como o estrangeirismo se constitui em uma fonte de acréscimo à natureza mutável de uma língua.

A fim de procurar elucidar a questão do uso de empréstimos estrangeiros, Trigo, por meio de uma abordagem quantitativa, mostrou a frequência e comportamento de empréstimos estrangeiros encontrados em seu *corpus*. Os resultados apontam que é possível termos a ampla presença deles em um contexto de texto escrito na língua portuguesa do Brasil mais formal, como o dos gêneros textuais de jornal. Tal estudo permite ainda evidenciar que o uso de empréstimos estrangeiros na área econômica do jornal não constitui uma ameaça linguística, mas sim uma variante lexical na língua portuguesa do Brasil.

Exatamente pensando nos empréstimos estrangeiros como uma variante lexical, ressaltamos que a variação linguística e a mistura cultural brasileira é o que mais chama a atenção aos olhos. Nas palavras de Sousa (2017), “a utilização de palavras ou expressões estrangeiras não pode lesionar a língua, patrimônio cultural brasileiro, pois sendo ela parte da cultura, que está em incessante processo de constituição, também deve ser capaz de manifestar seu dinamismo ao produzir significado para a vida social” (Sousa, 2017, p. 147).

Em relação à mídia, a polêmica dos usos de estrangeirismo e empréstimos pode ser também observada. A seguir, podemos observar imagens que nos chamaram bastante a atenção e que podem retratar e ilustrar essa questão purista e a polêmica que acompanha essa relação entre o uso ou não de empréstimos:

**Figura 2.** Imagem com traduções de empréstimos estrangeiros.



Fonte: <https://twitter.com/igorfalconieri/status/1611039400585986053>.

Nesta imagem, podemos notar uma tentativa do autor em superestimar as formas traduzidas das palavras como se as formas originais fossem erradas. Existe claramente uma visão purista da língua portuguesa que simplesmente exclui e dá como errônea qualquer outra forma adotada que não seja a forma traduzida. É possível perceber que, com a forma a qual é retratada a imagem, é como se as palavras estrangeiras deixassem o idioma “menos correto”. O mesmo podemos perceber abaixo.

**Figura 3.** Imagem com empréstimos estrangeiros traduzidos.



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/linguaportuguesa07/photos/a.271773609503284/3989108824436392/?type=3>.

Acesso em 29 de jan. de 2024.

Podemos observar logo no enunciado da imagem, “Vamos valorizar o nosso idioma!”, mais uma afirmação purista e com viés que descarta as demais formas de grafia ou verbalização das palavras estrangeiras. Nesse exemplo, fica reforçada a ideia das figuras citadas acima no texto, que buscam a homogeneidade da língua portuguesa. A fim de dar mais exemplos, segue outra imagem retirada da internet para ilustrar nossa pesquisa.

**Figura 4.** Imagem com enunciado “15 palavras aportuguesadas que raramente utilizamos”.



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/dalinguaportuguesa/photos/a.1685174551503466/4302164729804422/>. Acesso em

29 de jan. de 2024.

Nesse caso, podemos ver que o autor denomina as palavras como raramente, não falando especificamente sob um ponto de vista purista da língua, mas já informando que, sob o ponto de vista do criador, são palavras que na grafia portuguesa não são muito utilizadas. Fica a sensação de como se o autor quisesse insinuar que, já que temos as palavras no português, por que não utilizá-las?

Uma falsa percepção que existe no Brasil, de modo geral, é de que existe uma única variedade linguística. Bagno (2004) já descrevia isso como seu mito número 1: “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente” (Bagno, 2004, p. 15). Em conformidade com Massini-Cagliari (2004, p. 03), podemos concordar com essa afirmação somente no sentido de que quase todas as pessoas conseguem se comunicar no Brasil através

da língua portuguesa e mais, essa é uma percepção que temos somente pelo fato de o português ser priorizado pelos meios de comunicação em massa. Entretanto, não podemos confundir a ideia de “monolinguismo” com o conceito de “homogeneidade linguística”, como já aponta Bagno (2004, p. 18). Sem contar que o português não é a única língua utilizada em nosso país. São mais de 200 línguas catalogadas, das quais aproximadamente 170 são indígenas (cf. Oliveira, 2002, p. 83 e Massini-Cagliari, 2004, p. 04).

A despeito dessa concepção, e também numa tentativa de impor regras sobre o uso da língua, uma discussão bastante polêmica sobre os empréstimos estrangeiros na língua portuguesa foi o Projeto de Lei de número 1.676 de 1999, que foi proposto pelo então deputado Aldo Rebelo, cujo projeto foi alterado pelo Projeto de Lei da Câmara nº 50 (substitutivo) de 2002, de Amir Lando. A nova proposta de tal projeto foi embargada a 28 de maio de 2003. Posteriormente, em 2007, o Projeto de Lei foi então retomado pela Câmara Legislativa, ocasião em que foi aprovado por unanimidade e encaminhado para publicação.

No início do ano de 2008, a Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) encaminhou o parecer recebido para publicação, no entanto, o PL não chegou a ser publicado e foi, em 03 de outubro de 2023, arquivado. O arquivamento segue o Artigo 3º da Resolução da Câmara dos Deputados nº 33 de 2022, que diz respeito a:

Art. 3º Finda a 56ª legislatura, arquivar-se-ão definitivamente as proposições que se encontrem em tramitação por 5 (cinco) legislaturas completas, observada a regra do § 2º do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989.

O Projeto de Lei em questão busca proibir o uso de empréstimos estrangeiros no português. Além disso, obriga que seja utilizada a língua portuguesa por parte dos brasileiros natos e naturalizados, bem como dos estrangeiros que residem em território brasileiro por tempo contabilizado superior a um ano. De acordo com o autor do projeto, é uma iniciativa que busca “fomentar” a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além de atualizar as normas do Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Em outras palavras, a intenção é que sejam incluídos e utilizados em forma aportuguesada os lexemas de origem estrangeira.

Dessa forma, fica claro que a visão de Aldo Rebelo com o seu Projeto de Lei é preconceituosa e simplesmente ignora a bagagem sociocultural brasileira quando, pelo inevitável avanço linguístico, há novas produções e incorporações lexicais no cotidiano do falar brasileiro, e não devemos, como linguistas, ser favoráveis a que exista uma legislação

que vise impor regras sobre como deve ser o vocabulário da língua portuguesa. Mais do que isso, não podemos ser favoráveis a um Projeto de Lei que simplesmente queira mudar o jeito e a cultura brasileira.

Em uma discussão trazida para a Revista Língua Portuguesa, Fiorin (2007) argumenta sobre os temores argumentados por puristas como Rebelo. Entre as razões dadas pelos puristas, ele relembra: “Estamos assistindo a uma invasão de vocábulos estrangeiros, principalmente do inglês. Esses termos são desnecessários, porque temos equivalentes em português” (Fiorin, 2007, p. 51). Porém, como bem informa Fiorin, não há motivo para acreditar que a língua está sofrendo descaracterização. Em relação aos empréstimos estrangeiros, Fiorin destaca que eles não atingem a sintaxe, a fonética, a morfologia da língua. “Não alcançam sequer o chamado fundo léxico comum, que individualiza o idioma” (Fiorin, 2007, p. 53-54).

Em teoria, o Projeto de Lei aborda como prática abusiva os casos em que há uso de empréstimos estrangeiros, sem considerar a função do estrangeirismo na língua e seu recurso estilístico, além da possibilidade de também figurar como um argumento de autoridade, de convencimento e persuasão. Outrossim, a tratativa encara como prática enganosa o uso de expressão ou palavra de língua estrangeira, acreditando que possa induzir a pessoa ao erro; além de considerar como prática danosa ao patrimônio cultural, ou seja, fazer uso de palavra estrangeira equivale, para o Projeto de Lei, à descaracterização da cultura brasileira.

Um ponto que bastante nos chamou a atenção no Projeto de Lei do então deputado Aldo Rebelo, que foi candidato a Senador nas últimas eleições, mas perdeu o pleito, é o uso excessivo e constante, segundo o então deputado, dos termos estrangeiros na literatura técnica e científica. Nas palavras dele, os neologismos dessas situações literárias devem ser aportuguesadas para que se possa atingir uma “feição e sonoridade de um verso de Camões”.

É verdade que o Brasil já foi alvo de muitas tentativas de homogeneização linguística. Exemplo disso é o “Diretório dos Índios”, de Marquês de Pombal, instituído em 1757 e que afirmava ser o português a única língua falada em território brasileiro. Este Diretório proibia o ensino e o uso de outra língua, seja ela qual for, inclusive o *nheengatu*, de base tupi, conforme nos esclarece Bagno (2004, p. 54).

Um autor que nos informa como a incorporação de palavras estrangeiras foi vista como um problema por gramáticos, políticos e escritores é Ilari (2002, p. 73). “Os mesmos argumentos foram então usados (de maneira pouco convincente, e, afinal, sem resultados práticos) para provar que as palavras estrangeiras “corrompem” a língua portuguesa e

constituem um vício de linguagem – o barbarismo – que deve ser combatido a todo preço” (Ilari, 2002, p. 73).

Com certeza, o que não faltaram foram críticas ao Projeto de Lei supracitado, sobretudo no meio acadêmico e na sociedade. O estudioso Fiorin (2001) discorda do argumento trazido pelo Projeto de Lei de que os termos estrangeiros causam confusão na comunicação. Nas palavras dele, “o léxico aprendido em função das experiências de vida e qualquer pessoa é capaz de aprender qualquer setor do vocabulário, se ele fizer algum sentido para ela” (Fiorin, 2001, p. 115).

Ademais, ainda relacionado ao léxico, Fiorin reforça, via Faraco (2001, p. 116-117), argumenta justamente que o que, no fundo, caracteriza um idioma é a sua gramática e a parte lexical comum. Em suas palavras,

O léxico possui um fundo comum, que caracteriza uma língua e é tão resistente quanto a gramática, porque as noções que ele expressa, de um lado, não são afetadas por mudanças econômicas e sociais, e, de outro, porque são de uso geral e coloquial.

Portanto, podemos inferir que, de acordo como o estudioso Fiorin, todo o conjunto lexical de uma língua é “um conglomerado de formas provindas de fontes diversas” (2001, p. 117).

O autor acredita ainda que o Projeto de Lei em questão é errôneo ao afirmar que o português possui perfeitas expressões equivalentes em lugar das estrangeiras. Para Fiorin, “do ponto de vista do sistema, certas formas estrangeiras têm correspondentes exatos em português, do ponto de vista do uso, a língua não tem formas vernáculas ou emprestadas que sejam correspondentes perfeitos” (Fiorin, 2001, p. 120).

A aversão aos empréstimos estrangeiros, principalmente os de origem inglesa, é reflexo daquela erudita ideia de nacionalismo cultural que, por sua vez, busca evitar a influência de grandes centros, como os Estados Unidos. Entretanto, não adianta tentar impedir o uso de empréstimos estrangeiros através de leis ou decretos. Isso porque diversos empréstimos estrangeiros são passageiros, assim como diversas expressões da língua portuguesa, que vão e vêm com o passar dos anos (Bagno, 2004, p. 81-82).

Proibir o uso de empréstimos estrangeiros é simplesmente não respeitar a diversidade linguística que temos, além de corroborar para um ambiente preconceituoso linguisticamente, ademais, deixar de ter uma possibilidade de formação de novas palavras para o vocabulário da língua portuguesa. Sem mencionar que, assim como nos informa Campos (1986), “o

empréstimo linguístico enriquece a língua que o recebe sem tornar mais pobre a língua que o cede” (Campos, 1986, p. 35).

A partir das ideias expostas por Sousa em seu artigo “Estrangeirismos *versus* purismo da língua portuguesa do Brasil: um debate constante”, de 2017, comentaremos a respeito dos três artigos apresentados pela autora, visto que o Projeto de Lei nº 1676/1999 traz vários artigos que supostamente visam proteger a língua portuguesa perante ao estrangeirismo.

Um primeiro ponto destacado por Sousa é, com certeza, uma das questões que mais nos desperta a atenção. De acordo com o artigo 4º do Projeto de Lei, “Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira (...) será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei”, e o que Sousa nos questiona é exatamente sob qual vigilância estaria a sociedade? Quem seria responsável por essa punição? Ademais, o que nos faz refletir, outrossim, é sobre quais são as expressões e ou lexemas considerados estrangeiros.

Para Sousa, e em conformidade com o que acreditamos nesta pesquisa, a língua faz parte do patrimônio do Brasil, o que engloba a cultura e toda a sociedade que a compõe. Tal pluralidade do falar brasileiro pode ser comprovado, como mesmo nos traz Sousa, ao observar as diferenças lexicais entre os vários portugueses falados ao redor do Brasil.

Nas palavras da autora, é impossível manter uma língua estática, sem transformações. Ela afirma que, por outro lado, não há o que temer com o uso dos empréstimos estrangeiros, pois, todas as línguas apresentam características inerentes que fazem com que elas sejam reconhecidas por seu próprio sistema interno. “Esse sistema assegura às línguas suas próprias caracterizações, portanto, não há nada a temer” (Sousa, 2017, p. 147).

No decorrer de seu artigo, Sousa traz à tona o segundo questionamento acerca do Projeto de Lei do então deputado Aldo Rebelo, quando declara que o uso de palavras estrangeiras é uma “prática abusiva, se a palavra ou expressão tiver equivalente em língua portuguesa” (Art. 4o § único, inciso I). Para ela, é mais uma afirmação inviável por parte do deputado, uma vez partindo do pressuposto de que nem todo brasileiro é capaz de traduzir o que ouve nas mídias, e conseqüentemente associar o termo ao lexema equivalente em Língua portuguesa. O exemplo trazido para discussão pela linguista é o vocábulo “mouse” que, se traduzido para “rato”, geraria uma possível confusão ao interlocutor.

Um outro fator que bastante nos chama a atenção, e que também já foi debatido por Zilles via Faraco (2017, p. 146) diz respeito à maneira como seriam aplicadas tais proibições. Por exemplo, como se daria a fiscalização? Quantos fiscais seriam necessários para tal? Como se daria esse processo seletivo de fiscais?

Enfim, o que podemos concluir com as polêmicas que envolvem os empréstimos estrangeiros é que ainda é um divisor de águas entre os estudiosos. Porém, para nós, em concomitância com as ideias de Faraco, “as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo” (2005, p. 14). Em outras palavras, nem todas as variações desencadeiam mudanças, e tais mudanças ocorrem de forma bastante lenta e, ademais, na maioria das vezes os falantes nem têm consciência disso.

Dessa forma, acreditamos que ao ser exposto a empréstimos estrangeiros, isso não significa uma garantia 100% de adesão, ou seja, nem todas as palavras estrangeiras ficam para sempre em uso, assim como podem sofrer adaptações fonéticas, ou até mesmo sofrer o processo de alteração e alcançar um equivalente em língua portuguesa com o passar do tempo.

Uma outra afirmação na qual em muito concordamos está nas considerações de Bagno (2004, p. 81)

Quem precisa ser defendido é o falante do português brasileiro (e não sua língua), que vive no país com a maior injustiça social de todo o planeta, com a maior concentração de propriedade fundiária de todo o mundo. É a criança e o jovem que não são acolhidos por um sistema educacional classificado entre os piores do mundo, junto com o sistema público de saúde. É o professor de todos os graus de ensino, humilhado continuamente com salários obscenos e condições de trabalho próximas à escravidão. É o cientista sério que tem que mendigar verbas para levar adiante suas pesquisas (enquanto a corrupção na mais alta esfera federal derrama milhões de dólares a rodo para quem estiver pronto a se vender). Mas a língua ...vamos deixar ela em paz, ok?

Como conclusão, e também como já citado nesta pesquisa, a proposta do deputado em “proteger” a língua portuguesa é muito mais concentrada em excluir o uso de termos estrangeiros do que qualquer outro pressuposto linguístico válido. Portanto, embasamos aí também a nossa hipótese do motivo pelo qual a proposta não foi em frente, já que a língua, independentemente do uso de empréstimos estrangeiros, estará sempre em desenvolvimento não sendo, portanto, apta a se submeter à Legislação.

Em argumento a favor da variação linguística, trouxemos para discussão o artigo de Schmitz, de 2000, em que houve uma análise crítica do projeto de lei do deputado Aldo Rebelo. Em sua conclusão, apesar de também não achar nada positivo no PL do deputado, ele reforça que, ao menos, as discussões provenientes do projeto de lei foram e têm sido bastante proveitosas.

Em suas palavras, ele relembra que todo debate de língua portuguesa rende bons frutos. “Todo debate a respeito da língua portuguesa e de seu ensino e aprendizagem realmente contribui para defender e proteger o idioma nacional” (Schmitz, 2000, p. 07). E prossegue: “Muito mais do que o idioma, devem ser defendidos os professores de Português do ensino fundamental e médio. (...) Acredito, no entanto, que a língua nacional pode ser mais bem defendida com a defesa das escolas públicas, dos professores e das condições de ensino” (Schmitz, 2000, p. 07).

Em suma, lembramo-nos da necessidade de zelar e cuidar da língua portuguesa, sobretudo no que se refere às variedades do idioma. Lembramo-nos também de que, infelizmente, o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo comumente é lembrado pelas pessoas, a maioria delas puristas, que insistem em acreditar que proibir o uso de empréstimos estrangeiros garante a pureza do idioma quando, na verdade, acreditamos que o que faz da língua mais especial são suas peculiaridades e variações.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

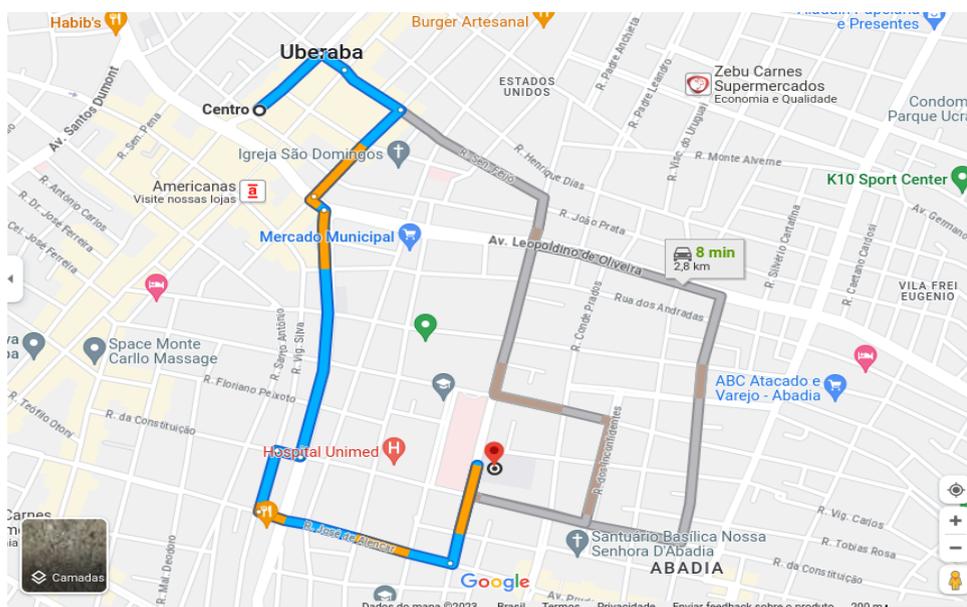
Nesta seção, além de fazer uma contextualização do local de pesquisa, apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, cujo *corpus* é pautado na elaboração e aplicação de um teste de atitudes e crenças linguísticas via Google Forms que, por sua vez, busca avaliar o que acham alunos ingressantes (do 1º e 2º períodos) e quase egressos (do 7º e 8º períodos) de Letras de uma universidade pública da cidade de Uberaba-MG sobre empréstimos estrangeiros. Para a análise dos dados adotamos uma abordagem quali-quantitativa.

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA

O local de pesquisa está localizado no estado de Minas Gerais, mais especificamente no Triângulo Mineiro. É uma universidade pública e conta com diversos cursos de Licenciatura e Bacharelado. Em relação aos cursos de Letras oferecidos, são ofertadas duas habilitações: Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa; e Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola.

A universidade em questão não possui uma localização tão periférica, visto que a distância relativa ao Centro da cidade de Uberaba não é tão grande - estando a cerca de nove minutos -, como podemos observar na imagem abaixo:

**Figura 5.** Distância entre o local de pesquisa e o Centro da cidade de Uberaba-MG.



**Fonte:** Google Maps - adaptado pelas autoras.

Na imagem acima, o ponto de referência em vermelho está indicando a localização da universidade, enquanto o Centro da cidade está delimitado pela palavra “Centro”.

É importante ressaltar que todos os discentes participantes da pesquisa têm acesso à mesma grade curricular que, por sua vez, foi instaurada na instituição no ano de 2018/1.

### 3.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O público-alvo de nossa pesquisa, conforme acima citado, são alunos dos anos iniciais e finais do curso de Letras de uma universidade pública da cidade de Uberaba-MG, todos maiores de idade e que aceitaram participar da pesquisa após concordarem com o termo de consentimento livre e esclarecido (aprovação do CEP).

### 3.3 O TESTE DE ATITUDES E CRENÇAS E A COLETA DE DADOS

O teste de crenças e atitudes linguísticas (cf. Apêndice 3) elaborado foi dividido em três partes. A primeira parte buscou coletar informações como sexo (biológico), idade, local de trabalho, formação acadêmica (escolaridade), tempo de formado na Educação Básica (quando saiu do terceiro ano do Ensino Médio), experiência em magistério, entre outros.

A segunda e a terceira parte, com avaliativas e abertas respectivamente, foram elaboradas com base em Bergamaschi (2006), Cyranka (2007) e Cuba (2019), e adaptado à realidade sociolinguística e cultural das comunidades de fala investigadas, buscando avaliar as atitudes linguísticas dos alunos, bem como suas crenças, em relação ao uso de empréstimos estrangeiros na língua portuguesa (português brasileiro).

Em sua maioria, as imagens analisadas foram extraídas do Twitter (atual X), e isso ocorreu, pois acreditamos ser uma rede social bastante utilizada pelo público-alvo da pesquisa, levando em consideração sua faixa etária e perfil. Escolher o *corpus* do nosso teste através de postagens do Twitter nos dá a sensação de estar mais próximo do público-alvo dos estudantes de Letras por sua relevância e atualidade, ou seja, o Twitter é uma plataforma de mídia social amplamente utilizada, especialmente por jovens e estudantes.

Em outras palavras, os estudantes de Letras podem estar mais familiarizados com a linguagem, os tópicos e os estilos de comunicação presentes no Twitter. Além disso, em relação à variedade linguística, o Twitter abriga uma variedade de estilos de escrita, gírias,

abreviações e expressões informais. Isso permite explorar diferentes registros linguísticos, relevantes para a formação em Letras.

Em resumo, o uso do corpus do Twitter pode fornecer *insights* relevantes sobre a linguagem e as práticas de comunicação dos estudantes de Letras, tornando-o uma escolha adequada para sua pesquisa

No teste, as perguntas, basicamente, buscaram: a) observar em quais situações o aluno usaria os empréstimos estrangeiros; b) qual a percepção do informante com relação ao uso de empréstimos estrangeiros no português brasileiro; c) a avaliação do informante com relação ao uso de empréstimos estrangeiros no português brasileiro; d) o posicionamento do informante com relação ao seu uso (formalidade ou informalidade); e) e a aceitação ou não do informante de manter relacionamento afetivo, profissional e de vizinhança com falantes que fazem uso de empréstimos estrangeiros no português brasileiro. O teste, conforme supracitado, foi aplicado via Google Forms e seu preenchimento total foi calculado com duração de cerca de 15 minutos.

A fim de falar um pouco sobre os pontos positivos e os pontos negativos da aplicação do teste via Google Forms, o formulário é amplamente acessível, pois os usuários só precisam de um navegador da web e uma conexão à internet, além disso, a interface intuitiva facilita a criação e o preenchimento dos formulários. Entre outros pontos positivos, podemos afirmar que as respostas são coletadas automaticamente em uma planilha do Google Sheets, o que simplifica a análise e a organização dos dados.

Em contrapartida, se o teste tivesse sido aplicado em formato de entrevista, por exemplo, acreditamos que os resultados poderiam ter sido catalogados de forma mais dinâmica, uma vez que o gênero entrevista consegue, grosso modo, captar reações como entonação, tom de voz, entre outros fatores que poderiam ser mensurados durante a análise do teste. Com isso, possivelmente os resultados teriam sido diferentes, o que fica até mesmo como sugestão para futuras pesquisas.

### 3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Em um primeiro momento, realizamos o levantamento de informações acerca do perfil social dos alunos participantes da pesquisa em relação a idade, tempo de formação da Educação básica, diferenciando também em relação ao sexo (biológico), enfim, todos os dados pertencentes à parte social do teste. Após isso, buscamos selecionar e agrupar respondentes da segunda parte do teste que compartilhavam da mesma opinião/crença em

relação ao uso dos empréstimos estrangeiros em língua portuguesa. Este passo teve como objetivo facilitar na discussão e na exposição das informações encontradas na segunda parte do teste, voltado às crenças linguísticas, com perguntas avaliativas de sim ou não.

Em sequência, observamos como foi avaliado o uso de empréstimos estrangeiros por parte dos alunos na terceira parte do teste, com questões abertas, onde eles tiveram a oportunidade de discorrer sobre suas impressões acerca desses dois processos em questão.

Levantadas tais observações, passaremos, na próxima seção, à análise dos dados encontrados.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, faremos a análise das respostas do teste de crenças e atitudes, e exploraremos as respostas encontradas em tal instrumento de pesquisa. Responderam ao teste um total de nove pessoas. Das nove pessoas, seis estão nos períodos iniciais dos cursos de Letras da universidade onde foi aplicado o questionário; e três pessoas estão nos períodos finais do curso.

Lembramos que, infelizmente, a quantidade de pessoas que ingressam nos cursos é bem superior ao número de pessoas que frequentam os períodos finais dos cursos. Reiteramos que o teste foi oferecido mais de uma vez aos alunos, com prazo para ser respondido estendido. No entanto, não obtivemos resultados além do apresentado. Ademais, a nossa intenção era de que o teste fosse respondido espontaneamente, ou seja, de forma não obrigatória. Por isso, salientamos o nosso esforço para desenvolver a análise com base naqueles que se prontificaram em preencher o questionário/teste.

Daremos início à análise através do perfil social dos alunos respondentes do teste e, posteriormente, apresentaremos a análise do teste de crenças e atitudes propriamente dito.

### 4.1 PERFIL SOCIAL

No que diz respeito ao perfil social dos discentes participantes da pesquisa, do total das nove respostas que obtivemos do teste 66,7% (6) pessoas identificam-se com o sexo biológico feminino; 22,2% (2) identificam-se com o sexo biológico masculino; enquanto 11,1 (1) dos respondentes prefere não responder.

Quando indagado sobre a idade, os respondentes estão na faixa etária de 18 e 49 anos. Apesar do longo intervalo de idade entre os discentes, a maioria dos alunos (77,7%) têm menos de 30 anos.

Uma informação bastante interessante é que, dos nove participantes, quatro já lecionam. Em outras palavras, 44,4% já têm a profissão engatilhada e, cotidianamente, estão em contato com o magistério. Questionamos o público-alvo daqueles que já lecionam, e as respostas foram desde a fase de alfabetização, passando pelo Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA.

Quando perguntado sobre quando concluíram o Ensino Médio, 88,9% (8) alunos saíram do Ensino Médio dos anos 2000 em diante, ou seja, já possuíram contato com as

referências dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN) (Brasil, 1998), bem como com a nova matriz de referência do ENEM.

Além disso, os alunos têm a oportunidade de conhecer a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), enfim, documentos que, por sua vez, possuem com mais afinco as noções de variedades e variações linguísticas e empoderamento linguístico em seus planos pedagógicos. Nesse mesmo sentido, a maioria dos alunos (77,8% - sete alunos) cursou o Ensino Médio em uma instituição pública.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, são um conjunto de diretrizes educacionais criadas pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil. Eles têm como objetivo orientar o currículo escolar e, além disso, promover a qualidade da educação básica. Alguns pontos relevantes sobre os PCN incluem a estruturação curricular, pois abrangem diferentes áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, entre outras. Sem contar que fornecem orientações sobre conteúdos, habilidades, competências e objetivos de aprendizagem.

Retomando a pesquisa, um dado bastante interessante e que nos despertou a atenção é justamente a diversidade de onde os participantes vieram e onde cursaram o Ensino Médio. Entre os respondentes, encontramos pessoas tanto da região Norte quanto da região Sul do país, o que nos deu ainda mais motivação para analisar as respostas e o que pensam, no geral, pessoas de tantos perfis diferentes.

Durante a parte do perfil social, nós questionamos se os participantes já haviam cursado outra graduação. Dos nove respondentes, 66,7% (6) não cursaram; por outro lado, 33,3% (3) já cursaram outra graduação anteriormente.

A título de curiosidade, em números, são três quase egressos e seis ingressantes nos cursos de Letras da universidade pública que participaram da nossa pesquisa.

Conhecido o perfil geral dos participantes da pesquisa, passaremos às análises gerais, respectivamente, da parte do teste de crenças e, logo após, da parte do teste de atitudes e das questões dissertativas. Como conclusão de cada parte - a de crenças e a de atitudes - faremos um apanhado das respostas dos períodos iniciais buscando uma contraposição com as respostas dos discentes dos períodos finais a fim de observar se as crenças e atitudes linguísticas se alteram ou não no decorrer do curso.

## 4.2 O TESTE DE CRENÇAS

Após responderem à parte A do questionário, referente ao perfil social, os participantes da pesquisa tiveram que responder “sim” ou “não” diante de afirmações relacionadas à língua portuguesa e aos empréstimos estrangeiros. Esta é a parte B do teste, e refere-se ao teste de crenças linguísticas.

A primeira afirmação dada foi a seguinte: “Um bom professor de língua portuguesa FALA sempre de acordo com as regras da gramática normativa”. De modo geral, dos nove participantes, seis (66,7%) responderam que não necessariamente um bom professor de Português fala sempre de acordo com as regras da gramática tradicional, sendo que somente um dos respondentes para “Sim” está inserido nos últimos anos do curso de Letras, ou seja, ainda carrega a crença de que é necessário que o professor sempre fale de acordo com a GT.

A segunda afirmação a qual os participantes deveriam opinar diz respeito ao fato de que, como professor, deve-se focar o ensino de Português na GT. Essa foi uma questão em que a grande maioria (88,9% - oito participantes) respondeu que não, evidenciando mais uma vez a empatia em relação às outras variações que, por sua vez, também precisam ser abordadas em sala de aula e mais, precisam ser exploradas a fim de que os alunos consigam corresponder no dia a dia às diferentes situações e necessidades comunicativas. Em números, oito pessoas correspondem ao total daqueles que responderam não para a afirmação dois, sendo que apenas um, que se enquadra no perfil de ingressante, afirmou que é preciso sim focar o ensino de Língua Portuguesa na gramática normativa.

Para a terceira afirmação, questionamos aos alunos se eles acreditam que existem várias línguas faladas no Brasil. Nesse caso, 100% dos respondentes asseguraram que sim. Para nós pesquisadores é uma resposta bastante gratificante, pois, principalmente pelas questões relacionadas à variação linguística, saber que o Brasil é um país que abriga diversos falares e dialetos é um caminho para contribuir com o empoderamento linguístico, com o respeito linguístico e com a diversidade como um todo. Nesse sentido, e em conformidade com as ideias de Fiorin (2001, p. 111), notamos que

A variação é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam uma região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por diante. O uso de determinada variedade linguística serve para marcar.

Uma pergunta mais relacionada com a parte gramatical em si foi a afirmação seguinte, cujo enunciado trazia o seguinte: “Existe um único conjunto de regras que regem o bom uso da língua portuguesa”. Para essa frase, 77,8% (7) responderam que não; por outro lado, 22,2%

(2) responderam que sim. Apesar de a grande maioria ter um ponto de vista mais variacionista da língua, dois participantes acreditam que, na verdade, a gramática normativa está mais ligada ao bom uso da língua portuguesa. Aqueles dois que responderam que sim encaixam-se no perfil de ingressantes dos cursos de Letras.

No que se relaciona à parte voltada aos empréstimos estrangeiros, questionamos se, na opinião dos participantes, palavras estrangeiras prejudicam a língua portuguesa. Surpreendentemente, 100% respondeu que não. Esta é uma informação surpreendente levando em consideração o Projeto de Lei que foi um dos pontos de partida para nossa pesquisa. O Projeto de Lei foi aprovado, ou seja, as pessoas que votaram a favor do PL acreditam no contrário daquilo que nós, e os demais participantes e respondentes do teste, acreditamos. E mais, apesar de não ter sido sancionado, o PL é debatido e tópico de discussão frequentemente pelas redes sociais e mídia, estendendo-se até às instâncias políticas como podemos ver.

Apesar de opinarem que as palavras estrangeiras não prejudicam a língua portuguesa, houve uma pequena diferença na votação em relação ao fato de acreditarem ou não que deve-se evitar usar empréstimos estrangeiros em texto escrito. Enquanto 77,8% (7) acreditam que não é preciso evitar usar empréstimos estrangeiros em textos escritos, 22,2% (2) acreditam que deve-se evitar tal uso. Os dois respondentes que opinaram que deve-se evitar o uso de empréstimos estrangeiros fazem parte dos ingressantes nos cursos de Letras.

Em contraponto, quando perguntado se é necessário evitar usar empréstimos estrangeiros na modalidade falada, a maioria (88,9% - oito pessoas) acredita que não se deve fazer o uso dessas palavras ao falar. A pessoa que respondeu que “sim” também faz parte do perfil de ingressantes do curso. Esse resultado demonstra a maneira como as pessoas inferem que, ao incorporar uma palavra estrangeira na fala, a comunicação pode não ser completada. No entanto, se esquecem que os empréstimos estrangeiros são gerados “naturalmente” pelos falantes, de acordo com a necessidade ou simplesmente em um processo de neologismo. Em concordância com essa questão, relembramos o que bem explica Fiorin (*apud* Faraco, 2001, p. 116), que aborda sobre a necessidade de renovação do léxico:

Por outro lado, temos que verificar que o léxico é constituído, além de palavras do fundo léxico comum, de criações vernáculas e de empréstimos de línguas estrangeiras. Como mostramos acima, ao comentar a formação dos verbos a partir de substantivos emprestados, os processos de formação vernácula (derivação [sufixação, prefixação e parassíntese] e composição) não estão sendo atingidos. Portanto, resta a questão do empréstimo. É isso que o planejamento linguístico proposto pelo deputado pretende evitar. É possível isso? O léxico de uma língua é um conglomerado de formas provindas de fontes diversas e não se pode evitar o empréstimo linguístico, um dos meios de renovação lexical.

Todos (100%) os participantes concordam que a língua portuguesa sofre influência de outras línguas. Apesar da concordância, o teste evidenciou que não necessariamente os participantes são a favor dos empréstimos estrangeiros, ou seja, a depender da situação, julgam mais ou menos favorável o uso desses dois processos linguísticos. O contexto observado ao longo do teste e que mais é justificado o uso dos empréstimos estrangeiros foram, de modo geral, publicidade e propaganda, redes sociais, além de citarem situações de menor monitoramento e/ou em situações com termos estrangeiros técnicos.

A última questão indagava se os alunos trazem consigo a impressão de que os empréstimos de língua inglesa são mais bem aceitos em língua portuguesa. 77,8% (7) acreditam que sim; enquanto 22,2% (2) acreditam que não. Porém, dos dois respondentes da opção “Não”, um era quase egresso e, para a nossa surpresa, não foi o mesmo aluno (quase egresso) que havia respondido “Sim” para a nossa pergunta número um: “Um bom professor de Língua Portuguesa FALA sempre de acordo com as regras da gramática normativa”.

O que ponderamos e acreditamos, ao analisar as informações, é que existe pouca contradição nas crenças e atitudes dos alunos em relação aos empréstimos estrangeiros. Ao mesmo tempo em que carregam uma boa noção de variedade e diversidade linguística, pecam por acreditar, por exemplo, que um bom professor de Língua Portuguesa fala sempre de acordo com as regras da gramática normativa.

Finalmente, em um espaço direcionado a comentários, três dos participantes registraram informações no *box* citado. Um deles comentou que dizer que o professor sempre fala de acordo com a GT é algo impossível, mas que considera que fala sim, na maior parte do tempo. Outro comentário foi em relação aos empréstimos estrangeiros em texto escrito que, de acordo com o participante, podem ser mais ou menos bem aceitos, a variar do contexto. Em último, um terceiro participante utilizou a caixa de comentários para reforçar que, segundo ele, não se deve exagerar no uso dos empréstimos estrangeiros.

No que tange ao contraste entre as respostas dos períodos finais para os iniciais, coincidentemente, as pessoas que optaram por dizer que existe um único conjunto de regras que rege a língua portuguesa; bem como aquele participante que disse que não se deve exagerar nos empréstimos estrangeiros, são dos períodos iniciais dos cursos de Letras (três deles demonstram mais insegurança em relação ao uso dos empréstimos estrangeiros). Além disso, a mesma coisa acontece com a afirmação em relação a se deve usar empréstimos estrangeiros na modalidade escrita e/ou falada.

No entanto, não se pode dizer que existe um contraste real e efetivo entre os períodos, pois o número desigual de participantes não permite uma comparação equivalente. De modo

geral, apesar da maioria das afirmações terem o ponto de vista conservador mais por parte dos ingressantes (observamos ser mais frequente uma postura cautelosa em relação ao uso dos empréstimos estrangeiros neste perfil de aluno), há discentes quase egressos que transitam entre alternativas mais conservadoras e depois mais variacionistas demonstrando que, de alguma forma ainda existe um impasse na relação do estudante quanto ao uso dos empréstimos estrangeiros.

Os discentes dos períodos finais, grosso modo, não necessariamente tendem à visão mais variacionista da língua, porém, demonstram menos preconceito ou insegurança em relação ao uso de empréstimos estrangeiros. Outro comentário importante é que ambos os grupos, ingressantes e quase egressos, já possuem uma noção da diversidade e da variação linguística.

Dito isso, passaremos para a análise do teste de atitudes e apresentaremos mais informações diagnosticadas através da aplicação do teste.

### 4.3 O TESTE DE ATITUDES

Na parte C do questionário, os participantes depararam-se com excertos retirados do *Twitter* e que continham uma ou mais palavras de origem estrangeira. A partir da leitura do excerto, eles precisavam dar uma nota em uma escala de 1 a 5, onde 1 seria a nota mínima e 5 a nota máxima, para diferentes campos de avaliação. Além disso, havia uma caixa de comentários disponível. Por exemplo:

Ex:   X   : \_\_\_\_\_ : \_\_\_\_\_ : \_\_\_\_\_ : \_\_\_\_\_  
1;    2;    3;    4;    5;

**Figura 6.** Demonstração de fragmento do instrumento de pesquisa.

#### **FRAGMENTO 1**



**Fonte:** <<https://twitter.com/paolavbaggio/status/1138978505549590533>>.

### FRAGMENTO 1

Menos Inteligente \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Muito inteligente  
 Não escreve bem \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Escreve bem a língua portuguesa  
 Pouco Simpático \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Muito Simpático  
 Pouco Rico \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Muito Rico  
 Má pessoa \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Boa Pessoa

**Fonte:** As autoras.

Em relação ao fragmento número um, supracitado acima, as respostas foram as seguintes: Quando avaliada a inteligência, 88,9% (8) dos respondentes deram nota igual ou superior a 3. Em relação à escrita, 66,6% (6) avaliaram com nota igual ou superior a 3. Para “Simpatia”, 100% avaliou com nota igual ou superior a 3, sendo 22,2% (2 respondentes) nota 3; 55,6% (5 participantes) nota 4; e 22,2% (2 respondentes) nota 5. No quesito voltado para a situação econômica, 88,9% dos participantes avaliaram com nota igual ou superior a 3. Por último, em relação ao campo “Boa pessoa”, 88,9% avaliaram com nota igual ou superior a 3.

Na caixa de comentários, os participantes reforçaram que não usar a gramática normativa não impediu a comunicação e que, nesse caso, a palavra *pink*, por exemplo, representa a cor rosa de tom mais forte. Como podemos observar, em média, foi mais bem avaliado em relação à intelectualidade, simpatia e à capacidade de escrever bem, do que propriamente dito em relação à condição financeira.

Em relação ao fragmento número dois, representamos abaixo o excerto seguido das respostas:

**Figura 7.** Demonstração de fragmento número dois do instrumento de pesquisa.

### FRAGMENTO 2



**Fonte:** <<https://twitter.com/aftrtastx/status/1139008019784708096>>.

**Fonte:** As autoras.

No que diz respeito ao campo “Inteligente”, 77,7% (7) deram nota igual ou superior a 3. Quando perguntado em relação a escrever bem, o índice da porcentagem baixou para 66,6% (6) de pessoas que atribuíram nota igual ou superior a 3. Em relação à simpatia, a porcentagem e a distribuição ficou idêntica ao campo “Escrever bem”; bem como em relação à condição financeira. Para o último tópico, 88,9% (8) votaram em nota igual ou superior a 3.

Nesse fragmento, os participantes aproveitaram o *box* de comentários para enfatizar a escrita não formal do autor do fragmento, além de apontarem que a linguagem, por sua vez, está “muito coloquial”. Outros, no entanto, lembram que a comunicação não foi interferida apesar dos desvios ortográficos ou ausência de pontuação.

**Figura 8.** Demonstração de fragmento número três do instrumento de pesquisa.

### FRAGMENTO 3



**Fonte:** <<https://twitter.com/losthendery/status/1138529328885633025>>.

**Fonte:** As autoras.

Para o fragmento três, obtivemos os seguintes dados: Em relação à “Inteligência”, 77,7% (7) votaram em nota igual ou superior a 3. O mesmo percentual foi encontrado em relação à “Escrever Bem” e em relação à “Simpatia” e o mesmo ocorreu quando se refere à condição financeira. Neste fragmento, em relação à “Ser boa pessoa”, 88,9% (8) votaram em nota igual ou superior a 3.

Como podemos observar, as avaliações em relação aos fragmentos foram positivas, apesar das observações trazidas pelos alunos em relação à linguagem mais ou menos formal, à linguagem virtual e também no que se refere ao uso dos empréstimos estrangeiros propriamente dito. Vimos que, em sua maioria (quase 100%), os alunos não deixam de atribuir notas favoráveis aos fragmentos pelo simples fato de trazerem uma linguagem mais informal, e também de conterem palavras estrangeiras. O único adendo apresentado por um aluno foi o de que a palavra “photocard” não é tão habitual.

Mais uma vez, as notas que menos favorecem foram atribuídas por alunos estudantes dos primeiros períodos, o que nos faz inferir que, nos períodos iniciais, alunos trazem consigo a impressão de que a informalidade da língua, assim como o uso de palavras estrangeiras podem ou tendem a prejudicar o entendimento e a compreensão dos enunciados. Nesse ponto, é importante ressaltarmos que as mudanças que ocorrem na língua se formam de maneira gradativa e progressiva, ou seja, são mudanças que acontecem lentamente e que, dia a dia, são incorporadas na comunidade linguística dos falantes, no nosso caso, brasileiros.

Para ilustrar tal argumento, lembramo-nos do aporte que Faraco (2001, p. 70, *grifos do autor*) nos traz em seu livro “Estrangeirismos: guerra em torno da língua”, já mencionado em nossa pesquisa.

Assim, embora as línguas mudem inevitavelmente, essa mudança se processa de maneira muito lenta e é, na prática, imperceptível para os falantes de uma mesma geração e de gerações contíguas, justamente porque, durante longos intervalos de tempo, o sistema linguístico consegue manter um equilíbrio mínimo essencial entre forças desestabilizadoras (externas e internas) e forças estabilizadoras, capaz de permitir aos falantes o mútuo entendimento. E as línguas são sistemas autorreguladores precisamente porque são faladas por *seres humanos* que querem se fazer entender e ser entendidos: é deles — do trabalho que empreendem *com* a língua, *pela* língua e *sobre* a língua — que provém essa qualidade homeostática do idioma. Sabendo disso, não há por que temer que a utilização de um punhado de estrangeirismos seja “*lesiva à língua como patrimônio cultural*” a ponto de provocar “*uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa*” (...).

O autor relembra, inclusive, que é justamente esse argumento de descaracterização da língua portuguesa que Aldo Rebelo usa em seu PL. Nesse mesmo sentido, é inviável crer que os novos elementos da língua, as novas palavras e expressões comprometem a

tradicionalidade linguística, até mesmo porque as novas palavras, expressões, empréstimos estrangeiros em nada anulam as estruturas, as regras e nem os conceitos gramaticais.

Na última parte do teste de atitudes, os alunos eram convidados a comentar fotos/publicidades/situações retiradas da mídia e que contêm empréstimos estrangeiros. Em relação ao Texto 1, em anexo no instrumento de pesquisa, os participantes não encontraram dificuldade para entender os empréstimos estrangeiros. Um comentário que nos chamou a atenção foi de que “trata-se de uma apresentação do dinamismo da língua”, e isso demonstra e reforça mais uma vez a forma como os empréstimos estrangeiros são incorporados e acabam fluindo com naturalidade dentro do cotidiano.

O Texto 2 foi o mais polêmico entre os comentados. Os respondentes da pesquisa atentaram-se ao fato de que, no caso do Texto 2, as pessoas podem não entender o significado de “*lockdown*”, o que comprometeria o entendimento pleno do texto. Em um determinado comentário, o participante chamou a atenção para o fato de que “pessoas com menos acesso à educação não conseguem ou não têm conhecimento para entender expressões em inglês”. Essa afirmação é compreensível, no entanto, se levarmos em consideração o contexto da pandemia da COVID-19, onde a palavra “*lockdown*” foi empregada com frequência, inferimos que pelo menos o conceito da palavra pode ser apreendido pelo interlocutor, mesmo que ele não conheça a tradução propriamente dita da palavra.

O Texto 3 trazia consigo a expressão *Fake News*, e em relação a este termo, as respostas foram bastante curiosas. Com exceção de uma resposta em que o discente afirma que poderia traduzir tranquilamente a expressão para o português, as outras respostas mostraram-se bastante familiarizadas com o termo. Um dos comentários que nos chamou a atenção foi o de um aluno que afirmou que “Falamos de *Fake News* como se fosse palavra de nossa língua portuguesa, não consigo nem traduzir”. Relembrando o que foi dito anteriormente, onde apesar de não sabermos a tradução da palavra em si, mas sabermos o conceito que ela nos traz, já é o suficiente para que ocorra o entendimento com o emprego do termo. No caso, o discente informa que nem conseguiria traduzir *Fake News* para o português, demonstrando sua familiaridade com a expressão.

Em um segundo momento da última parte do questionário, foram apresentadas questões dissertativas aos participantes. Em relação à questão “2- De que forma você acredita que uma palavra estrangeira pode facilitar (ou não) a comunicação em língua portuguesa?”, a maioria dos alunos comentou que os empréstimos estrangeiros causam até mais fluidez nos textos, soam como um aporte contemporâneo e estiveram em ascensão principalmente por conta do avanço e desenvolvimento das redes sociais e tecnologia em geral. No que tange aos

comentários contrários ao uso dos termos estrangeiros, os discentes argumentaram que a falta de conhecimento do idioma pode causar falha na comunicação; além de mencionarem mais uma vez que empréstimos estrangeiros em excesso são prejudiciais. Outro ponto destacado foi o de que a maioria das pessoas que têm conhecimento das palavras estrangeiras, segundo os respondentes, só têm conhecimento da pronúncia, desconhecendo assim a palavra em sua forma escrita, o que também poderia gerar dificuldade em caso onde a pessoa precisasse relacionar a palavra ao som.

A próxima pergunta indagava onde eles têm mais percepção de palavras estrangeiras, seja na mídia, em propagandas etc. Entre os mais citados estão: mundo corporativo, mídia, redes sociais, propagandas, *TikTok*, jargões, músicas, jogos e internet em geral. Uma situação bastante notória foi o relato de uma discente que afirmou que, em sua experiência, presenciou em fala o verbo “crinjar”, que viria de *cringe*, palavra inglesa que virou uma expressão de língua portuguesa e que já recebeu a flexão verbal em português.

Quando perguntado se faziam uso de palavras estrangeiras, somente um respondente disse que não. Um discente disse, inclusive, que muitas vezes se dá conta de que falou palavras em inglês e que poderia ter sido ditas em língua portuguesa. Este comentário ressalta o que aborda Faraco em seu livro no qual ele afirma que “os empréstimos estrangeiros contribuem apenas no nível mais superficial da língua, que é o léxico” (Faraco, 2001, p. 72). Por mais que tenhamos uma palavra correspondente em português, é como se nosso cérebro já estivesse habituado com a forma no inglês. O aluno não pontuou se a palavra em inglês prejudica o entendimento total da frase.

Em suma, as palavras estrangeiras fazem tanta parte do nosso cotidiano que muitas vezes as utilizamos como se fossem própria parte do nosso idioma, e de fato é. Por exemplo, em seu artigo “A fatia estrangeira do idioma”, Fiorin (2007) nos lembra dos empréstimos estrangeiros “Brother” e “Book”. Em algumas situações, “Brother” não significa “irmão”, significa “amigo”; e “Book” não significa “livro”, significa um álbum de fotografias que as modelos entregam nas agências (Fiorin, 2007, p. 54). A língua é formada exatamente pelos jargões, pelas variações, pelos neologismos que vão surgindo, empréstimos estrangeiros que vão sendo incorporados, e é bem aí que mora a beleza da diversidade cultural e linguística.

Em nossa questão acompanhada de um quadrinho, as opiniões foram diversas. Enquanto um discente X afirmou não concordar com palavras estrangeiras sem a tradução em seguida, e outro afirmou ser um exagero os empréstimos estrangeiros, outros informaram passar por situações cotidianas em que outras pessoas afirmam que o inglês é mais bonito sim, ou que soa melhor etc. Além disso, responderam também que conhecem pessoas que dizem

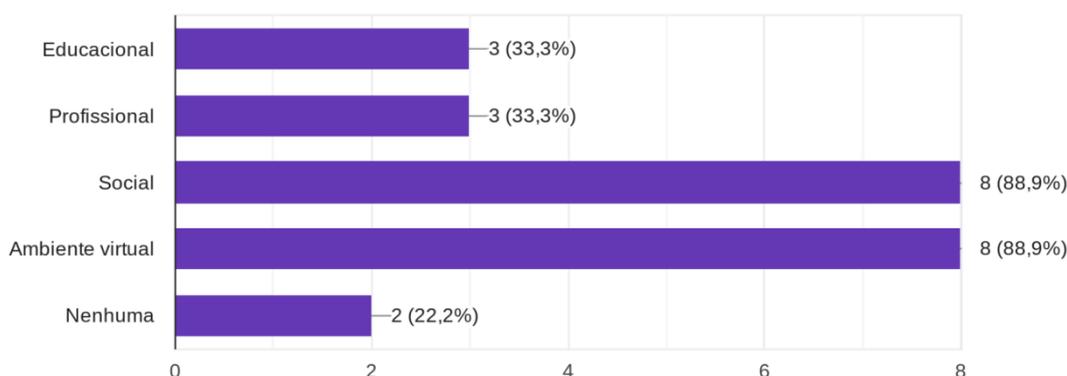
que é mais bonito no inglês e que se traduzir fica “feio”; ou que o inglês é uma língua universal.

Quando questionado sobre em qual situação fariam o uso de empréstimos estrangeiros, e lembrando que poderiam assinalar mais de uma opção, foram predominantes os ambientes social e virtual, conforme demonstra o gráfico abaixo:

**Gráfico 1.** Gráfico expondo em qual situação os participantes usariam empréstimos estrangeiros.

6) Em qual situação/contexto você se enxerga fazendo uso de empréstimo e/ou estrangeirismo?  
Você pode assinalar mais de uma opção.

9 respostas



**Fonte:** Google Forms, elaborado pelas autoras.

Na hora de avaliar o uso de empréstimos estrangeiros, 44,4% votaram indiferentemente; 44,4% votaram positivamente; 11,1% votou negativamente. Nós nos atentamos para o fato de que a pessoa que votou negativamente frequenta os períodos iniciais dos cursos de Letras da universidade pública em que realizamos a pesquisa, não tendo tido ainda, portanto, contato com a disciplina de variação linguística que a instituição traz em sua grade curricular.

Aproveitamos a oportunidade para enfatizar que existem palavras do léxico da língua portuguesa que já são mais comuns ao serem pronunciadas em inglês, por exemplo, do que em português. A exemplo da palavra *mouse* que, a exemplo do que nos traz Faraco, é traduzida pelos portugueses, mas não é traduzida pelos brasileiros; ou a nossa palavra “vitrine”, do francês *montre*, e para os portugueses “montra” (Faraco, 2001, p. 75). Em termos gerais, o que queremos reforçar é que os empréstimos estrangeiros são muito mais uma ferramenta da língua portuguesa do que qualquer outra coisa que possa prejudicar o idioma.

Ademais, as variações de termos, palavras, expressões e sotaques são naturais de todas as línguas, são parte da individualidade que compõem a cultura de cada comunidade, cidade, estado e país.

Para encerrar o teste de crenças e atitudes, os participantes da pesquisa responderam sobre qual contexto atribui o uso de empréstimos estrangeiros. Obtivemos os seguintes dados: 44,4% votou em “menos formal”; 11,1% votou em “mais formal”, e 44,4% votou em “ambos”. Nesta resposta podemos observar que, conforme ocorreu na questão do ambiente de uso dos empréstimos estrangeiros, o uso das palavras estrangeiras é atribuído aos ambientes menos formais, de socialização e/ou virtuais.

Nesta seção da análise do teste de atitudes e também considerando a parte do teste de crenças, a nossa intenção era produzir uma análise equiparada entre os períodos iniciais e finais dos alunos de Letras de uma universidade pública da cidade de Uberaba-MG. Entretanto, devido ao número desigual dos alunos participantes, resolvemos realizar a análise de forma geral, porém, sempre ponderando quem são os respondentes mais conservadores e quem são os menos conservadores.

Salientamos a oportunidade futura de desenvolver outros trabalhos nessa linha de pesquisa, favorecendo os estudos voltados às crenças e atitudes em relação aos empréstimos estrangeiros, bem como abrindo espaço para discutir a questão do purismo e da Lei nº 1.676/1999 trazida para discussão nesta pesquisa.

Outro ponto a se destacar é que os resultados da pesquisa referem-se ao contexto em que ela foi produzido, podendo ser encontrados outros resultados diferentes e também bastante interessantes dependendo do instrumento de pesquisa (teste, entrevista, ou outro) ou do público-alvo da pesquisa (alunos de outros cursos, ou da Educação Básica, por exemplo).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos investigar as crenças e atitudes linguísticas de alunos ingressantes e quase egressos dos cursos de Letras de uma universidade pública de Uberaba-MG. Em um primeiro momento, fizemos um apanhado sobre as crenças e as atitudes linguísticas, a fim de caracterizá-las e de nortear o leitor sobre a linha de pesquisa almejada no trabalho. Após contextualizar sobre os empréstimos estrangeiros e apresentar trabalhos realizados com foco no assunto, partimos para as polêmicas relacionadas aos termos estrangeiros e discutimos sobre o PL 1.676/1999.

Em um segundo momento, passamos à análise do teste de crenças e atitudes aplicado aos ingressantes e quase egressos dos cursos de Letras de uma universidade pública de Uberaba-MG. Através da análise dos testes de crenças e atitudes aplicados conseguimos notar que existe uma grande consciência dos discentes sobre o que são empréstimos estrangeiros. No entanto, ainda é bastante atribuído por eles o uso dos termos estrangeiros relacionados a situações de mais descontração, menos formalidade e em contexto de menos monitoramento linguístico.

Nesse sentido, relembramos que as impressões mais divergentes sobre o uso dos empréstimos estrangeiros e com mais impressões negativas foram de discentes que frequentam os primeiros períodos do curso e que, por sua vez, ainda carregam a crença de que os empréstimos estrangeiros são ruins para a língua. Gostaríamos de salientar, por outra perspectiva, que há palavras que há muito tempo são encontradas em nosso falar cotidiano e que são oriundas de outros idiomas. A saber: “*boate, clube, balé, boné, hotel, futebol, tricô, crochê, suflê, batom, garçom, ópera, túnel, trem, avião, menu, restaurante, debutante, golfe, iate*”, (Faraco, 2001, p. 78) etc. O que aconteceria se essas palavras precisassem ser ressignificadas? Ou mais, como ficaria se o PL de Rebelo fosse válido e não pudessemos fazer uso de tais termos e palavras mais?

De outro lado, observamos resultados bastantes favoráveis ao uso dos empréstimos estrangeiros, além da maioria dos respondentes do teste terem julgado a utilização dos termos estrangeiros como positiva, inclusive, em estudantes dos primeiros períodos.

Ademais, reconhecem as diversas línguas faladas no Brasil, o que é muito relevante para os conceitos de variação e diversidade, além de apresentarem bastante consciência (77,8%) de que não existe um único conjunto de regras que rege o bom uso da gramática normativa, mas sim vários conjuntos, situações e contextos que, juntos, denotam as peculiaridades de todos, mas principalmente do nosso idioma.

Notamos ainda uma resistência daqueles que argumentam que a falta de conhecimento, de contextualização ou de referência pode prejudicar o entendimento quando empregado algum termo em língua estrangeira. Como conclusão, reiteramos que 100% dos respondentes afirmaram que palavras estrangeiras não prejudicam a língua portuguesa, apesar da resistência de alguns em relação aos termos em específico.

Reforçamos o nosso ponto de vista de que não é possível legislar sobre a língua, que os discentes são capazes de reconhecer o uso dos empréstimos estrangeiros e, além disso, possuem capacidade de opinar e caracterizar as situações em que identificam mais ou menos o uso de tais recursos.

A língua portuguesa é um tesouro cultural que se estende por vastas regiões do mundo, unindo comunidades e permitindo a comunicação entre milhões de pessoas. No entanto, é essencial reconhecer que a língua não é uma entidade estática e uniforme. Ela é viva, dinâmica e se transforma ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais, históricas e culturais.

A variação linguística é uma característica intrínseca de qualquer língua. Ela ocorre naturalmente devido a fatores como a região geográfica, o contexto social, a história e até mesmo a situação comunicativa. Negar a existência da variação linguística seria ignorar a riqueza e a diversidade que enriquecem nossa língua.

Entre alguns argumentos em defesa da língua portuguesa e da variação linguística, estão: a Cultura: A língua é um reflexo da cultura de um povo. Cada variação linguística traz consigo uma história, tradições e valores específicos. As diferentes formas de falar e escrever são parte integrante da identidade de uma comunidade. Elas nos conectam ao nosso passado e moldam nosso presente. Tentar legislar rigidamente sobre a língua seria como tentar congelar o tempo. Isso não é viável nem desejável.

Ademais, não podemos deixar de considerar o preconceito linguístico. A imposição de uma única norma linguística pode levar ao preconceito contra aqueles que não a seguem. Devemos lembrar que todas as variedades linguísticas são legítimas. Não existe uma forma “certa” ou “errada” de falar, apenas diferentes contextos de uso.

Em resumo, a língua portuguesa é um organismo vivo, em constante transformação. Devemos celebrar sua diversidade e reconhecer que não é possível legislar sobre algo tão complexo e multifacetado. Em vez disso, devemos promover o respeito pelas diferentes formas de expressão e valorizar a riqueza que a variação linguística nos oferece.

Já em relação aos empréstimos linguísticos, eles desempenham um papel significativo na evolução e enriquecimento da língua portuguesa. As palavras provenientes de outras

línguas contribuem para a diversidade lexical e cultural, refletindo as influências históricas, sociais e comerciais que moldaram nossa língua ao longo dos séculos. Assim, podemos afirmar que os empréstimos estrangeiros são uma prova da vitalidade e da capacidade adaptativa da língua portuguesa. Eles nos conectam ao mundo e nos permitem expressar ideias de maneira mais rica e diversificada. Portanto, ao invés de resistir a essas influências, devemos celebrá-las como parte fundamental da nossa língua e cultura.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras.** 2008. Disponível em: <[http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/37/EL\\_V37N2\\_11.pdf](http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_11.pdf)> Acesso em: 09 nov. 2023.

ALÉONG, S. **Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica.** In: BAGNO, M. (org.). Norma linguística. São Paulo: Loyola, 2001.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo: criação lexical.** São Paulo: Ática, 2007.

ASSIS, Ana Beatriz Gonçalves de. **Adaptações fonológicas na pronúncia de estrangeirismos do inglês por falantes de português brasileiro.** 2007. 266 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Delta, 1958.

BAGNO, Marcos (org). **Linguística da norma.** São Paulo: Loyola, 2004.

BAGNO M. Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25311>> Acesso em: 09 nov. 2023.

BAGNO, M. (2018). Norma linguística, hibridismo & tradução. Traduzires, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 19–32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/article/view/20891>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, C. A. (org). **Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua.** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2001.

BAGNO, Marcos. **Norma linguística.** São Paulo: Loyola, 2001.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta.** 2.ed. Campinas: Pontes, 2004.

BARBOSA, J. B.; CUBA, D. L. Crenças e atitudes linguísticas de alunos do ensino médio em escolas públicas de Uberaba. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 73-90, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/tede/664/5/Dissert%20Daiana%20L%20Cuba.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BARBOSA, J. B.; CUBA, D. L. de. Crenças e atitudes linguísticas de alunos do Ensino Médio em escolas públicas de Uberaba. **Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/7710>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BARCELOS, A. M. F; ABRAHÃO, M. H. V. **Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores**. Campinas: Pontes, 2006.

BASTARRICA, Maristela Lutz. **Empréstimos linguísticos do inglês: um estudo do léxico do comércio exterior à luz da teoria da variação em terminologia**. UFRGS. Rio de Grande do Sul: Lume, 2009.

BERGAMASCHI, M. C. Z. **Bilinguismo do dialeto italiano-português: atitudes linguísticas**. 2006. 154f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. São Paulo: Nacional, 1986.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Reações dos falantes do português à concordância verbal não-padrão**. 1977. Dissertação (Mestrado)\_Universidade de Brasília, 1977.

BOTASSINI, J. O. M. A importância dos estudos de crenças e atitudes para a sociolinguística. *Signum: Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 102–131, 2015. DOI: 10.5433/2237-4876.2015v18n1p102. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/20327>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BOULANGER, **L'évolution du concept de Néologie de la linguistique aux industries de la langue**. In: SCHAEZTEN, C. Terminologie diachronique. Paris: Conseil International de la Langue Française, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 30 abril 2023.

BRASIL. Lei Nº 1.676, de 15 de setembro de 1999. Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências. Brasília, **DF: Diário Oficial da União**, 1999.

BRITTO, Luiz Percival L. O ensino escolar da língua portuguesa como política linguística: ensino de escrita x ensino de norma. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana II** (2004), 1 (3), p. 119-140.

BUSSE, S.; SELLA, A. F. Uma análise das crenças e atitudes linguísticas dos falantes do Oeste do Paraná. Signum: **Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 77-93, jun. 2012.

CAGLIARI, L. C. **Questões de Morfologia e Fonologia**. Campinas: edição do autor, 2002.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística — parte II, In: MUSSALLIM, F.; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. V.1 São Paulo: Cortez, 2001, p. 49-75.

CÂMARA, JR., J. M. **Dicionário de lingüística e gramática**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. [1. ed. 1973, Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa].

CAMPOS, G. **O que é tradução**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, N. **Empréstimo lingüístico**. São Paulo: Ática, 1989.

COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral**. Tradução Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

CUBA, Daiana Lombardi de. **Uma proposta de ensino de língua portuguesa a partir da identificação de atitudes linguísticas de alunos do 7.o ano de uma escola pública de Uberaba-MG**. 2019. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Mestrado Profissional em Letras, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019.

CUNHA, C. & CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

CYRANKA, L. **Avaliação das variantes: atitudes e crenças em sala de aula**. In: MARTINS, M.; VIEIRA, S.; TAVARES, A. (Org.). Ensino de português e Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2014. p. 133-156.

CYRANKA, L. F. de M. **Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora – MG**, 2007. 174 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CYRANKA, Lúcia F. Mendonça. **Dos dialetos populares à variedade culta: A sociolinguística na escola**. Curitiba: Appris, 2011.

DA HORA, Dermeval. Medidas avaliativas de atitude lingüística. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 9., 1994, CAXAMBU. **Anais**. João Pessoa, [s.ed.], 1995. p. 1369-1373.

DUBOIS, J. et al. (1973). **Dicionário de linguística**. Trad.: Frederico Pessoa de Barros et. al. São Paulo: Cultrix. / DUBOIS, J. et al. (1973). Dictionnaire de linguistique. Paris: Larousse.

ELIA, Sílvio. **Dicionário gramatical**. 3. ed. Rio de Janeiro/Porto Alegre/ São Paulo: Globo, 1962.

FARACO, C. A. **Por uma pedagogia da variação linguística**. 2011. Disponível em: <[https://variacaolinguistica.files.wordpress.com/2011/06/faraco-por\\_uma\\_pedagogia\\_da\\_variacao\\_linguistica1.pdf](https://variacaolinguistica.files.wordpress.com/2011/06/faraco-por_uma_pedagogia_da_variacao_linguistica1.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M.. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017. 224 p.

FIORIN, J. L. A fatia estrangeira da língua. **Revista Língua Portuguesa**. Ano II, nº 27, 2007, p. 50-54.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do projeto de Lei n. 1676/99. In: FARACO, Carlos Alberto (org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2001.

FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M. A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul e do Nordeste. *Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura*, [S. l.], v. 18, n. 2, 2016. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/9166>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GARRET, p. **Attitudes to language**. Cambridge University Press, 2010.

ILARI, Rodolfo. **Introdução ao estudo do léxico**. São Paulo: Contexto, 2002.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira.

Lambert, W. E., Hodgson, R. C., Gardner, R. C., & Fillenbaum, S. (1960). **Evaluational Reactions to Spoken Language**. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 60, 44-51.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W.E. **Psicologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LEAL, Amilton Flávio Coleta; LEMES, Renata Carneiro; CARDOSO, Valéria Faria. LABOV, William. A motivação social de uma mudança sonora In: *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 19-62. **WEB REVISTA SOCIODIALETO**, [S. l.], v. 7, n. 20, p. 520 – 524, 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/sociodialeto/article/view/7790>. Acesso em: 17 mar. 2024.

LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro.** São

LIEBKIND, K. Social Psychology. In: FISHMAN, J. A. (Ed.). Handbook of language and ethnic identity. **New York: Oxford University Press**, 1999. p. 140-151.

LUCCHESI, Dante e ARAÚJO, Silvana. **A teoria da variação linguística.** s/d. Disponível em <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2306>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LUCCHESI, Dante. A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 41(2): p. 793-805, maio-ago 2012.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Language policy in Brazil: Monolingualism and Linguistic prejudice.** Language Policy, n. 3, 2004, p. 3-32.

MENDONÇA, Marina Célia. O purismo linguístico na mídia brasileira na passagem do século XX para o século XXI. **Revista da ANPOLL**, v. 2, p. 169-191, 2008.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Fernão de. **A Gramática da Linguagem Portuguesa.** Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

Oliveira, Gilvan Müller de (2002). Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. [Brazilians speak Portuguese: Monolingualism and linguistic prejudice.] In Fábio Lopes da Silva & Heronides M. de Melo Moura (Eds), **O direito à fala – a questão do preconceito lingüístico** [The right of speaking – The question of linguistic prejudice], 2nd, revised edition (pp. 83–92). Florianópolis: Insular.

PAIVA, M. F. de; PONTES, I.; MERCURIO, A. S.; MORAES, A. C.; TREVISOLI, J.; CAMARGO, L. p. de. O Uso de Estrangeirismo em Nomes de Estabelecimentos Comerciais na Cidade de Arapongas (PR). Signum: **Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 227–237, 2004. DOI: 10.5433/2237-4876.2002v5n1p227. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3672>. Acesso em: 10 nov. 2023.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, Mercado de Letras, 1996, 95 p.

PRETI, Dino. **A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais.** In: \_\_\_\_\_. (Org.). O discurso oral culto. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1997. p. 17-27.

ROSA, Guimarães. **Primeiras Estórias.** 44ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

REY, Alain. **Usos, julgamentos e prescrições linguísticas**. In BAGNO, Marcos (org.). Norma linguística. São Paulo: Loyola, 2001.

ROCHA LIMA, L. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 38a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

RODRIGUES, Diego et al. (Coord. Edit.). **Larousse ilustrado da língua portuguesa**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

SANDMANN, A. J. **Morfologia Lexical**. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, E. **Certo ou errado?** atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SANTOS, Emmanoel. **Mobilidade social e atitudes lingüísticas**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1976.

SCHMITZ, J. R. **A língua portuguesa e o polêmico projeto de lei n. 1.676, de 1999**. Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura, [S. l.], v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/917>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, F. B.; BOTASSINI, J. O. M. **Crenças e Atitudes Linguísticas: o que pensam os alunos de Letras sobre o ensino de língua portuguesa**. Letras & Letras, Uberlândia, v. 31, n. 2, p. 61–85, 2015. DOI: 10.14393/LL62-v31n2a2015-4. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/31457>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, Hélen Cristina da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. **O poder de uma diferença: Um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas**. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/6242/5118>. Acesso: 17 de março de 2024.

SOUSA, Hilda Braz Silva; **"Estrangeirismos versus purismo da língua portuguesa do Brasil: um debate constante"**, p. 143 -158. In: Perspectivas em estudos da linguagem. São Paulo: Blucher, 2017.

TAYLOR, Orlando L. **Teacher's attitudes toward black and nonstandard English as measured by the language-attitude scale**. In: SHUY W. Roger; FASOLD, R. W. (Ed.). Language attitudes: current trends and prospects. Washington: Georgetown University, 1973. p. 174-201.

TEIXEIRA, Deisi Emanoela da Silva. **Estrangeirismos, empréstimos e formas vernaculares: como são apresentadas as palavras de outras línguas nas histórias em quadrinhos de Mauricio de Sousa**. 71 f. 2017. Monografia (Especialização em Revisão de Texto) – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

TIMBANE, Alexandre António. **Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique**. Via Litterae, v. 4, n. 1, 2012. p. 5-24.

TRIGO, Maria Avila. **Incidência de estrangeirismos em língua inglesa na área econômica do discurso jornalístico**. 2007. 159 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

Valadares, Flávio Biasutti. **Uso de estrangeirismos no português brasileiro: variação e mudança linguística**. 2014. 191 f. Tese (Doutorado em língua portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

VELOSO, R. **As três ondas da sociolinguística e um estudo em comunidades de práticas**. 2014. Disponível em: <<http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R1026-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

WILLIAMS, Frederick. Stereotyped attitudes of selected English dialect communities. In: SHUY, R. W.; FASOLD, R. W. (Ed.). **Language attitudes: current trends and prospects**. Washington: Georgetown University Press, 1973. p. 85-96.

XATARA, Claudia Maria. **Empréstimos, estrangeirismos e suas medidas**. ALFA: Revista de Linguística, v. 36, 1992 - O texto: leitura e tradução Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/107697>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - TERMOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Crenças e atitudes linguísticas de alunos de Letras sobre os estrangeirismos e empréstimos no Português Brasileiro: língua em uso vs. purismo

### TERMO DE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Crenças e atitudes linguísticas de alunos de Letras sobre os estrangeirismos e empréstimos no Português Brasileiro: língua em uso vs. purismo”, sob responsabilidade de Larissa Marra e Juliana Bertucci, pelo fato de ser estudante de Letras e estar cursando o período inicial ou final do curso. Os avanços na área da Linguística e Ensino de Línguas ocorrem por meio de estudos como este e, por isso, a sua participação é importante.

Esta pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara FClar - UNESP, que tem como função defender os interesses dos participantes das pesquisas, em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da ciência dentro dos padrões éticos.

O estudo tem como objetivo observar como os alunos de Letras - ingressantes e quase egressos - julgam recursos linguísticos como empréstimos e estrangeirismos no português brasileiro. Caso aceite participar, será necessário que você responda três etapas de um questionário no Google Forms. As três etapas do questionário serão realizadas em aproximadamente 15 minutos. Não será feito nenhum procedimento que traga qualquer desconforto ou dano à sua imagem.

Você tem o direito de solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos, antes e durante a realização da pesquisa. Pela sua participação, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas haverá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Seu nome e identidade não aparecerão em qualquer momento do estudo, pois você será identificado(a) por algum código, como número ou letra.

Em relação aos riscos da pesquisa, temos consciência de que a técnica utilizada – responder a um questionário -, às vezes pode ocasionar desconfortos e/ou incômodos, pois o participante sabe que sua opinião será analisada. Por isso, solicitamos a sua permissão e destacamos mais uma vez que em momento algum seu nome irá aparecer na pesquisa. Assim, o risco de perda de confidencialidade será minimizado.

Os estudos da variação linguística não só refletem as diferenças sociais, mas, sobretudo expressam a interpretação e o posicionamento dos falantes dentro do mundo social. Possibilitam, por meio deste posicionamento, construir e reconstruir o mundo. Nesse sentido, a construção e a concretização da consciência social de um fenômeno variável (no caso a língua), estudado de acordo com a sua função nos fatores sociais, caracterizam o que podemos chamar de sociolinguística da percepção. Em resumo, a avaliação, a atitude e a crença em relação à língua são determinantes na constituição da identidade linguística dos falantes. Esperamos, como benefício(s) desta pesquisa, contribuir para a melhoria do ensino de língua portuguesa através de um ensino mais sensível à variação linguística.

Os dados resultantes deste estudo serão apresentados em Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Não haverá benefícios ou contribuições financeiras sobre os resultados decorrentes da pesquisa.

Você receberá uma via deste termo no qual constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**APÊNDICE B - TERMO APÓS ESCLARECIMENTO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE APÓS ESCLARECIMENTO**

Título do Projeto: Crenças e atitudes linguísticas de alunos de Letras sobre os estrangeirismos e empréstimos no Português Brasileiro: língua em uso vs. purismo

Dessa forma, você foi esclarecido(a) sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Você está ciente do direito assegurado de não participar, ou de interromper a participação no momento que achar necessário, além da garantia de indenização por eventuais danos decorrentes da participação nesta pesquisa, nos termos da legislação civil (Código Civil Lei 10.406 de 10/01/2002).

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios, bem como compreendi para que serve o estudo e qual o procedimento ao qual serei submetido(a). A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Eu concordo em participar no estudo. Após assinatura, receberei uma via deste documento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Você aceita participar do projeto?

(        ) SIM

(        ) NÃO

Nome do(a) participante: \_\_\_\_\_

R.G.: \_\_\_\_\_

Pesquisadores Responsáveis:

Nome: Larissa Galdiano da Silva Marra

Endereço: R. João Ferreira Duarte, 891, Guanabara 2, Ituverava-SP

Tel: (16) 99320-0695

E-mail: lgaldianosmarra@gmail.com

Prof. (ª) Dr. (ª) Juliana Bertucci Barbosa (orientadora)

Cel: (34) 99916-0550

E-mail: [julianabertucci@gmail.com](mailto:julianabertucci@gmail.com)

---

Em caso de dúvida em relação a este documento, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara FClar - UNESP: Localização: Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – Endereço eletrônico: [comitedeetica@fclar.unesp.br](mailto:comitedeetica@fclar.unesp.br).

**APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE PESQUISA (QUESTIONÁRIO)****Questionário (Instrumento da Pesquisa)****Parte A - Perfil social**

Informante (código): \_\_\_\_\_ (preenchimento do pesquisador)

Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Outro ( )

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Instituição de graduação:

Ano de ingresso:

Período atual:

Já leciona? Sim ( ) Não ( )

- Se sim, há quanto tempo? \_\_\_\_\_
- Se leciona, onde leciona (para qual série)? \_\_\_\_\_

Em qual ano concluiu o Ensino Médio? \_\_\_\_\_

Em qual tipo de instituição estudou durante o Ensino Médio?

Pública ( ) Privada ( )

Estudou no Ensino Médio em qual município? \_\_\_\_\_

Já cursou outra graduação? Sim ( ) Não ( )

- Se sim, qual? \_\_\_\_\_

**Parte B - Crenças linguísticas**

A) Você encontra, abaixo, afirmações sobre a língua portuguesa. De acordo com sua experiência, responda se você concorda ou não.

- 1) Um bom professor de Língua Portuguesa FALA sempre de acordo com as regras da gramática normativa.  
( ) SIM ( ) NÃO
- 2) Como professor, devo focar o ensino de Língua Portuguesa na gramática normativa.  
( ) SIM ( ) NÃO
- 3) Existem várias línguas faladas no Brasil.  
( ) SIM ( ) NÃO
- 4) Existe um único conjunto de regras que regem o bom uso da língua portuguesa.  
( ) SIM ( ) NÃO
- 5) Palavras estrangeiras prejudicam a língua portuguesa.  
( ) SIM ( ) NÃO
- 6) Deve-se evitar usar estrangeirismo em texto escrito.  
( ) SIM ( ) NÃO
- 7) Deve-se evitar usar estrangeirismo em modalidade falada.  
( ) SIM ( ) NÃO
- 8) A língua portuguesa sofre influência de outras línguas.  
( ) SIM ( ) NÃO
- 9) Os estrangeirismos de língua inglesa são mais bem aceitos em língua portuguesa.  
( ) SIM ( ) NÃO

### **Parte C - Atitudes linguísticas**

Quando lemos um fragmento, seja na internet, em papel ou por outro meio de comunicação, muitas vezes, a partir do que foi escrito ou da forma que foi escrito, ficamos com “impressões” sobre aquele tema e/ou situação e/ou pessoa. É o que provavelmente acontecerá com você quando ler os trechos que lhe serão apresentados agora. São três excertos, extraídos do Twitter, depois de ler cada um desses, indique a impressão que lhe causou, a partir das questões abaixo. A sua resposta deve ser dada da seguinte maneira: atribua uma nota, inserindo um X na lacuna desejada, variando de 5 a 1, em relação às qualidades expressas pelos adjetivos que estão relacionados.

Ex: \_\_X\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_

5; 4; 3; 2; 1

### FRAGMENTO 1



Fonte: <<https://twitter.com/paolavbaggio/status/1138978505549590533>>.

### FRAGMENTO 1

Muito Inteligente \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_ Menos inteligente  
 Escreve bem a língua portuguesa \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_ Não escreve bem  
 Muito Simpático \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_ Pouco Simpático  
 Muito Rico \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_ Pouco Rico  
 Boa pessoa \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_: \_\_\_\_ Má Pessoa

Comentário: \_\_\_\_\_

### FRAGMENTO 2



Fonte: <<https://twitter.com/aftrtastx/status/1139008019784708096>>.

### FRAGMENTO 2

Muito Inteligente \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Menos inteligente  
 Escreve bem a língua portuguesa \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Não escreve bem  
 Muito Simpático \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Pouco Simpático  
 Muito Rico \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Pouco Rico  
 Boa pessoa \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Má Pessoa

Comentário: \_\_\_\_\_

### FRAGMENTO 3



Fonte: <<https://twitter.com/losthendery/status/1138529328885633025>>.

### FRAGMENTO 3

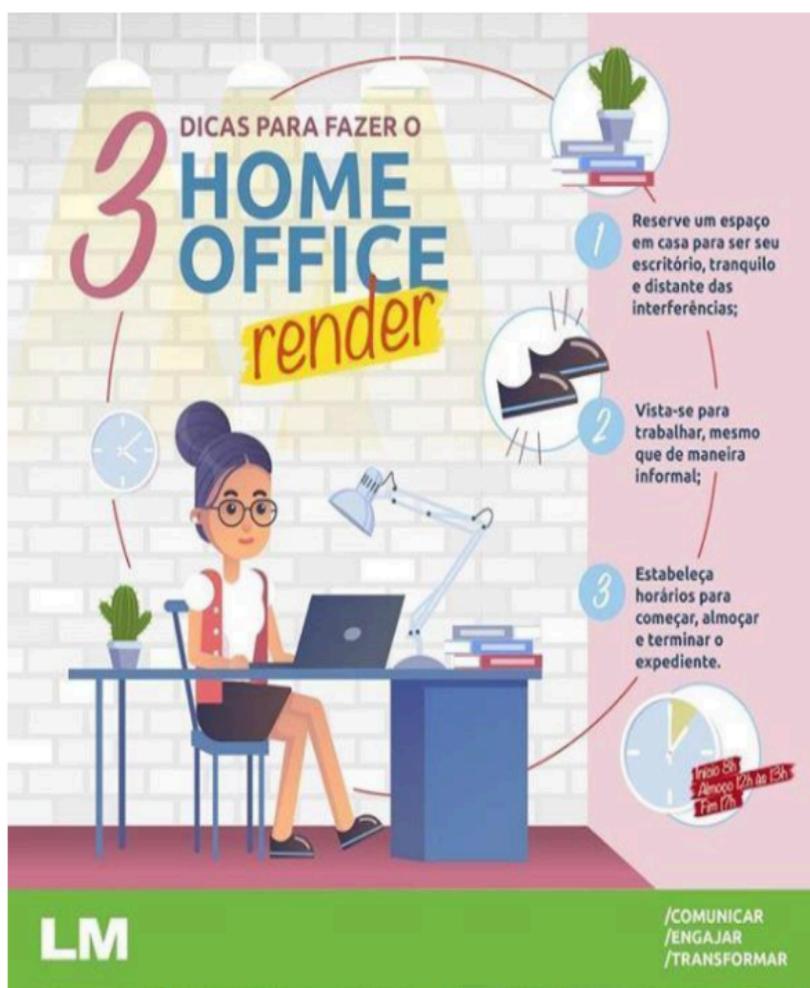
Muito Inteligente \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Menos inteligente  
 Escreve bem a língua portuguesa \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Não escreve bem  
 Muito Simpático \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Pouco Simpático  
 Muito Rico \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Pouco Rico  
 Boa pessoa \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Má Pessoa

Comentário: \_\_\_\_\_

## Perguntas abertas

- 1) Leia os textos abaixo e descreva a sua opinião a respeito do uso de empréstimos estrangeiros na língua portuguesa.

**Texto 1.** Três dicas para fazer o *home office* render.

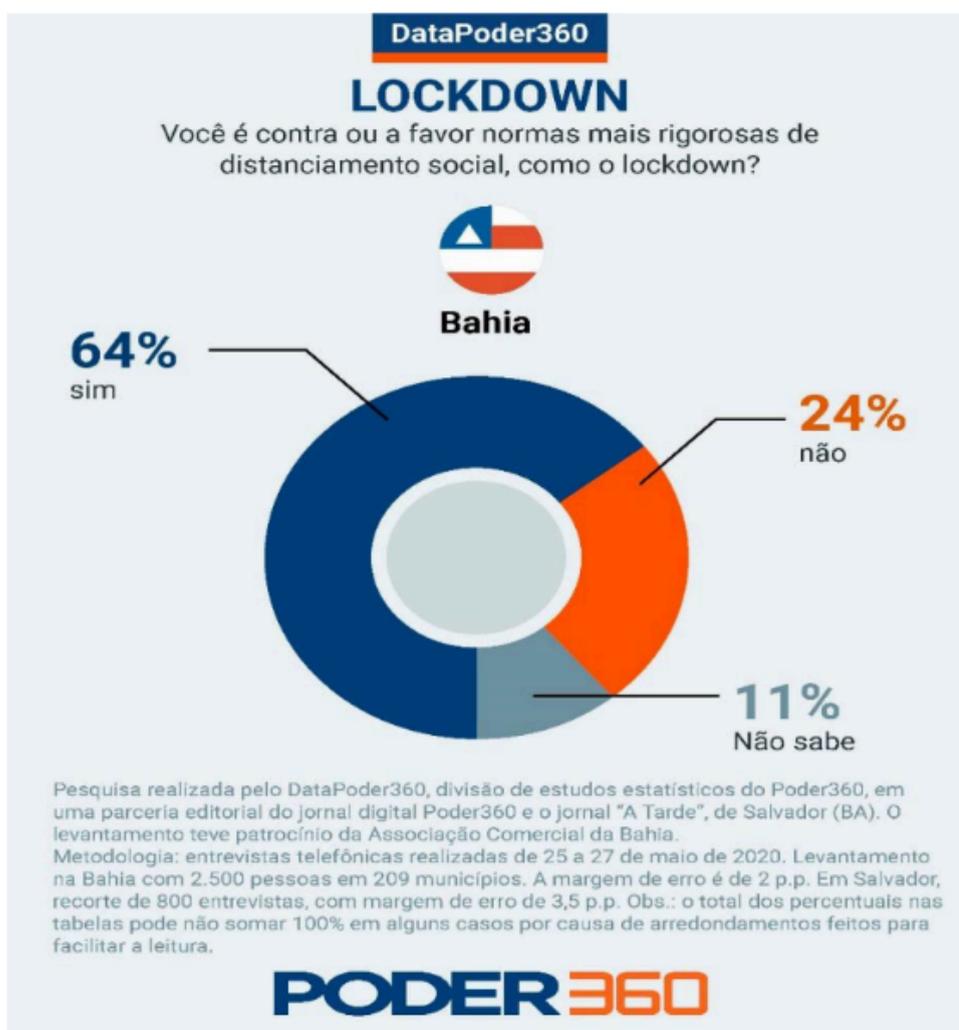


Fonte: Latinmed, 2015.

## Comentários sobre os usos dos empréstimos estrangeiros

**Texto 1:**

**Fragmento 2.** *Lockdown.*



Fonte: Poder 360, 2020.

### Comentários sobre os usos dos empréstimos estrangeiros

#### Texto 2:

**Fragmento 3.** Como identificar uma *Fake News*.



Fonte: IMED, 2018.

**Comentários sobre os usos dos empréstimos estrangeiros**

**Texto 3:**

2) De que forma você acredita que uma palavra estrangeira pode facilitar (ou não) a comunicação em língua portuguesa? Discorra sobre a sua opinião, sendo ela positiva ou negativa.

---

---

---

---

3) Você observa ser frequente o uso de empréstimos estrangeiros na língua portuguesa? Em quais situações? Quais outras línguas e em que situações (mídias, propagandas, aulas, etc)?

---

---

---

---

4) Você utiliza empréstimos estrangeiros? Se sim, em que situações? Comente.

---

---

---

---

5) Leia o quadrinho abaixo:

**Figura 1** - Língua portuguesa e estrangeirismos.



Fonte: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/lingua-portuguesa-e-estrangeirismos>.

Você concorda com a personagem ou já escutou alguém comentar algo parecido (quem?). Explique.

---

---

---

---

6) Em qual situação/contexto você se enxerga fazendo uso de empréstimos estrangeiros? Você pode assinalar mais de uma opção.

Educacional ( )

Profissional ( )

Social ( )

Ambiente Virtual ( )

Nenhuma ( )

7) Qual a sua avaliação em relação ao uso de empréstimos estrangeiros?

Positiva ( )

Negativa ( )

Indiferente ( )

8) Você atribui o uso de empréstimos estrangeiros a qual contexto?

Mais Formal ( )

Menos formal ( )

Ambos ( )

**ANEXOS**

**ANEXO A - O PROJETO DE LEI DE ALDO REBELO****PROJETO DE LEI Nº. 1.676 DE 1999**

(Do Sr. Aldo Rebelo)

Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Nos termos do caput do art. 13, e com base no caput, I, § 1º e § 4º do art. 216 da Constituição Federal, a língua portuguesa:

- I - é o “idioma” oficial da República Federativa do Brasil;
- II - é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto como nos moldes populares;
- III - constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. Considerando o disposto no caput, I, II e III deste artigo, a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação.

Art. 2º. Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe:

- I - melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;
- II - incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;
- III - realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;
- IV - incentivar a difusão do << idioma >> português, dentro e fora do País;
- V - fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de língua portuguesa;

VI - atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da língua portuguesa.

§ 1º. Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores.

§ 2º. À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardiã dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

Art. 3º. É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

I - no ensino e na aprendizagem;

II - no trabalho;

III - nas relações jurídicas;

IV - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

V - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

VI - nos meios de comunicação de massa;

VII - na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

VIII - na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º. A disposição do caput, I- VIII deste artigo não se aplica:

I - a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

II - a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

III - a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

IV - a membros das comunidades indígenas nacionais;

V - ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

VI - a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da língua portuguesa;

VII - a palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão

social, marca ou patente legalmente constituída.

§ 2º. A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

- I - tradução, simultânea ou não, para a língua portuguesa;
- II - uso concorrente, em igualdade de condições, da língua portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

Art. 4º. Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, considerar-se-á:

- I - prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa;
- II - prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;
- III - prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

Art. 5º. Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de registro da ocorrência.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

Art. 6º. O descumprimento de qualquer disposição desta lei sujeita o infrator a sanção administrativa, na forma da regulamentação, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, com multa no valor de:

I - 1.300 (mil e trezentas) a 4.000 (quatro mil) UFIRs, se pessoa física;

II - 4.000 (quatro mil) a 13.000 ((treze mil) UFIRs, se pessoa jurídica.

Parágrafo único. O valor da multa dobrará a cada reincidência.

Art. 7º. A regulamentação desta lei tratará das sanções premiais a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa.

Art. 8º. À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta lei.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação.

Art. 10º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura – seus valores, tradições, costumes, inclusive o modelo socioeconômico e o regime político.

Foi assim no antigo oriente, no mundo greco-romano e na época dos grandes descobrimentos. E hoje, com a marcha acelerada da globalização, o fenômeno parece se repetir, claro que de modo não violento; ao contrário, dá-se de maneira insinuante, mas que não deixa de ser impertinente e insidiosa, o que o torna preocupante, sobretudo quando se manifesta de forma abusiva, muitas vezes enganosa, e até mesmo lesiva à língua como patrimônio cultural.

De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos – como “holding”, “recall”, “franchise”, “coffee-break”, “self-service” – e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados – como “startar”, “printar”, “bidar”, “atachar”, “database”. E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse – um autêntico milagre brasileiro – está hoje seriamente ameaçado.

Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria “on sale” significa que esteja em liquidação? Ou que “50% off” quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

O absurdo da tendência que está sendo exemplificada permeia até mesmo a comunicação oral e escrita oficial. É raro o documento que sai impresso, por via eletrônica, com todos os sinais gráficos da nossa língua; até mesmo numa cédula de identidade ou num talão de cheques estamos nos habituando com um “Jose” – sem acentuação! E o que falar do serviço de “clipping” da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, ou da “newsletter” da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ou, ainda, das milhares de máquinas de “personal banking” do Banco do Brasil – Banco DO BRASIL – espalhadas por todo o País?

O mais grave é que contamos com palavras e expressões na língua portuguesa perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas (na sua quase totalidade) que nos chegam importadas, e são incorporadas à língua falada e escrita sem nenhum critério lingüístico, ou, pelo menos, sem o menor espírito de crítica e de valor estético.

O nosso “idioma” oficial (Constituição Federal, art. 13, caput) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo um termo que acabo de usar – caput, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano.

Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos mais vitais do nosso patrimônio cultural – a língua materna –, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de auto-estima?

Parece-me que é chegado o momento de romper com tamanha complacência cultural, e, assim, conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobismo ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar – com conhecimento, sensibilidade e altivez – a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante. Esse é o único modo de participar de valores culturais globais sem comprometer os locais.

A propósito, MACHADO DE ASSIS, nosso escritor maior, deixou-nos, já em 1873, a seguinte lição: “Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.” (In: CELSO CUNHA. *língua portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981, p. 25 – na ortografia original de 1968).

Os caminhos para a ação, desde que com equilíbrio machadiano, são muitos, e estão abertos, como apontado por EDIRUALD DE MELLO, no seu artigo *O português falado no Brasil: problemas e possíveis soluções*, publicado em *CADERNOS ASLEGIS*, nº 4, 1998.

O Projeto de Lei que ora submeto à apreciação dos meus nobres colegas na Câmara dos Deputados representa um desses caminhos.

Trata-se de proposição com caráter geral, a ser regulamentada no pormenor que vier a ser considerado como necessário. Objetiva promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais, a exemplo do que tão bem fez a França com a Lei nº 75-1349, de 1975, substituída pela Lei nº 94-665, de 1994, aprimorada e mais abrangente.

Quer-me parecer que o PL proposto trata com generosidade as exceções, e ainda abre à regulamentação a possibilidade de novas situações excepcionais. Por outro lado, introduz as importantes noções de prática abusiva, prática enganosa e prática danosa, no tocante à língua, que poderão representar eficientes instrumentos na promoção, na proteção e na defesa do “idioma” pátrio.

A proposta em apreço tem cláusula de sanção administrativa, em caso de descumprimento de qualquer uma de suas provisões, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis; e ainda prevê a adoção de sanções premiaias, como incentivo à reversão espontânea para o português de palavras e expressões estrangeiras correntemente em uso.

Nos termos do projeto de lei ora apresentado, à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa do Brasil.

O momento histórico do País parece-me muito oportuno para a atividade legislativa por mim encetada, e que agora passa a depender da recepção compreensiva e do apoio decisivo da parte dos meus ilustres pares nesta Casa.

A afirmação que acabo de fazer deve ser justificada. Primeiramente, cumpre destacar que a sociedade brasileira já dá sinais claros de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetida a língua portuguesa frente à invasão silenciosa dos estrangeirismos excessivos e desnecessários, como ilustram pronunciamentos de lingüistas, escritores, jornalistas e políticos, e que foram captados com humor na matéria Quero a minha língua de volta!, de autoria do jornalista e poeta JOSÉ ENRIQUE BARREIRO, publicada há pouco tempo no JORNAL DO BRASIL.

Em segundo lugar, há que ser lembrada a reação positiva dos meios de comunicação de massa diante da situação que aqui está sendo discutida. De fato, nunca se viu tantas colunas e artigos em jornais e revistas, como também programas de rádio e televisão, sobre a língua portuguesa, especialmente sobre o seu uso no padrão culto; nesse sentido, também é digno de nota que os manuais de redação, e da redação, dos principais jornais do País se sucedam em inúmeras edições, ao lado de grande variedade de livros sobre o assunto, particularmente a respeito de como evitar erros e dúvidas no português contemporâneo.

Em terceiro lugar, cabe lembrar que atualmente o jovem brasileiro está mais interessado em se expressar corretamente em português, tanto escrita como oralmente, como bem demonstra a matéria de capa – A ciência de escrever bem – da revista ÉPOCA de 14/6/99.

Por fim, mas não porque menos importante, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil se oferecem como oportunidade ímpar para que discutamos não apenas o período colonial, a formação da nacionalidade, o patrimônio histórico, artístico e cultural da sociedade brasileira, mas também, e muito especialmente, a língua portuguesa como fator de integração nacional, como fruto – tal qual a falamos – da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e da fecundidade intelectual do nosso povo.

Posto isso, posso afirmar que o PL ora submetido à Câmara dos Deputados pretende, com os seus objetivos, tão-somente conscientizar a sociedade brasileira sobre um dos valores mais altos da nossa cultura - a língua portuguesa. Afinal, como tão bem exprimiu um dos nossos maiores linguistas, NAPOLEÃO MENDES DE ALMEIDA, no Prefácio de sua Gramática Metódica da língua portuguesa (28ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1979), “conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. ... A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o ‘idioma’ pátrio?”.

Movido por esse espírito, peço toda a atenção dos meus nobres colegas de parlamento no sentido de apoiar a rápida tramitação e aprovação do projeto de lei que tenho a honra de submeter à apreciação desta Casa legislativa.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999.

Deputado ALDO REBELO